

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA – UERR
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IFRR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER
CAMPESSINA NA CONTEMPORANEIDADE**

Dissertação
Mestrado em Educação

Boa Vista/RR, 2021



OZAMAR SANTOS CORRÊA

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER CAMPESINA
NA CONTEMPORANEIDADE**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Roraima – UERR, como exigência final à obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luiz Lopes

Linha de Pesquisa: Educação do Campo, educação Indígena e Interculturalidade

Boa Vista/RR

2021

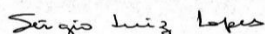
FOLHA DE APROVAÇÃO

OZAMAR SANTOS CORRÊA

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual de Roraima e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: 25/06/2021

Banca Examinadora



PROF. DR. SÉRGIO LUIZ LOPES
Orientador
UFRR



PROF^a. DR^a. ALESSANDRA DE SOUZA SANTOS
Membro Titular Interno
UERR



PROF^a. DR^a. KARLA COLARES VASCONCELOS
Membro Titular Externo
UFRR

Boa Vista – RR

2021

Copyright © 2021 Ozamar Santos Corrêa

Todos os direitos reservados. Está autorizada a reprodução total ou parcial deste trabalho, desde que seja informada a **fonte**.

Universidade Estadual de Roraima – UERR

Coordenação do Sistema de Bibliotecas

Multiteca Central

Rua Sete de Setembro, 231 Bloco – F Bairro Canarinho

CEP: 69.306-530 Boa Vista - RR

Telefone: (95) 2121.0946

E-mail: biblioteca@uerr.edu.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C824c Corrêa, Ozamar Santos.

A construção identitária da mulher campesina na contemporaneidade. / Ozamar Santos Corrêa. – Boa Vista (RR) : UERR, 2021.

121 f. : il. Color 30 cm.

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual de Roraima e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, tendo como linha de pesquisa: Educação do Campo, Educação Indígena e Interculturalidade sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Luiz Lopes.

1. Educação do Campo 2. Mulher Campesina 3. Identidade 4. Contemporaneidade I. Lopes, Sérgio Luiz (orient.) II. Universidade Estadual de Roraima – UERR III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRR IV. Título

UERR.Dis.Mes.Edu.2021

CDD – 370.19346

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária

Letícia Pacheco Silva – CRB 11/1135 – RR.

DEDICATÓRIA

Dedico a meus pais, TEREZA e RUFINO, (*in memoriam*) e às duas pessoinhas que são minha fortaleza, que fazem meus olhos brilharem todos as manhãs, minhas filhas, GIOVANNA e GIULIANNA.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que em sua infinita bondade concedeu-me a vida e agraciou-me com a oportunidade de tornar-me mestre em educação.

À minha família, minha base, aos meus irmãos que sempre acreditaram em mim e nunca desistiram de falar de minha capacidade.

Minhas filhas, Giovanna e Giulianna, as companheiras mais fiéis que já tive, que sempre estiveram comigo, fosse sorrindo, fosse chorando, mas sempre me olhando com orgulho, é para vocês, o que sou e o que faço, enfim, a toda família Silva, minha gratidão.

Ao meu querido orientador, Dr Sérgio Luiz Lopes, pela confiança e dedicação, dispensadas a mim desde o primeiro contato. Mesmo no meio da madrugada nunca me deixou sem resposta, me orientou, me dirigiu, ou seja, os meses foram passando e a orientação passou a ser uma parceria de estudo e pesquisa, dessa forma, além de orientador, levo um amigo para a vida. Obrigada!

Às amigas e amigos de caminhada, pelos erros e acertos mais que proveitosos, feliz por tê-los comigo durante esses vinte e quatro meses.

Não posso esquecer jamais a maior incentivadora que tive para tentar a aprovação no mestrado em educação, Prof. Dra. Alessandra Santos, não fiz muito, mas uma escrita sobre o 20 de novembro (Consciência Negra) custou a mim um mestrado, obrigada, a você todo meu carinho.

Obrigada à Prof. Dra. Carmem Spotti, Coordenadora desse mestrado, que sempre me colocou frente a desafios, sem nem perguntar se eu conseguiria, ela acreditou em mim em tudo que fizemos juntas desde a graduação. Fico-lhe grata!

Obrigada, às mulheres que se dispuseram a participar deste trabalho.

Obrigada à EDUCAÇÃO PÚBLICA (Universidade Estadual de Roraima) – PPGE

Enfim, a todos os mestres e doutores que passaram por mim, deixando suas marcas, esse espaço é pequeno para eu escrever um agradecimento a cada um deles.

Meu muito obrigada!

Minha eterna gratidão, a ele e ela.....

Ao lavrador mais lindo que já conheci, meu Pai Rufino, trabalhava na terra com sorriso de vencedor, com ele vi a plantação da semente ao fruto, cavei a terra e nela depusitei o grão. Homem de fé, considerado e respeitado. A você, PAI! (*In memoriam*)

MÃE, Dona Teresa, a senhora sempre esteve certa, eu nasci para vencer. O que a senhora via em mim, hoje se concretiza, uma mulher forte, inteligente e principalmente, viva, como a senhora dizia: “Lute para conhecer de tudo” (*In memoriam*).

As mãos calejadas, o cansaço, deu a vocês dois, uma filha que levantou a bandeira de
vencedor!

Lágrimas de gratidão!!!

Autora.

“Tenho a impressão de ter sido uma criança brincando à beira-mar,
divertindo-me em descobrir uma pedrinha mais lisa ou uma concha
mais bonita que as outras,
enquanto o imenso oceano da verdade continua misterioso diante de
meus olhos”.

Isaac Newton

LISTA DE SIGLAS

UERR - Universidade Estadual de Roraima

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação - UERR

UFRR – Universidade Federal de Roraima

LEDUCARR – Curso de Licenciatura em Educação do Campo

NUMHUR – Núcleo de Mulheres de Roraima

CMB – Casa da Mulher Brasileira

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Número de participantes e conhecimento sobre o tema da pesquisa ---- pag.70

Quadro 2 – “você sempre viveu no campo? Se sim, como foi sua infância? pag. 74

Quadro 3 – Educação do Campo e posse da terra ----- pag.75

Quadro 4 – O que te classifica como mulher do campo? -----pag. 75

LISTA DE IMAGENS - FOTOS

1 – Fotos do lócus da pesquisa -----pag. 118

2 – Fotos do trabalho de mulheres do campo e do movimento de mulheres na Bahia----pag.
119

Corrêa, Ozamar Santos: **A Construção Identitária da Mulher Campesina na Contemporaneidade**. 2021. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação). Universidade Estadual de Roraima, 2021.

RESUMO

Esta dissertação trata do tema Identidade, com o título **A Construção Identitária da Mulher Campesina na Contemporaneidade** entendendo que ainda há muito o que discutir sobre a voz da mulher do campo, em especial na atual conjuntura, tendo como objetivo geral analisar os desafios da construção identitária da mulher campesina na contemporaneidade, e como objetivos específicos: *a) realizar um histórico da questão identitária da mulher campesina na contemporaneidade; b) compreender o que mulheres campesinas entendem por identidade; c) descrever momentos de autorreconhecimento de sua identidade*, uma vez que os estudos acerca deste tema ainda estão em crescimento contínuo. A pesquisa é de cunho qualitativo por trazer a proximidade dos fenômenos mais intrínsecos dos pesquisados, e conta com aporte do método materialismo histórico dialético, uma vez que define dimensões como: sociedade, formações socioeconômicas, estrutura social, organização política da sociedade, vida espiritual, cultura, concepção do homem, personalidade, progresso social e história de vida, por compreender que a narração não pode ser arquivada ou simplesmente guardada em gavetas. Os dados coletados foram avaliados a partir do procedimento de análise de conteúdo e os dados apresentados com uso de técnica análise do discurso. As ferramentas utilizadas para a coleta de dados foram entrevista semiestruturada, realizada via WhatsApp, Googlemeet. Este trabalho traz contribuições que atendem discussões já existentes acerca do tema e mostra que a utilização de estratégia de pesquisa qualitativa pode contribuir para os avanços das questões de estudo social. Além disso, oferece dados que possibilitam uma maior compreensão dos efeitos que uma pesquisa de campo pode trazer para aquisição de novos conhecimentos. O resultado das análises é apresentado por quadros e percentuais além de análise de discurso. Com a interpretação dos dados coletados, conclui-se que: há necessidade de uma continuidade nas pesquisas voltadas para o tema identidade e fortalecimento da mesma; ainda existem barreiras a serem rompidas no quesito construção social de uma identidade que represente a força da mulher do campo.

Palavras-chave: Educação do Campo. Mulher campesina. Identidade.

Corrêa, Ozamar Santos: **La construcción de la identidad de la mujer rural en la actualidad**. 2021. Disertación (Maestría Académica en Educación). Universidad Estatal de Roraima, 2021.

RESUMEN

Esta disertación aborda el tema Identidad, titulado La construcción identitaria de la mujer rural en la actualidad, entendiendo que aún queda mucho por discutir sobre la voz de la mujer rural, especialmente en la situación actual, con el objetivo general de analizar los desafíos de la mujer rural. construcción identitaria de la mujer campesina en la contemporaneidad, y como objetivos específicos: a) realizar una historia del tema identitario de la mujer campesina en la contemporaneidad; b) comprender lo que las mujeres campesinas entienden por identidad; c) describir momentos de autorreconocimiento de su identidad, ya que los estudios sobre este tema aún están en continuo crecimiento. La investigación es cualitativa en cuanto trae la proximidad de los fenómenos más intrínsecos de los encuestados, y cuenta con el aporte del método del materialismo histórico dialéctico, ya que define dimensiones como: sociedad, formaciones socioeconómicas, estructura social, organización política de la sociedad. , vida espiritual, cultura, concepción del hombre, personalidad, progreso social e historia de vida, para entender que la narración no se puede archivar o simplemente guardar en cajones. Los datos recolectados fueron evaluados usando el procedimiento de análisis de contenido y los datos presentados usando la técnica de análisis del discurso. Las herramientas utilizadas para la recolección de datos fueron entrevistas semiestructuradas, realizadas vía WhatsApp, Googlemeet. Este trabajo trae aportes que responden a las discusiones existentes sobre el tema y muestra que el uso de una estrategia de investigación cualitativa puede contribuir a avances en temas de estudio social. Además, ofrece datos que permiten una mayor comprensión de los efectos que la investigación de campo puede aportar a la adquisición de nuevos conocimientos. El resultado de los análisis se presenta mediante quadros y porcentajes, además del análisis del habla. Con la interpretación de los datos recolectados, se puede concluir que: existe la necesidad de continuidad en la investigación enfocada en el tema de la identidad y su fortalecimiento; Aún quedan barreras por romper en la construcción social de una identidad que represente la fuerza de la mujer rural.

Palabras clave: Educación Rural. Mujer campesina. Identidad.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 QUESTÃO CENTRAL DA PESQUISA	16
1.2 O PORQUÊ DA ESCOLHA DO TEMA	18
1.3 PLANO DOS CAPÍTULOS	19
2. A PERSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	21
2.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	23
2.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO: DIREITO NOSSO, DEVER DO ESTADO	27
2.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DO SUJEITO SOCIAL	31
3. EDUCAÇÃO DO CAMPO EM RORAIMA	36
3.1 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE RORAIMA.....	36
3.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E A RELAÇÃO DO HOMEM COM A TERRA.....	40
3.3 MOVIMENTO DE MULHERES DO CAMPO.....	44
4. A IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO.....	49
4.1. CONCEITUANDO IDENTIDADE	52
4.2. POR QUE E PARA QUE UMA IDENTIDADE?.....	57
4.3 A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER CAMPESINA	60
5. PERCURSO METODOLÓGICO	69
5.1 A METODOLOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA (Covid19).....	78
6. ANÁLISE DOS DADOS	82
6.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	83
6.2 ANÁLISE COMENTADA DE FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICES	102
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO	103

APÊNDICE B - Respondentes do questionário socioeconômico	104
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA	105
ANEXOS	106
ANEXO 1 – RESPOSTA DA ENTREVISTA	107
ANEXO 2 – ENTREVISTAS NA ÍNTEGRA CONFORME TRANSCRIÇÃO.....	111

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que a população brasileira é constituída por uma diversidade de povos, com variadas origens, o que faz com que ela seja bastante miscigenada. Dessa miscigenação surgem questões que necessitam ser discutidas, como a identidade (vista como aceitação, pertencimento ou autodeclaração) na contemporaneidade. O debate entre as culturas e as etnias é aspecto marcante da atual conjuntura. Assim, o meu olhar sobre o outro deve incluir também um olhar para mim mesma.

Com isso, o desejo de tratar do tema da valorização das identidades surgiu durante um curso ofertado a professores e técnicos escolares, realizado em uma escola da zona oeste da cidade de Boa Vista, cujo foco referia-se a “discriminação e preconceito no ambiente escolar”. O curso foi de curta duração, mas com palestras e palestrantes que apresentaram olhares diversos a respeito do atual contexto. Durante a palestra sobre preconceitos e seus diálogos, com a Prof. Dra. Leila Maria Camargo, foi realizada uma dinâmica. A dinâmica consistia em que cada participante deveria colocar no papel sua cor, sua crença e sua origem, ou seja, como ele se vê. Todos se sentiram seguros ao responder sobre local de nascimento e religião, mas o que nos chamou a atenção foi o momento de falar acerca do quesito cor e etnia, no qual pairou uma insegurança nos participantes. A partir disso, pensei que tínhamos uma questão a pesquisar, qual seja: por que a insegurança ao dizer que se é preto ou índio?

Em meio ao debate, surgiram em mim inúmeras inquietações, pois não compreendia como numa sala com quase trinta participantes somente uma houvesse se declarado negra (preta) e um índio, o qual ria ao falar de sua origem. Era visível que outros sujeitos tinham características e tons de pele bem marcantes, mas eles se julgaram ser de outra cor e de outra classe. Durante aquela dinâmica, ouvindo o posicionamento das pessoas acerca de si mesmas, não conseguia parar de pensar sobre como acontecia a vida, tão diferente entre tantas diferenças. Naquele momento, despertei ainda mais para a necessidade de falar mais sobre minorias e decidi que, numa oportunidade, escreveria algo a respeito de como me vejo mulher negra, mulher índia e mulher do campo e sobre como está sendo construída a minha identidade.

No decorrer do curso e das palestras, eu me fazia inúmeros questionamentos, tais como: o que a menina negra, índia ou do campo, ou seja, a menina diferente está fazendo na escola e como a estão encaminhando para a sociedade? É óbvio que falar de construção de identidade na educação é trazer para nosso entendimento elementos reflexivos, mas, no seu contexto real,

ela está, de fato, exercendo o seu papel? Aquele espaço me proporcionou muitos questionamentos internos, numa tentativa de buscar respostas, as quais, certamente, somente serão encontradas em contato com o sujeito da história e sua história.

Essa negra, índia, do campo tem mesmo o direito de estar ensinando ou aprendendo numa sala de aula? Até que ponto essa voz é audível? Quem a ouve, dá-lhe o crédito? Além dessa experiência com pessoas adultas, outra me inquietou profundamente. No ano de 2013, estava em sala de aula lecionando Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental, 8º e 9º anos. Havia uma colega negra, assim como eu, que lecionava Biologia. Quando ela estava chegando à escola, os alunos diziam: “*lá vem a tapioca preta*”. Presenciei inúmeras vezes as falas desses alunos, no entanto, não observei os professores que ali estavam e viam e ouviam as interromperem, pelo contrário, riam dessa situação.

Por essas e por outras situações é que, enquanto especialista no ensino de línguas em contexto de diversidade linguística e, nesse momento, mestranda no Mestrado Acadêmico em Educação, na linha de pesquisa Educação do Campo, educação indígena e interculturalidade, propus-me a saber: qual o valor da identidade? Qual sua representatividade? Qual o grau de respeito pelas culturas dentro de sala e no chão da escola? Até que ponto a educação tem ajudado a construir ou a valorizar essas identidades? Será que essas identidades já podem falar um pouco mais para fora sem serem apontadas? Esperamos obter respostas a essas inquietudes a partir da fala das mulheres do campo, ou seja, das professoras e das trabalhadoras no e do campo. Seguimos na luta por uma sociedade mais justa para todos.

1.1 QUESTÃO CENTRAL DA PESQUISA

Para abordar a construção identitária da mulher campesina na contemporaneidade é preciso fazer um passeio pelo campo e ver quem é essa mulher. Dessa forma se torna possível enxergar que a mulher campesina brasileira é a que põe a mão no plantio, pega o peixe, corta a lenha, faz a colheita, e ainda busca água, planta horta e, como se não bastasse, mesmo com tantas tarefas, incluem-se aí as atividades do lar e com filhos (FERRANTE, 1982; SALES, 2007). Será que, de fato, existe essa construção ou será que é necessário falar sobre ela? Em que momento é observada essa necessidade e por quê, visto que o tema identidade é muito complexo, e junto a ele, desejamos discutir a identidade da mulher. Certamente já andamos um pouco no sentido de compreendermos que a mulher tem uma posição, mas ainda não a desejável, logo, estamos diante de questões voltadas à complexidade.

A “identidade” não é um documento que se apresente e, não o sendo, nossa caminhada trará conceitos, em especial para essa contemporaneidade, em que as identidades são consideradas líquidas, segundo Bauman (2005). Pensando nessa liquidez, também tratamos um pouco da diáspora, da identidade e das mediações culturais. Para Hall (2003), é necessário tentar compreender a identidade, senão numa totalidade, ao menos o mínimo para uma convivência harmoniosa com tantas que se revelam em nosso cenário.

Faz-se importante refletir a respeito de que momento a mulher passa a ser vista, se em pleno século XXI ainda são necessários inúmeros movimentos no intuito de dar voz a esse gênero, que, por séculos, foi desprezado. É possível observar a situação de menosprezo da mulher, de Aristóteles a Freud. O que conhecemos sobre a mulher é que se trata de um ser desnecessário na sociedade: “a mulher é um homem mal-acabado, um ser incompleto, uma forma malcozida” (PERROT, 2013, p. 63). Essa fala não morreu, ela ecoa, ainda que, em outra forma linguística, mas está presente até hoje em inúmeros discursos e também em situações concretas. Em face desse contexto, imaginemos a mulher campesina e como ela é.

Nesse sentido, abordar identidade é nos envolver com mundos específicos e únicos. Diante dessas especificidades, Bauman trata de uma identidade líquida, conforme já acentuamos, na qual nada mais é fixo. A identidade vai mudando de acordo com a necessidade do sujeito, seja individual, seja coletiva, isto é, construir uma identidade requer um desligamento daquilo que se é ou que se pensa ser, do que se enxerga como certo, da autoafirmação, do pertencimento e de todo esse círculo de entendimentos que permeia a construção do ser e estar.

Seguindo essa linha de raciocínio, Hall (2006) expõe uma “crise” de identidade. Nessa perspectiva, percebe-se que o sujeito tem se deslocado, algumas vezes, de si mesmo, na tentativa de buscar um lugar. Ao mesmo tempo, tenta ficar onde está e ser o que é, contudo, as novas tecnologias e a nova maneira de ver e construir a sociedade o obrigam a tomar um posicionamento sobre si e sobre o seu lugar. Dessa forma, a identidade passa a não ser fixa, como pensava o homem do Iluminismo, mas, sim, fragmentada. Nessa busca de mudança constante de ser e estar, Ciampa (2006) trata da questão da identidade, comparando-a a uma metamorfose (o que nos remete à *Metamorfose*, de Franz Kafka, em que o homem se vê metamorfoseando e isso impacta toda a família, que precisa mudar e parar de ser dependente dele), ou seja, o sujeito, a fim de construir sua identidade, às vezes precisa dessa transformação, ainda que para muitos seja considerada demasiada, porém, reconstruir-se é um ato de coragem.

Mediante o exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral *analisar os desafios da construção identitária da mulher campesina na contemporaneidade*. Para tanto, como lócus da pesquisa foi escolhida uma escola Municipal localizada na Vila Reislândia, Projeto de Assentamento Paredão Novo, Município de Alto Alegre. Esse recorte nos leva para perto do nosso sujeito, o sujeito da história, o qual desejamos conhecer a partir de sua história narrada e por meio de entrevistas.

Pensando que a construção de uma identidade não se dá de maneira direta e simples, é necessário compreender o grau de pertencimento. Para nos aprofundarmos no conhecimento, sabendo que o assunto não se esgota com a elaboração do nosso trabalho, tecemos alguns objetivos específicos, quais sejam: *a) realizar um histórico da questão identitária da mulher campesina na contemporaneidade; b) compreender o que mulheres campesinas entendem por identidade; e, por fim, c) descrever momentos de autorreconhecimento de sua identidade.*

A pesquisa se justifica pela importância de que tenhamos uma compreensão acerca da constituição das identidades das mulheres campesinas. Mesmo sabendo que o conceito de identidade é complexo e dinâmico, o esforço para esse entendimento dar-se-á mediante conceitos formulados pelos teóricos que fazem parte de nossa base de fundamentação teórica, além do trabalho que se realizará no campo, ouvindo dos sujeitos o que compreendem acerca do assunto, uma vez que os conflitos e os desafios enfrentados pela sociedade atual perpassam também por conflitos individuais. Nesse sentido, a conversa com os sujeitos da pesquisa dará suporte diante dos conceitos teoricamente elaborados ou até causará um afastamento, uma vez que, não sendo conceitos fechados, tornam-se passíveis de mudanças, podendo serem vistos como temporais ou espaciais.

1.2 O PORQUÊ DA ESCOLHA DO TEMA

A decisão de escrever sobre a identidade da mulher do campo não nasceu por acaso. A primeira escolha era a identidade da mulher negra, por nos identificarmos com esse movimento, contudo, em conversa com o nosso orientador, percebemos que temos mais de uma identidade, somos filha de lavrador e lavadeira.

Ele lavrou a terra por longos anos de sua vida e um belo dia se viu sem condição de cuidar daquilo que era seu sustento e orgulho. Era dono e percebeu-se na situação de dependência, mas dependência de quem? Hoje, com uma percepção mais crítica sociopolítica, compreendo o tamanho do abandono do homem do campo, pois não há uma política de

valorização para quem lavra a terra. Ela, lavadeira de roupa, passou a ser a “mulher” que cuidava da pequena roça e que sustentava os muitos filhos na escola, a qual era distante. Ela os incentivava a serem donos do saber e de suas terras. Na sua percepção: *“a terra fortalece sabidos e ignorantes, quem veste a camisa do suor, veste também a camisa de doutor, precisa saber lidar com a caneta e a enxada, nada é para sempre”*.

Essas palavras de ensinamento ficaram guardadas, adormecidas para esse tempo, para esta dissertação. A partir da fala de uma mulher (minha mãe) que sempre soube respeitar as diferenças, pois nunca a vi fazer um julgamento, mulher à frente do seu tempo, tomamos por base o conceito de identidade para compor nossa pesquisa, buscando compreender hoje, com arcabouço teórico e metodologia direcionada, como acontece a construção da identidade da mulher do campo.

1.3 PLANO DOS CAPÍTULOS

Do ponto de vista didático, para facilitar a leitura e a compreensão dos leitores, o trabalho está dividido em 6 (seis) capítulos e cada um subdividido em tópicos, dando assim uma sequência bem definida do trabalho. No primeiro capítulo, apresenta-se a introdução dividida em tópicos, quais sejam, Questão central da pesquisa, O porquê da escolha do tema e o plano dos capítulos, compreendendo assim que o leitor poderá numa primeira leitura entender o seguimento da escrita.

O segundo capítulo, “A perspectiva histórica da Educação do Campo”, traz um pouco da história da Educação do Campo e suas transformações, para uma melhor contextualização com o quê, de fato, a pesquisa propõe, visto que, não se pode tratar da construção identitária da mulher do campo sem conhecer um pouco dessa trajetória.

O terceiro capítulo, “Educação do Campo em Roraima”, trata da trajetória das licenciaturas direcionadas para a Educação do Campo nas universidades públicas de Roraima, com o intuito de dar visibilidade ao que se tem conquistado no que se refere a oferecer uma educação de qualidade para os povos do campo. Além disso, indica-se a produção literária à qual os professores e pesquisadores têm se dedicado, visando contribuir com os novos pesquisadores ou apenas leitores que desejam conhecer de perto as lutas e conquistas dos povos camponeses, uma vez que a trajetória camponesa deve, sim, fazer parte das nossas políticas públicas, não sendo diferenciada das demais formas de construir educação, seja no campo, seja na cidade.

O quarto capítulo, “A identidade em construção”, constitui o ápice da pesquisa. O foco está voltado exclusivamente para descrever como acontece essa construção e compreender quem é essa mulher que vive no campo, se ela realmente se vê como uma campesina ou se está nessa posição por uma necessidade maior, se a voz dessa mulher é direcionada, engajada nas lutas para o bem de uma sociedade campesina elevada. As questões desse capítulo serão respondidas por meio das entrevistas com as mulheres do campo.

No quinto capítulo, o percurso metodológico, descreve-se com precisão o contexto do ambiente da pesquisa e os meios utilizados na coleta de dados. É neste capítulo que se apresenta como a pesquisa caminhou, para entender a construção identitária da mulher campesina e com esta metodologia contribuirá para com futuras pesquisas, posto que, quando o estudo vai a campo, ganha uma outra visão da realidade. Assim, a escrita foi estruturada de forma a trazer o leitor a vivenciá-la.

No sexto e último capítulo apresenta-se a análise dos dados, as falas das mulheres do campo em seu contexto e realidade de vida, há também a possibilidade de trazer falas de mulheres que, de alguma forma, contribuam para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para mulheres, ou seja, para uma construção identitária fortalecida.

Com vistas a tecer as considerações finais, serão retomados os tópicos estabelecidos como objetivos específicos. Para comparar os resultados alcançados, será traçado um texto não apenas com as observações, mas fazendo também um alinhamento teórico na literatura que embasou a pesquisa, o qual responderá a muitas das inquietações apontadas no início dos estudos e que certamente deixará possibilidades de continuidade, posto que o termo identidade permanece em estudo contínuo além de ser uma temática relevante para construção de uma sociedade .

O *corpus* da pesquisa não repousará apenas nas falas dos sujeitos envolvidos, mas também em imagens do *lócus* e das gravações filmadas, além dos apontamentos empíricos que partiram da observação.

2. A PERSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Neste capítulo, está traçada uma breve retrospectiva do caminho/descaminho da Educação do Campo no Brasil, partindo do nacional para o local. Ao estudar sobre a trajetória da educação no Brasil, deparamo-nos com uma separação de classes, de objetivos e de direitos, em especial para com a Educação do Campo, pois essa era vista como desnecessária. Ao aprofundar na busca da história, percebeu-se que a educação não era para todos, já que o trabalhador da roça não necessitava ser assistido por educação e o filho do pobre não precisava de educação, pois deveria seguir os passos do pai e continuar o legado de analfabetismo. Trabalhar na roça era sinônimo de brutalidade e ignorância, contudo, mesmo separados da sociedade urbana, esses sujeitos eram (são) pessoas.

A história de luta por uma Educação do Campo vai além de documentos. Ela é uma aquisição política da pessoa da roça, é acreditar na sua identidade, é reviver sua história, é buscar memórias e saber que direito é algo conquistado, é uma luta contra-hegemônica muito forte, pois não se luta por um bem unilateral, mas para um todo, um bem maior, em síntese, é ter orgulho do chão de onde sai o sustento.

Um dos desafios que a educação para o homem do campo enfrenta é, principalmente, o alto índice de analfabetismo. Os órgãos públicos têm resolvido os problemas da educação do homem do campo parcialmente, transportando-o para as escolas da cidade, onde recebem uma educação desconectada de seu contexto e das necessidades que nelas se apresentam. (SAPELLI, GRATTI & NAPOLLI, 2009, p. 165).

Nessa perspectiva, traçou-se um panorama das mudanças ocorridas com o advento da Constituição Federal de 1988 e o que mudou para as pessoas do campo sobre a legalidade de um direito social, a educação para todos.

Ainda sobre mudanças direcionadas, abordar-se-á a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), destacando o que ela proporciona, o que estabelece, o que apresenta em relação aos povos do campo, que segurança de melhorias veio com a sua promulgação, se houve mudanças de fato direcionadas e se está sendo cumprido o proposto para essa nova roupagem de educação. Por fim, ainda neste capítulo, apresentamos a 1ª Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, como ela procedeu, os avanços e o que há de resultados hoje, vistos a olho nu, que se possa afirmar: “aqui avançamos”.

Além disso, observa-se o que acontece na Educação do Campo em Roraima e as políticas públicas moldadas para atender esse grupo, pois não basta o discurso, precisa-se constatar se, de fato, há concretude naquilo que se lê, naquilo que os dirigentes anunciam. Para

essa comprovação, nada mais justo do que a fala de quem vive no campo, traçando, assim, uma ligeira verdade sobre a procedência e os acontecimentos da Educação do Campo em Roraima. De antemão, afirma-se, por meio de relatos, que há descaso, mas o que se quer são fatos, uma vez que a pesquisa qualitativa obriga o pesquisador a buscar com ênfase fontes para que a colaboração social seja confiável.

O certo é que a educação no Brasil viveu períodos desafiadores desde a chegada dos jesuítas com a missão de catequizar o índio, a visão de posse da terra e a escravidão africana. O Brasil caminha, porque não dizer, até hoje, para a organização educacional, pois sempre se viveu uma privação, não existiu uma homogeneidade nem harmonia no que se pretendia com a nova colônia.

O processo de colonização abarca, de forma articulada mas não homogênea ou harmônica, antes dialeticamente, esses três movimentos representados pela colonização propriamente dita, ou seja, a posse e exploração da terra subjugando os seus habitantes (os índios); a educação enquanto aculturação, isto é, a inculcação nos colonizadores das práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores; e a catequese entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores (SAVIANI, 2011, p. 29).

Dessa fala, é possível perceber que não houve um acordo entre quem ensina e quem aprende, colonos e colonizadores, uma vez que índios deveriam se tornar cativos para o trabalho escravo. Além disso, a desapropriação de partes de terras muito importante que a Coroa Portuguesa passou a se dar o direito de tornar-se dona. Nesse sentido, pode-se dizer que a Educação do Brasil foi forçada a uma existência desajustada e baseada em conquistas para além-mar, e não para o crescimento do Brasil Colônia.

Essa educação era dividida e direcionada por classes e padrão de posses: o filho do branco abastado, o filho do branco sem recursos, o mestiço, o índio e os demais. Casimiro (2007, p. 87) afirma que

[...] os brancos, portugueses, filhos da elite, eram alvo de uma educação formal, longa e diversificada, preparatória para o poder e/ou para a vida eclesiástica. [...] outros portugueses, pertencentes aos segmentos restritos das classes populares, tinham acesso apenas aos rudimentos escolares: isto é, ler, escrever e contar; [...] para os índios e mestiços, a educação era ministrada nas missões, nos engenhos e nas igrejas. A estes ensinava-se, precariamente, o catecismo preparatório para o batismo, para a vida cristã, além de ofícios e tarefas servis que, naquele tempo, por serem consideradas desonrosas, não podiam ser executadas pelos brancos; [...] os colonizadores desenvolveram, também, pedagogias para tratar da educação/evangelização dos escravos (CASSIMIRO, 2007, P. 87).

Seguindo essa linha de raciocínio, compreende-se como se formaram as lutas de classes (este conceito de luta de classe vai ser formulado nos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels, na primeira parte do Manifesto Comunista¹, ou seja, conflitos entre classes antagônicas, entre os que detêm o poder e os subordinados, opressores e oprimidos, esse é o grande motor que move a história) para a contemporaneidade. Esses desvios de direitos que separavam pessoas por cor e classe fizeram do Brasil um país gritante na falta de respeito para com os seus. Mesmo a história contando e vendo-se como é a formação do povo brasileiro, ainda existe, em nosso entendimento, esse “apartheid” social que rotula as pessoas por aquilo que têm.

É certo que o preconceito de cor e raça não nasceu hoje, mas enraizou-se na sociedade de forma que atualmente sofremos os prejuízos de uma formação desleixada, na qual o outro foi visto como subalterno, sujo e despreparado para uma notável vida, tendo o direito apenas à existência.

2.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

O que se conhece hoje como Educação do Campo nem sempre teve essa terminologia, denominava-se “educação rural”, por muitos menosprezada; estudar e morar na zona rural fazia as pessoas serem tidas como “diferentes”.

A terminologia, Educação do Campo, somente surgiu a partir dos movimentos sociais do campo, em 1998, com o advento da 1ª Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, posterior à LDB/96. É nesse momento que a nomenclatura passa a ser organizada pelos sujeitos envolvidos.

Nesse aspecto, Munarim (2010), em sua tese de doutoramento, traça um panorama dos sujeitos e das instituições envolvidas na questão da Educação do Campo, que se legaliza oficialmente apenas em 2008, após dez anos da 1ª Conferência Nacional da Educação Básica do Campo, com a publicação da Resolução CNE/CEB, n. 2, de abril de 2008. O seu artigo 1º ressalta:

Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrado com o ensino médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (BRASIL, 2008).

¹ Documento escrito por Marx e Engels e publicado em 1848 – trata sobre a história das sociedades e a luta de classe.

Segundo Munarim (2010), a Educação do Campo vai muito além do que agrega o Decreto 7.352², de 2010 em seu artigo 1º, ou seja, ainda é preciso se conhecer muito, para somente então se conseguir afirmar que está sendo feito algo de real importância para quem lá vive, sem que seja preciso que se abandone o campo para se ter outras oportunidades, como descrito nos princípios da Educação do Campo.

Art. 2º São princípios da Educação do Campo:

- I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

É necessário, ainda, trazer a entendimento o que vem se concebendo como Educação do Campo. Para tanto, citamos o excerto de verbete elaborado por Munarim (2010) em seu trabalho “Educação do Campo” – para o Gestrado/UFMG, em 2010:

Educação do Campo: Concepção de educação forjada a partir da luta pela terra e por políticas públicas, empreendida pelos movimentos e organizações sociais do campo no Brasil. O principal berço de origem é a luta dos trabalhadores rurais sem-terra, que, desde o início da década de 1980, reivindicam escola pública em cada novo acampamento ou assentamento da Reforma Agrária. A partir da segunda metade da década de 1990, notadamente o Movimento Sem-Terra (MST) e, pouco mais tarde, as organizações sociais vinculadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), bem como outras organizações e movimentos sociais, fazem da educação escolar uma questão destacada em suas pautas. Com mais os debates

² “**DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010.**

Art. 1º A política de Educação do Campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

(...)

§ 4º A Educação do Campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e esporte adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo.”

acadêmicos, pesquisas e publicações, embates jurídicos e políticos, gerando-se, então, o 'Movimento Nacional de Educação do Campo' (MUNARIM, 2008).

A partir dessa concepção, é possível compreender a luta por uma educação “do” campo. Mais à frente, entenderemos que o “do” não tem um ponto final, não tem uma delimitação, visto que é uma luta constante por um direito adquirido, mas não reconhecido, e que é preciso lembrar as autoridades de que, ter uma educação no lugar em que se vive constitui uma conquista. Vale ressaltar, ainda, que o momento não é de parar ou recuar, já que as políticas públicas precisam ser e estar garantidas para os povos acima citados. Ainda que haja críticas a esse modelo de educação, faz-se necessário perseverar, posto que é um direito daquela população e um dever do Estado.

A LDB de 1996 reconhece, em seus arts. 3º, 23, 27 e 61, a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação rural sem, no entanto, romper com um projeto global de educação para o país. A idéia de mera adaptação é substituída pela de adequação, o que significa levar em conta, nas finalidades, nos conteúdos e na metodologia, os processos próprios de aprendizado do estudante e o que é específico do campo. Permite, ainda, a organização escolar própria, a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas (HENRIQUES *et al.*, 2007, pp. 16-17).

Assim sendo, é preciso que os movimentos por uma Educação do Campo prossigam, pois, mesmo estando escritos, não é perceptível a sua aplicabilidade. Sabe-se que as mudanças vão acontecendo de modo lento e, nesse sentido, Leite (2002), Arroyo (2007), Munarim (2006), Caldart (2004) apontam que o campo, apesar de visto como lugar de gente atrasada e de que as políticas públicas, educacionais e sociais não são consideradas prioridades para essa classe, é um lugar de investimentos de todas as formas. Nesse cenário, os movimentos sociais continuam a lutar, considerando que, de certa forma, o Brasil é um celeiro de boas escritas e práticas às avessas. As Leis não são cumpridas e lá fora o país aparece como preocupado com a sua população. Diante disso, o grito dos povos do campo deve ecoar cada vez mais: “Educação do Campo: Direito nosso, dever do Estado”.

O homem do campo que a escola urbana está acostumada a ver e tem estudado é aquele descrito nos livros didáticos, com calças rasgadas, blusa xadrez e enxada nas costas, um “Jeca Tatu”, como descreve Monteiro Lobato acerca do trabalhador rural da grande São Paulo. Porém, o que os livros didáticos não conseguiram passar foi o contexto desse personagem, qual a causa de ele parecer tão moribundo. O texto e desmistificará, ou até “desromantizará” essa situação, esse homem, que é na verdade o retrato do esquecimento de quem põe a mão na terra para saciar

uma nação, do descaso com as políticas públicas voltadas para o campo, ou seja, da indigência social.

Ao trazer essa personagem para esse contexto, Monteiro Lobato, na explicação da criação do “Jeca Tatu”, faz-nos entender que o homem do campo não é assim, ele está assim. Se uma coisa está, ela pode, sim, ser transformada, mas carece de uma ajuda, de um cuidado, e é esse cuidado que o povo do campo não tem, pois falta o olhar dos governos para com as políticas direcionadas.

A chamada Educação do Campo tem sua história escrita por lutas de movimentos. Aqueles que chegam sem conhecer sua estrada podem pensar que tudo está posto e organizado, mas não sabem a que custo. Desfazer secretarias organizadas para sustentar uma política de atendimento à Educação do Campo é um enorme prejuízo, na medida em que se perde o direcionamento. Educação do Campo é mais do que uma escola construída na zona rural, é mais do que artigos escritos por alguém, Educação do Campo é valorizar o ser humano que ali vive, que trabalha a terra.

O primeiro contato de sobrevivência do homem é com a terra, então, por que desarraigá-lo? Ao mencionarmos a Educação do Campo, muitos julgam como se de nada entendêssemos, porque não conhecem a riqueza produzida, tanto alimentar como cultural. Uma vez que se afasta o homem de seu direito de sobrevivência, perde-se também a história, o nascimento de uma cultura, arranca-se o coração de um lugar. Para Munarim (2006, p. 20), “é preciso tentar vencer a dicotomia de que a cidade produz algo melhor que o campo, porque é local de desenvolvimento e o outro local de atraso”, na medida em que se extrai muito do campo em benefício da cidade.

A Educação do Campo nasceu de articulações entre trabalhadores, conforme atesta Fernandes (2006), originando-se a partir de movimentos camponeses para a construção de políticas para áreas da reforma agrária. Dessa forma, ele entende a educação na reforma agrária, como parte da Educação do Campo, “compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo”.

Assim sendo, Sapelli, 2008 lembra o porquê de uma Educação do Campo:

Quando a nomeamos como educação do campo é por estarmos relacionando-a com as lutas sociais coladas aos movimentos sociais, com vistas ao desenvolvimento do campo na perspectiva de inclusão dos trabalhadores. Nesta perspectiva o campo é concebido como espaço de vida e resistência dos camponeses que lutam para terem acesso e permanecerem na terra que é espaço de construção de identidade. Assim, a educação é pensada a partir da especificidade e do contexto do campo e de seus sujeitos. Neste projeto as políticas educacionais são vistas como políticas para formação humana. (SAPELLI, 2008 p.3).

O que deveras precisamos, enquanto engajados numa luta de classe, é ter a percepção de que o ser humano é igual, e a partir disso nos perguntarmos: que igualdade é essa que os diferencia, fazendo uns superiores a outros, uns dominantes e outros dominados? Buscamos compreender a possibilidade no estudo de Karl Marx sobre lutas de classe³ na formação da sociedade, sabendo, desde já, que esse é um caminho longo e cheio de desafios. Marx nos faz refletir que os conflitos de classe estão ligados sempre à condição econômica, pois o que tem mais também detém maiores vantagens, nesse sentido, ele acrescenta: “a revolução do proletário será inevitável”.

Essa revolução que Marx considera inevitável deu ao homem e resplande até hoje uma visão de um mundo que precisa ser tolhido, que não há um mais ou menos, a sociedade precisa se repensar, se reinventar para caber a exatidão do que seja o “humano” para ele, a sociedade é um conjunto de pensamentos voltados a um aprimoramento do que seja o homem.

2.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO: DIREITO NOSSO, DEVER DO ESTADO

Educação é um direito adquirido e definido na Constituição Federal (CF) de 1988, no seu art. 6º, o qual assegura que são direitos sociais “a educação, a saúde, a alimentação, a moradia, o transporte [...]”. No Art. 205, continua, “A educação, direito de todos e dever do estado e da família [...]” e no II do Art. 206 acrescenta: “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”.

Dessa forma, não necessitaria de discussão sobre o tema, mas, sim, do cumprimento da Lei. No entanto, o que se pode verificar é que na educação ofertada a “todos” não cabia o “rural”, o “do campo”, aquele sujeito isolado da dita sociedade burguesa. Para garantir que esses direitos fossem preservados, conforme já mencionado, os movimentos sociais tonaram-se de grande importância para conquistas usufruídas hoje pela população do campo. Logo, o direito nem sempre é vivenciado e o dever nem sempre é cumprido, no entanto, a luta desse movimento busca uma Educação

[...] voltada ao interesse do campo, voltada ao interesse e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo

³ Manifesto Comunista, 1848. Historicamente, é um dos tratados políticos de maior influência mundial, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels, fundadores do socialismo crítico. Esse manifesto nada mais é do que uma revolta contra todas as injustiças praticadas contra o proletariado por uma sociedade que se estruturou a partir do capitalismo, um modelo no qual uns oprimem os outros por questões de igualdade e recursos. O manifesto chama todos a se unirem e buscarem o que lhes é devido. Ver mais em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto_Comunista#cite_note-InfoEscola-1.

às suas diferenças históricas e culturais para que vivam com dignidade e para que, organizados, resistam contra a exploração e a expropriação, ou seja, este do campo tem o sentido do pluralismo das idéias e das concepções pedagógicas: diz respeito à identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira (conforme os artigos 206 e 216 da Constituição) (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, pp. 28-29).

A educação para o povo do campo é e deve ser diferente, entretanto quem faz as leis não vive lá, não sabe a distância entre a casa e a escola, não sabe que tipo de transporte se utiliza e se rios são atravessados. O que se sabe é colocar no papel para acontecer, mas não de que forma esse direito tornar-se-á concreto, já que para os construtores das leis existe um modelo de educação voltado a quem cabe nele, ou seja, à cidade, mas o campo é também um lugar

[...] de vida, onde as pessoas podem morar e trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão às florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e, sobretudo de educação (MANÇANO; FERNANDES *apud* TEIXEIRA, 2009, p. 122).

O que de fato se espera é que o campo não seja visto apenas como um espaço de trabalho braçal, mas onde se constroem vidas. Essas vidas devem ser percebidas como paralelas às da cidade grande, sem que o campo seja compreendido como o outro lado, estigmatizado como menor, como isolado, o que tem acontecido ao longo do tempo. Com vistas a se erradicar esses estigmas, considera-se as universidades lugares de mudança e de igualdade.

Ao observar esse lugar de mudança, Leite (1999, p. 19) afirma:

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos” isso é coisa de gente da cidade.

Fernandes, Ceroli e Caldart (2004, pp. 38-39) explicitam que a escola rural foi e é tratada como um subsídio descartável, ou seja, o resíduo social do sistema educacional brasileiro. Apontam, assim, alguns dos muitos problemas:

- Falta de infraestrutura necessária;
- Docentes qualificados;
- Currículo e calendário alheios à realidade do campo;
- Muitos lugares atendidos por profissionais que nunca tiveram uma formação específica para trabalhar com essa realidade;
- Deslocada das necessidades e das questões do trabalho no campo;
- Alienada a um projeto de desenvolvimento;

- Alienada aos interesses dos camponeses, dos indígenas, dos assalariados do campo, enfim, do conjunto de trabalhadores, de seus movimentos e suas organizações;
- Estimuladora do abandono do campo por apresentar o urbano como superior, moderno, atraente;
- E, em muitos casos, trabalhando pela sua própria destruição, e articuladora do deslocamento dos/as estudantes para estudar na cidade, especialmente por não organizar alternativas de avanço das séries em escolas do próprio meio rural.

Certamente, o problema não ficou no passado. Fazendo uma panorâmica do contexto atual da Educação do Campo, percebe-se que as mesmas mazelas continuam e de forma acentuada. Quem vive no campo pretende, sim, qualificar-se, mas falta oportunidade e tudo isso já citado pelos autores, o que reforça o discurso de que a cidade é o lugar para se crescer, quando se sabe que não é o que acontece. Porém, como dar garantias a essa classe de que ficar no campo é a certeza de um futuro promissor? Nessa perspectiva, Pinheiro (2011, p. 50) aponta que

[...] a Educação do Campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para escoamento da produção; falta de atendimento adequado à saúde; na falta de assistência técnica; no não acesso à educação básica e superior de qualidade, entre outros [...].

A autora acrescenta ainda, que houve inovações no campo, mas em que sentido e em que direção? A esse respeito, expõe:

[...] inovaram: no maquinário, no aumento da produção de grão, nos *agrotóxicos*, alteração dos genes das sementes para exportação em larga escala. Mas os que têm usufruído desses avanços são pequenos grupos de latifundiários, empresários, banqueiros e políticos nacionais e internacionais. Enquanto a outros é negado o acesso a terra para sobreviver e garantir o sustento de outros brasileiros [...]

Com essa fala, é possível perceber uma revolta total que também deve ser nossa, pelo fato de que as populações que lá no campo vivem necessitam, sim, de uma educação de qualidade e de políticas que as alcancem. Assim, compreende-se que a educação, apesar das Leis que a regem, continua elitizada econômica e intelectualmente, causando prejuízos diretos e indiscriminados a pobres e trabalhadores, sujeitos que formam o campo.

A autora discute as inovações para o campo, destacando que a mídia fomenta descaradamente os avanços tecnológicos para o campo, mas o camponês, o pequeno agricultor, não tem direito a essa maquinaria para produção em grande escala, ficando sufocado em meio às grandes produções. Vê-se, diante disso, obrigado a fugir para a cidade, conseqüentemente,

desistindo do sonho da terra, desistindo de ver os filhos herdarem o pedaço de chão, o que nos faz questionar: qual o preço de tudo isso?

Sobre essa inquietação e esse sufocamento do campo, Caldart (2002) afirma que esse contexto é formado por diferentes sujeitos, cada um com sua identidade própria, e não se pode subestimá-los. Destaca, assim, como eles se organizam:

[...] pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, segregados, caboclos, meeiros, boias-frias, e outros grupos mais. Entre estes há os que estão ligados a alguma forma de organização popular, outros não; há ainda as diferenças de gêneros, de etnia, de religião, de geração, são diferentes jeitos de produzir e de viver; diferentes modos de olhar o mundo, de conhecer a realidade e de se resolver os problemas; diferentes jeitos de fazer a própria resistência no campo; diferentes lutas (CALDART, 2002, p. 21).

Quando se entende a formação do “campo” como o exposto acima pela autora, considera-se a forma como a educação está oferecida, como as leis são traçadas e como é possível haver um consenso em sua elaboração. A partir dessa compreensão, aceitamos que não temos sujeitos “uno”, mas “plurais”, ou seja, que vivem em um mesmo ambiente, porém, possuem identidades e formação diferentes. O que não se pode é desejar um currículo único, que abrace uma totalidade, porque, se assim for, muitos serão excluídos desse “abraço”.

Por fim, retomamos os tópicos selecionados no *caput* deste texto para contextualizar a Constituição Federal de 1988, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Primeira Conferência sobre Educação do Campo. O que esses três adventos têm em comum? O que eles representam para a Educação do Campo? Em suma, os três têm em comum a elaboração de Leis que deveriam ser executadas, contudo, a Educação do Campo continua a desejar. Nesse sentido, é necessário fazer uma narrativa refletida e escrita com os sujeitos que, de fato, conhecem e reconhecem essa trajetória.

Quando se compreende que a Educação do Campo nasceu como uma crítica à realidade da Educação oferecida a esses povos, não se critica a Educação em si, mas a maneira como ela é ofertada a esses trabalhadores. Diante do fato de que eles dedicam as suas vidas a construir um país, é improvável que queiram para si o mínimo. Considera-se, assim, que todo sujeito tem conhecimento do significado da palavra cidadão.

A esse respeito, Stédile e Fernandes (1999, p. 107) argumentam:

Não estamos somente preocupados com a conquista de um pedaço de terra, mas com a formação integral de toda nossa base social. Queremos ser libertos e construir comunidades bonitas, com outras relações sociais, baseadas na amizade, na solidariedade. Enfim, comunidades desenvolvidas, no sentido pleno da palavra.

A realidade pode, sim, ser alterada, isto é, o que se teve e tem pode ser reconstruído com outra roupagem. A Educação do Campo não ofende a Educação Urbana, contudo, é preciso uma revisão que vá além de alguns itens e olhe para o “campo”. Quando se pensa que essa Educação do Campo poderia estar, de fato e de direito, proporcionando melhorias, corre-se em direção ao esquecimento da classe, uma vez que parece ser urgente pesquisar mais sobre desigualdades históricas sofridas por quem lá vive.

Vale ressaltar que, mesmo com todas as mazelas, o campo teve e tem crescido, certamente não da forma desejada, mas não se pode dizer que está parado. Mesmo não sendo como o pequeno produtor desejaria, há investimento, porém, as políticas para a Educação do Campo insistem em não observar a necessidade desse sujeito real, a não se preocupar de fato com o que o cerca, pois, a estrutura por si só não é suficiente. Arroyo (1999, pp. 20-21) trata do direito da mulher e do homem do campo através de uma comparação:

Eu faço a seguinte comparação: é como se convidássemos as crianças, jovens e adolescentes, para um banquete intelectual na escola. “Olha aqui um restaurante de primeira. Venham todos que vai ter pratos dos mais requintados, cheio de um conjunto de saberes!” E lá vai a criança carregando sua mochila. Vai lá carregando sua fome de conhecimento..., Mas o que fazemos com essas crianças? O que fazemos com essas crianças? O que fazemos no campo? O que fazemos, também, na cidade? Falamos para elas: “olha, é verdade que você tem direito de comer dos pratos da cultura, do saber, mas antes você vai ter que aprender a mexer com o garfo, com a faca com a colher!” [...] Mas insisto. Cuidado com colocar esse saber letrado como se fosse a única janela para entender o mundo. Lembremos Paulo Freire: Aprender a ler o mundo é tão importante quanto aprender a ler a cartilha. O importante é ler a cartilha para ler o mundo, mas não como se fosse a única janela do mundo.

Seguindo esse pensamento, passaremos de um contexto geral para um contexto mais específico: o estado de Roraima e a Educação do Campo nele desenvolvida, suas lutas e conquistas e como está sendo tratada pelas autoridades na atual conjuntura política. Além disso, observaremos se há diálogo com as entidades e uma preocupação com a proposta curricular para alcançar as massas acima descritas.

2.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DO SUJEITO SOCIAL

A Educação do Campo não pode ser feita de fora para dentro, não pode ser avaliada por sujeitos que lá vão, que olham e saem, mas por sujeitos que com ela se identifiquem. Ela tem seu segredo para subsistir, por isso, salienta-se no texto acima a importância do “do” inserido na nomenclatura “Educação do Campo”, que é explicitada por Caldart (2009):

Na sua origem, o “do” da Educação do Campo tem a ver com esse protagonismo: não é “para” e nem mesmo “com”: é *dos* trabalhadores, Educação do Campo, *dos* camponeses, pedagogia *do* oprimido... um “do” que não é dado, mas que precisa ser construído pelo processo de formação dos sujeitos coletivos que lutam para tomar parte da dinâmica social, para se constituir como sujeitos políticos, capazes de influir na agenda política da sociedade.

Dessa fala, pode-se entender que a Educação do Campo não é feita por quem lá vai, mas por quem lá vive, quem sabe exatamente as necessidades, as carências e como processar um diálogo entre eles. Esse protagonismo de que trata a autora é o mesmo que dizer: “preciso viver aqui para entender que tipo de educação posso oferecer”. Ela argumenta, ainda, que o “do” campo não é dado, é conquistado, construído, ou seja, a identidade de quem vive “do” campo é diferente da de quem vai “no” campo. É desse pensamento que vai transcorrer a pesquisa: não é com quem vai, mas com quem está, com quem de fato faz acontecer. Não é interessante se ter uma visão de fora, mas uma visão atuante e intrínseca às ações campesinas.

Compreende-se, portanto, que a construção do sujeito do campo vai além da escola e de uma série de fatores que, para a educação urbana, não seriam tão importantes. Passados anos desde a promulgação da Lei, têm aparecido no cenário da Educação do Campo inúmeros sujeitos desejando fazer parte dessa história, sem jamais terem passado por um percalço da dificuldade, em especial, no meio acadêmico e em suas investigações sobre o tema da Educação do Campo.

Vale ressaltar a voz de uma senhora que conheci no Primeiro Seminário Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres do Campo, da Cidade, da Floresta e das Águas realizado em Boa Vista, Roraima, no período de 27 a 28 de junho de 2019. Mencionamos a intenção de escrever sobre a identidade da mulher do campo e ela, dona Jacira, moradora do assentamento Tatajuba, região do município do Cantá/Roraima, disse o seguinte: *Escreva, mas não escreva como a maioria escreve, só de ouvir falar, peço que você escreva, mas escreva porque foi lá conhecer, vai lá comigo, passa uns dias comigo para tu ver como é a vida da mulher que mora lá, da professora que mora lá e faz tudo na escola.* No momento, não houve argumentos, mas a vontade de conhecer de perto nasceu ainda mais forte, pois compreendemos ali, com aquela voz que, estar e fazer educação do e no campo vai além da escrita na academia, é preciso ver, tocar e sentir, pois só assim é possível elaborar pesquisa que se torne relevante no intuito de fortalecer o morador, o estudante que ali vive, sabendo que grande parte dos sujeitos do campo é forçada a deixar seu lugar por inúmeras razões.

Como expressou Machado de Assis (1879 *apud* BRASIL, 2000, p. 13),

[...] a nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; destes uns 9% não lêem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância. [...]. 70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber porquê nem o quê. Votam como vão à festa da Penha, por divertimento. A Constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. Estão prontos para tudo: uma revolução ou um golpe de Estado. [...]. As instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos. Proponho uma reforma no estilo político.

Rui Barbosa (1883 *apud* BRASIL, 2000, pp. 13-14), em seu parecer sobre a reforma do ensino, afirmou:

A nosso ver a chave misteriosa das desgraças que nos afligem é esta, e só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria. Eis a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da nação; eis o formidável inimigo, o inimigo intestino, que se asila nas entranhas do país. Para o vencer, releva instaurarmos o grande serviço da « defesa nacional contra a ignorância », serviço a cuja frente incumbe ao parlamento a missão de colocar-se, impondo intransigentemente à tibieza dos nossos governos o cumprimento do seu supremo dever para com a pátria.

Desse ponto, da formação do sujeito do campo, não se pode deixar de citar Caldart, que assevera, desde o início que a Educação do Campo se move sobre o “fio da navalha”. É interessante fazer uma análise dessa frase, que não é de difícil compreensão, a partir da perspectiva de que tudo que é novo, tudo que vai de encontro a interesses políticos e econômicos, causa um desconforto, inclusive a Educação do Campo. Cita-se, ainda, nomes da literatura que estão engajados nessa luta como Chico Buarque e sua poesia militante. Chegar a ser esse sujeito do campo não é simples, mas, sim, um enfrentamento diário de ideias. Esse sujeito não nasce pronto, ele caminha numa construção diária, pois no momento em que se vê junto também se vê só, na medida em que o que deveria proteger também é o que o destrói como trabalhador e como ser em construção.

Estar no campo é ter uma identidade peculiar. O trabalho na terra é um aprendizado de muita importância, como indicam Arroyo, Caldart e Molina (2004, pp. 100-101):

O trabalho na terra, que acompanha o dia a dia do processo que faz de uma semente uma planta e da planta um alimento, ensina de um jeito muito próprio que as coisas não nascem prontas, mas, sim, que precisam ser cultivadas: são as mãos do camponês, da camponesa, as que podem lavar a terra para que chegue a produzir o pão. Este também é um jeito de compreender que o mundo está para ser feito e que a realidade pode ser transformada, desde que esteja aberto para que ela mesma diga a seus sujeitos como fazer isto, assim como a terra vai mostrando ao lavrador como precisa ser trabalhada para ser produtiva.

O sujeito do campo não é só mais um. Ele é importante para o crescimento social e para o sustento dos seus e dos outros, por esse motivo a sociedade deve aprender a vê-lo como parte integrante e igualitária. O sujeito do campo precisa se emancipar enquanto ser pensante por si.

Não é porque está no campo que ele é menor, mas precisa se ver como parte de uma grande engenharia. Essa emancipação⁴ somente se dá por meio da Educação, do conhecimento, pois, uma vez que ele tem conhecimento de sua importância, ele passa a se observar de outra forma. Freire (1981, p. 43), também defendendo essa ideia, afirma que o sujeito é “dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, por isso vem renunciando cada vez, seu saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões”.

Dessa forma, faz-se necessário pensar uma educação baseada em um currículo crítico, para que esse sujeito rompa com aquilo que está posto e que parece ser real e saiba ler sua história criticamente, buscando, assim, suas origens e suas memórias e não se deixando manipular com contos que não fazem parte de sua realidade. Com isso, acredita-se que a Educação do Campo, uma vez voltada para essa formação crítica do cidadão pode cumprir seu papel na formação social de um sujeito emancipado.

O homem produz sua história e sua cultura. Ele se molda às questões de mundo para ser um ser social que caiba nas durezas da vida. Nada se constrói por si só, sempre haverá uma maneira de moldar ou mudar o curso vigente. A vida se faz da cultura, e a cultura, da vida. Nada é perpétuo ou definitivamente acabado, tudo se modifica. Sendo assim,

[...] a cultura é histórica no sentido de que a atividade humana que cria a história é aquela que faz a cultura. Assim, a própria história humana não é outra coisa senão a trajetória do processo por meio do qual o trabalho social do homem opera a dialética da transformação da natureza em cultura (BRANDÃO, 1985, p. 22).

Tanto a história quanto a cultura são criações do homem. Logo, esse homem, uma vez emancipado, dono de suas verdades e sabendo ler criticamente sua história, poderá lutar por algo que lhe pareça soberano, não se deixando mais ser subordinado. Contudo, o que se vive hoje é uma grande ilusão de vida, em que o local se transforma numa grande massificação por meio da chamada globalização, a qual tem feito com que se perca muito do que se havia conquistado (SANTOS, 2011).

Certamente, não se pode afirmar que tudo o que a globalização trouxe é prejudicial, pois ela também tem seu lado positivo para o crescimento econômico, na medida em que abre portas para mercados com os quais antes não se podiam negociar ou havia entraves políticos. Santos

⁴ Para Paulo Freire, a emancipação se dá em duas vertentes: educacional e política. Falar de emancipação é falar de opressão, de lutas por direitos de todos, de uma obscuridade que cerca as classes minoritárias. Em *Pedagogia do oprimido*, Paulo Freire (2011, p 30) defende uma pedagogia que atenda a todos no sentido da emancipação, mediante uma luta libertadora, “que só faz sentido se os oprimidos buscarem a reconstrução de sua humanidade e realizarem a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e os opressores”.

(2006, p. 438) afirma que “a globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de considerar como local outra condição social ou entidade rival”.

3. EDUCAÇÃO DO CAMPO EM RORAIMA

No capítulo anterior, buscou-se conhecer um pouco acerca da Educação do Campo e sua concepção, da Educação do Campo como direito nosso e dever do Estado e da construção social do homem do campo, no intuito de se compreender como se dá essa luta em um contexto mais geral. Neste capítulo, a intenção é compreender a trajetória da Educação do Campo em Roraima, para tornar conhecidos os seguintes pontos: como e por que uma Educação do Campo em Roraima, quais seus desafios, lutas e conquistas, quem está envolvido nessa caminhada, quanto essa Educação do Campo em Roraima já pode ser vista, o que se tem produzido para ajudar nesse crescimento.

Certamente, a Educação do Campo em Roraima não diverge muito da forma como ocorre em outras partes do Brasil, mas apresenta particularidades por ser um estado novo, localizado no extremo norte do país e por ter pontos fronteiriços com outros países. Nesse contexto, conhecer a trajetória da Educação do Campo em Roraima foi importante para o embasamento da pesquisa e a construção identitária da mulher camponesa na contemporaneidade, bem como para adentrar um pouco nos movimentos feministas nesse estado.

3.1 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE RORAIMA

A experiência da Educação do Campo em Roraima ainda é muito incipiente e tem entre 10 e 15 anos de caminhada. Sobre esse tema, o artista Gilvan Santos tem uma música com a seguinte letra: *“Não vou sair do campo pra poder ir pra escola Educação do Campo É direito e não esmola”*. A esse respeito, destacamos as licenciaturas em Educação do Campo ofertadas pelas Universidades Públicas para formação de professores com competência para atuar na referida modalidade. A Universidade Estadual de Roraima (UERR) implantou o curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo no ano de 2010, atendendo em alguns municípios de Roraima. Conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase na Educação do Campo da UERR - PPC (2010): *“Educação no Campo pode ser caracterizada como um movimento, que é constituído pelos sujeitos que vivem numa realidade camponesa, vinculada ao processo de vida no campo com pressupostos educacionais, relacionando o campo como um lugar de vida, não meramente pedagógico”*.

Esse curso tem por objetivo preparar o graduando de maneira teórica e prática para atuar numa carreira docente que seja voltada para a articulação entre ensino e prática social do campo. De acordo com o Projeto do curso (2010, p. 8):

O presente curso tem como concepção de docência: 17 Segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia com Ênfase na Educação do Campo, será desenvolvido por meio da Pedagogia da Alternância, no entanto, embora o projeto declare o curso não se utiliza dessa concepção, desenvolvendo-se de forma modular às sextas-feiras e aos sábados. 56 •Sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, bem como o domínio dos conteúdos a serem ensinados pela escola que permitam a apropriação do processo de trabalho pedagógico, criando condições de exercer a análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional vivida no campo; •Unidade entre teoria e prática que resgata a práxis da ação educativa; •A participação de todos os segmentos integrantes do processo educacional como instrumento de luta pela qualidade de projeto educativo, garantindo o desenvolvimento de prática democrática interna, ou seja, uma gestão democrática, participativa e suas especificidades do campo; •Compromisso social do profissional da educação, com ênfase na concepção sócio-histórica de educador, trabalho coletivo e interdisciplinar propiciando a unidade do trabalho docente inserida na Educação do Campo; •Incorporação da concepção de formação continuada; •Articulação entre ensino, pesquisa e extensão e sua íntima relação com a Educação do Campo.

Além dessa graduação, a UERR mantém o curso de especialização - Educação e Ciências Socioambientais, no município de Rorainópolis, e o Mestrado Acadêmico em Educação, com a linha de pesquisa voltada para Educação do Campo, Educação Indígena e Interculturalidade, na capital. Desde a primeira turma de Mestrado, em 2015, foram desenvolvidas muitas pesquisas relevantes para o fortalecimento da Educação do Campo, assim como para elevar o poder de discussão sobre políticas públicas direcionadas a esse tema. Com base nessas pesquisas, é possível ter conhecimento sobre o número de escolas fechadas no campo, como estão o transporte e as condições das estradas, como alunos do campo têm desenvolvido seu trabalho a partir de orientações dos professores e como os professores do campo se articulam para fazer um bom trabalho.

O Mestrado Acadêmico em Educação conta com professores doutores tanto da Universidade Estadual de Roraima (UERR) quanto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) e da Universidade Federal de Roraima (UFRR). São docentes comprometidos com o crescimento e desenvolvimento da Educação de Roraima, sendo por meio desse Mestrado que o estado prepara professores voltados para a pesquisa e o desenvolvimento. A Educação do Campo é, portanto, resultado de lutas e conquistas que não podem parar, visto que, por muito tempo, enquanto educação rural, esteve fora das instituições de ensino, devendo, pois, com um novo engajamento, propor um ensino diferenciado.

O silenciamento, o esquecimento e até o desinteresse sobre o rural nas pesquisas sociais e educacionais é um dado histórico que se tornava preocupante [...] o movimento por uma Educação do Campo nasceu para denunciar esse silenciamento e esquecimento por parte dos órgãos governamentais, dos núcleos de financiamento e estímulo à pesquisa, dos centros de pós-graduação e dos estudiosos das questões sociais e educacionais (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 8).

Nesse contexto, a Universidade Federal de Roraima não se omitiu de também preparar professores para a missão de qualificar nossos camponeses no seu lugar de vida. Essa formação é promovida por meio do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR), aprovado pela Resolução n. 008/2010-CEPE/UFRR, de 19/04/2010, e pela Resolução n. 07/2010-CUNI/UFRR, de 20/05/2010. Os recursos são provenientes do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), de iniciativa do Ministério da Educação (MEC), cujo objetivo é a formação de professores nas habilitações em Ciências Humanas ou Sociais e em Ciências da Natureza e Matemática. No Projeto Político-Pedagógico do curso está descrito:

A proposta pedagógica do curso é fundamentada na Pedagogia da Alternância e tem como princípio possibilitar o acesso ao Ensino Superior às populações do campo em regime de alternância entre o Tempo Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC). No Tempo Universidade (TU) os discentes necessitam sair de sua comunidade para o campus, enquanto que, no Tempo Comunidade (TC), os docentes deslocam-se para as comunidades (BRASIL, 2011, pp. 20-21).

Essa proposta da alternância é a contemplação do ensino superior, ou seja, o ensino acadêmico e o comunitário não desvinculam o aluno do seu lugar, fortalecendo, dessa forma, a identidade dos povos do campo. A esse respeito, Santos (2017, p. 32) enfatiza:

A licenciatura do campo precisa avançar no quesito interação entre os saberes dos estudantes e de suas comunidades com o conhecimento científico acadêmico, no processo de formação. Para tanto, o contato do educando com as questões de seu contexto é imprescindível, sob pena de truncar um dos principais meios de libertação, que é a produção de um conhecimento vinculado à dinâmica da vida, de tal modo que os sujeitos se percebam parte de uma totalidade que se apresenta diante da urgência da transformação, mediante a percepção das mais diferentes contradições.

A LEDUCARR tem sido de grande relevância para a formação e articulação da Educação do Campo em Roraima, uma vez que forma professores para atuarem diretamente no seu local de vivência, trabalhando com a formação de alternância, ou seja, o discente tem tempo na universidade e tempo no campo. Desse modo, nesse tempo em que ele está em sua comunidade, leva consigo os aprendizados teóricos, os quais passam a ser inseridos na prática

de ensino com a vida cotidiana dos seus alunos, pois o que pensa a educação para além das cidades é ter a mesma qualidade lá no seu lugar, o campo.

Para tanto, a LEDUCARR, pensando em como dar visibilidade ao trabalho desenvolvido e às pesquisas feitas por seus professores e acadêmicos, lançou o livro com temática pertinente no que de fato a Educação do Campo se compromete a desenvolver, ou seja, é uma produção dos pesquisadores e professores da LEDUCARR. O livro é uma coletânea de textos que exprime reflexões, experiências e narrativas sobre a Educação do Campo. Já no prefácio do livro há um ajuizamento do que é ser camponês e precisar lutar por aquilo que é importante para si:

O campo passa a ser um espaço de disputas entre o capital (agronegócio) e o social (população camponesa). Neste cenário, os camponeses, paulatinamente, vão se organizando em prol de lutar pelos direitos ao acesso à terra e pela construção de políticas públicas voltadas ao homem do campo, sendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) o exemplo emblemático deste movimento de organização dos camponeses e camponesas (NASCIMENTO, 2017).

Dentro da composição desse livro, encontra-se o artigo “Uma reflexão sobre a alternância na Licenciatura em Educação do Campo”, no qual a autora entrelaça, em alguns momentos, sua fala e preocupação com as preocupações sinalizadas por Arroyo (2010), ao argumentar acerca dos professores que lecionam no campo, mas não vivem nesse ambiente, indo apenas para dar aulas e voltar à cidade. Trata-se de uma preocupação inerente, pois, uma vez que esse professor não foi formado numa instituição e curso direcionado para a Educação do Campo, como ele poderá fortalecer a educação desse camponês para continuar no campo, entendendo que seu lugar de vida deve, sim, ser valorizado? A autora argumenta também sobre esvaziar a escola do campo de educadores comprometidos com a cultura, o que ocasiona uma descaracterização e desconsideração da forma de vida vivida no rural. Acrescenta ainda que a construção da identidade do sujeito do campo não pode ser tirada dele, pois é bem particular: é um sujeito camponês. Além desse artigo, o livro conta com outros de muita importância, os quais contribuíram para o fechamento da pesquisa que embasou este trabalho.

Ainda sobre a LEDUCARR, acrescenta-se que há um grupo de estudos denominado “Formação de Professores da Educação do Campo”, cujos membros se reúnem desde 2014, com o objetivo de elucidar questões referentes à Educação do Campo e orientar alunos a respeito de seus direitos, pois cabe aos professores e pesquisadores dar um direcionamento aos alunos da LEDUCARR, visando fortalecer a educação na comunidade. Esse grupo lançou seu primeiro livro no ano de 2017, composto por textos de pesquisadores, professores e acadêmicos,

os quais estão certos de que seus textos estão realmente fazendo a diferença na vida dos leitores e daqueles comprometidos com a Educação do Campo, uma vez que a torna mais presente.

Ghedin (2015) cita de forma poética a situação da educação ao afirmar que qualquer pessoa que saiba olhar para o campo sentirá a necessidade de dar as mãos em prol dessa causa, pois é necessário manter os ganhos e garantir as conquistas:

Quando não há história não sabemos mais quem somos. Perde-se nossa identidade humana e cultural. O conhecimento deixa de ser o horizonte balizador de nossos valores, crenças e o modo de fazermos ciência.
Quando não há ciência reproduzimos nossas crenças não fundamentadas, não precisamos de provas, não precisamos de nada a não ser da própria vontade para aniquilar o outro (GHEDIN, 2015, p. 7)

Dessa forma, o grupo de estudos “Formação de Professores da Educação do Campo” prossegue na firme decisão de que o nosso lugar se faz com disposição, força e garra. A esse respeito, Teixeira (1969, p. 285) argumenta que

[...] não se pode descrever e analisar a educação no Brasil sem ter em vista as suas conexões com a cultura e a sociedade brasileiras. Trata-la como se fosse um serviço adicionado à sociedade, cuja qualidade, extensão e distribuição caberia apreciar, não seria, por certo, inútil, mas deixaria de lado a explicação do porque é o que é e se distribui como se distribui. A qualidade, o conteúdo e a distribuição da educação são determinados pelas condições sociais e culturais e revelam formas e modos de atingir e preservar objetivos e valores, nem sempre expressos, mas importantes e queridos da organização social existente (TEIXEIRA, 1969, p. 285).

Constata-se, assim, que a Educação do Campo em Roraima não está parada, ela está em desenvolvimento, na medida em que, educação se faz com luta, sobretudo na atual conjuntura, em que direitos conquistados estão sendo vistos como afronta. Contudo, não se deve parar.

3.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E A RELAÇÃO DO HOMEM COM A TERRA

Acerca da Educação do Campo em Roraima, vale ressaltar que, mesmo sendo um estado jovem, não usufrui de privilégios nessa área. Considerando que sua emancipação como Estado se deu há poucas décadas, já é um lugar carregado de “donos”, terras separadas, como retrata a história. Antes de sua colonização, aqui existiam inúmeras tribos indígenas com vários troncos linguísticos, o que prova a riqueza linguística existente em Roraima. Além disso, seus encontros fronteiriços causam disputas por terra até o presente. A história descreve a riqueza mineral dessa

terra, bem como a riqueza de solo, boa para cultivo. São terras virgens habitadas por índios que atualmente correm riscos porque a terra passa a ser disputada, deslocando-os.

A relação do homem com a natureza tem sido prejudicada pela falta de compromisso com sua preservação, o que para a maioria dos homens, prevalece o capital, que faz do homem um ser desligado da terra. Para caracterizar bem essa relação ou a falta dela, Ghedin (2015, p. 7) continua assinalando que:

Quando um homem tem raízes, elas se fixam na terra, dão flores, produzem frutos e alimentam o mundo. Sem essa dinâmica o homem devora a si mesmo!
Quando a fome impera o homem devora o próprio homem, não importa qual tipo de fome seja esta.
Quando a ignorância reina em nosso meio nos tornamos todos vítimas de nossos próprios mecanismos ideológicos!
Quando se compra aquilo que deve ser conquistado se cria o mercado das crenças e a exploração de quem tem e pode sobre quem não tem!
Quando quem não tem se torna vítima de quem tem acabou a humanidade que a natureza levou dois milhões de anos para formar. Voltamos à condição de bactérias!

Destaca-se que a vida no campo vai além de um olhar interno, mas que necessita de uma visão abrangente da necessidade de um reconhecimento para que não nos tornemos vítimas de um processo desligado e de uma sociedade dividida por questões socioeconômicas, e corroborando com essa fala, Arroyo, Caldart e Molina (2004, pp. 100-101) apresentam o trabalho na terra como aprendizagem importante:

O trabalho na terra, que acompanha o dia a dia do processo que faz de uma semente uma planta e da planta um alimento, ensina de um jeito muito próprio que as coisas não nascem prontas, mas, sim, que precisam ser cultivadas: são as mãos do camponês, da camponesa, as que podem lavrar a terra para que chegue a produzir o pão. Este também é um jeito de compreender que o mundo está para ser feito e que a realidade pode ser transformada, desde que esteja aberto para que ela mesma diga a seus sujeitos como fazer isto, assim como a terra vai mostrando ao lavrador como precisa ser trabalhada para ser produtiva.

Imaginemos, então, o investimento direcionado para formar cidadãos camponeses no seu lugar de vivência, que é o foco de pesquisa. O homem e a mulher do campo em Roraima vivem também suas mazelas, porque dependem das políticas públicas direcionadas. Emir Sader (2012), no prefácio do livro *A Educação para além do Capital*, faz uma importante reflexão: “para que serve o sistema educacional – mais ainda, quando público –, se não for para lutar contra a alienação? Para ajudar a decifrar os enigmas do mundo, sobretudo do estranhamento de um mundo produzido pelos próprios homens? ”

O autor continua dando outros direcionamentos, inclusive sobre ser analfabeto não ser mais ausência de leitura, mas falta de interpretação da vida, do meio em que se está inserido, o que causa um grande prejuízo, pois torna o povo ainda mais subordinado à informação midiática, posta para alienar quem pouco busca conhecer, por falta de incentivo ou de condições diversas.

O trabalho do homem e da mulher do campo em Roraima não diverge dos demais camponeses de outras partes do Brasil, as quais enfrentam falta de investimento e estradas ruins para que possam escoar sua produção. Além disso, no que se refere à Educação ofertada, também são prejudicados pela falta de estrutura, de pessoal, professores, material didático, tendo o ano letivo prejudicado pelo descaso, conforme informam os noticiários constantemente. Para efeito de pesquisa, estamos com o calendário escolar para início de 2020⁵ em 30 de janeiro, mas as escolas do interior, a maioria, ainda irão encerrar o quarto bimestre de 2019 até meados de junho de 2020, por quê? É culpa do aluno que não foi à escola? A quem imputar tamanho descaso?

Dentro desse contexto, pode-se afirmar que a luta dos camponeses e camponesas pela sobrevivência é constante, por meio de movimentos sociais, quando uma classe se une para alcançar um bem para todos. A educação deveria ser um bem para todos, a terra deveria ser um bem para todos, e não uma riqueza nas mãos de poucos. Assim sendo, é preciso como estamos nos comportando diante das situações de lutas, pois, se somos donos da terra, por que é que estamos a acabar com ela?

O que sempre esteve em jogo nos diversos modos de produção surgidos ao longo da história foi sempre o como produzir e o para quem destinar os frutos da produção, já que a questão de onde retirar a matéria-prima necessária teve sempre uma resposta única: da natureza (PÁDUA, 2004, p. 27).

Partindo desse pressuposto, é compreensivo que a globalização tenha tomado conta daquilo que parecia ser local, universalizando valores, transformando direitos únicos em direitos universais e deixando o homem sem saber onde se localizar. Dessa forma, a labuta do povo camponês, aquele que escolheu o campo como seu lugar de viver e produzir, precisa estar voltada para o que de fato o fortalece enquanto sujeito do lugar, pois, conforme Fernandes (2002a, p. 67):

A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de

⁵ Matéria: Governo divulga calendário letivo de 2020 para escolas de Boa Vista. Fonte G1.globo.com>rr>roraima>noticia>19/12/2019, por Fabricio Araújo. Acesso em: 18 jan. 2020.

pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural (FERNANDES, 2002a, p. 67).

Nesse sentido, Santos (2015) discute sobre a formação social e política de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Roraima, argumentando da seguinte maneira:

No estado de Roraima a organização social e política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais foi silenciada, descaracterizada e estigmatizada principalmente sobre dois aspectos: ora como “migrantes pobres”, “maranhenses despossuídos”, “gaúchos pobres”, “vítimas das políticas militares para a Amazônia”, “camponeses trazidos pelo Incra”, ora até mesmo como “preguiçosos”, “transgressores das leis que vendiam seus lotes”, “criminosos por serem considerados os devastadores da floresta” (SANTOS, 2015, p. 54).

A autora traz depoimentos de pessoas que trabalharam na formação do dito rural de Roraima, as quais contribuíram para que houvesse o que hoje chamamos de nosso, de nossa terra. Formaram a grande massa roraimense vinda de todas as partes do Brasil, juntando culturas e histórias e formando novas identidades, mas com um único sentimento: o de pertencer a essa parte do extremo norte do Brasil.

Com base nessa formação, a autora destaca a riqueza da solidariedade entre migrantes na construção de uma sobrevivência, bem como a falta de equipamentos para construção de casas, abertura de estradas, entre outros aspectos. Cita ainda a falta de alimentos, apontando que a cooperação de todos era bem-vinda, resultando assim no que hoje vivemos: laços sociais, comunidades que se juntaram para formar uma gestão participativa.

Contudo, a dificuldade prevalecia e os sujeitos do campo se viam obrigados a abandonar seus lotes por falta de recursos para manter a si e a sua família. Às vezes, precisavam vender o que já estava quase organizado e “começar do zero”, numa parte mais distante, porque necessitavam daquele recurso. Desse modo, o que era visto como êxodo rural era mais uma forma de sobreviver, e não preguiça de cuidar da terra.

Da mesma forma, abandonar seu lote tem um significado mais profundo do que simplesmente deixar para trás; ao perceberem que não iriam melhorar suas condições de plantio, de colheita e, principalmente, que teriam dificuldades no escoamento da produção, parte desses colonos inicia uma nova migração interna, no mesmo assentamento, ou, uma nova forma de obter recursos financeiros, vendiam o lote que já estava em melhores condições para trabalhar, e se mudavam para lotes mais afastados (SANTOS, 2015, p. 66).

Essa era a maneira encontrada para se manterem no campo. Porém, para quem não conhece a vida no campo, como aponta a citação acima, acaba caracterizando esses povos como “preguiçosos”, julgamento que ocorre ainda no momento atual. No entanto, não se sabe o quanto é penoso lavar a terra com as próprias mãos, não ter na hora do almoço a mesa farta, dispondo, às vezes, somente do mínimo, para si e para os filhos. Sem incentivo governamental, o campesino se vê na obrigação de, ao menos, dar aos filhos uma vida mais digna e os envia para a cidade para tentar algo diferente. Será que realmente este é o desejo do pai de família: separar-se de seus filhos?

De acordo com Caldart (2004, p. 5),

A Educação do Campo tem um vínculo de origem com as lutas sociais camponesas. Pensa a educação dos sujeitos do campo desde o vínculo com a luta pelos direitos das mulheres camponesas, com a luta pela Reforma Agrária e por um projeto camponês de desenvolvimento do campo, com a luta pela democratização do acesso à água; com a luta das crianças pelo seu direito à infância. A Educação do Campo não precisa e nem deve ser um projeto de educação apenas dos camponeses, nem apenas de quem participa de lutas sociais; mas este vínculo lhe confere um traço de identidade importante e que não pode ser perdido (CALDART, 2004, p. 5).

Assim, por falta de escolarização e de melhorias de trabalho, o campesino vê-se obrigado a tomar atitudes que causam sofrimento para pai e mãe, que ficam sem encontrar saída, já que não existem políticas públicas de assistência a todos.

Diante do que foi discutido, fica claro que o que ocorre em Roraima não difere daquilo que acontece em outras partes do país, visto que a luta por Educação do Campo e por um pedaço de terra não se deu e não se dá de forma fácil, mas com reivindicação e grito de uma minoria que sabe que terra é vida e sustento. Porém, a maioria apenas busca o capital além da educação, o que deveria ser o contrário, educação para poder trabalhar o capital e moldar uma sociedade que justificasse o uso da terra, o cultivo sem destruí-la, porém, os grandes latifundiários se esquecem de que todo recurso natural é finito, pois de onde se retira sem repor um dia acaba. A terra sofre as agressões não do pequeno lavrador, mas das enormes máquinas, as quais não possuem sentimentos.

3.3 MOVIMENTO DE MULHERES DO CAMPO

Nunca se abordou tanto sobre direito da mulher e violência contra a mulher como nos últimos tempos, ou melhor, a partir da década de 1970. O *site* do Movimento de Mulheres

Camponesas⁶ traz toda a história desse movimento, desde o seu nascimento até as lutas vivenciadas, com depoimentos e vídeos dos mais diferentes lugares e ações. As mulheres camponesas não são diferentes das mulheres da cidade em nada, a não ser pela força que as impulsiona a batalharem por dias melhores para si e para os seus. Se existe violência na cidade, há também no campo. Desse modo, a pergunta que deve surgir na cabeça do leitor é a seguinte: como será que ela – mulher campesina – se protege? Eis a questão. Pode até parecer que quem está dentro do mato não passa por opressão, abuso ou violência das mais diferentes maneiras. Quando isso acontece, a quem recorrer se as autoridades estão distantes do seu lugar de vida? A pergunta continuará, porque, enquanto uma mulher for violentada em sua situação de mulher, todas serão.

No primeiro Seminário de Políticas Públicas para Mulheres, ocorrido em junho de 2019 em Boa Vista, Roraima, essa foi uma fala muito forte entre mulheres do campo e mulheres indígenas. Algumas se levantaram e protestaram em meio à fala de autoridades, pois, segundo elas, são elas que sabem a real necessidade da mulher que vive na roça ou na comunidade. De acordo com essas mulheres, se são maltratadas ou violentadas pelos companheiros ou desconhecidos, ainda correm sério risco de serem maltratadas ao buscarem ajuda, posto que, de acordo com elas, já aconteceu de um delegado aproveitar-se de situações como essa para maltratar ainda mais a mulher.

Durante o evento, ainda apontaram a falta de delegacia próxima para registrarem suas ocorrências, ficando assim à mercê do descaso, ou seja, a mulher no campo precisa de proteção. Nesse contexto, nós pesquisadores devemos sair da nossa zona de conforto, ou seja, do nível da academia, e dar voz a quem de fato sabe mostrar as causas e consequências da falta de políticas públicas direcionadas, pois precisamos compreender que entre elaborar leis e pô-las em prática há caminhos quase que opostos. A esse respeito, Silva (2011) esclarece o que é ser campesina, o que é ser mulher do campo:

Nesse sentido, a identidade camponesa é o reconhecimento do que o identificado que lhe é próprio. Ela é caracterizada pelo modo de viver, pelo modo de se relacionar com outros grupos sociais e com a natureza, através do uso que se faz dela, expressos pelos hábitos alimentares e comidas típicas, pela cultura, pela música, pelas danças, pela mística e religiosidade, pelo jeito de produzir e de cuidar da terra. Para o camponês e a camponesa, a terra é o lugar de reproduzir e cuidar da vida. As sociedades e comunidades tradicionais, nas quais se inserem os indígenas, os quilombolas, os sertanejos, os caiçaras, os caboclos, os extrativistas e, por fim, o campesinato em toda sua sociodiversidade, caracterizam-se pela sua dependência em relação aos recursos naturais. É no aprendizado sobre o funcionamento dos ciclos naturais – de quando chove ou faz seca, sobre as plantas que ali crescem ou os animais que por ali vivem –

⁶ Ver mais em: www.mmcbrazil.com.br

que nasce e se desenvolve o conhecimento sobre essa diversidade, e que tradicionalmente é repassado de uma geração a outra. Assim se constrói “o modo de vida” de cada povo ou comunidade tradicional e são definidos os seus territórios, espaços onde cada grupo se reproduz econômica e socialmente, auto identificando-se com “o lugar”, por pertencer a uma cultura distinta da demais. Assim é o camponês brasileiro (SILVA, 2011, p. 453).

Esse ser campesino, mulher do campo, não é ser isolado, tendo em vista suas relações com outras comunidades, formando sociedades. Muitas vezes, considerando a situação de diferente, como muitos querem atestar, pode causar um diferencial, sim, mas não é diante disso que a mulher do campo para, pois ela se faz ser, apesar de ter que vencer grandes barreiras, afirmativa que identificaremos nas análises das entrevistas, o que nos dará uma visão geral do que é ser e estar mulher do campo. Silva (2011) discute sobre conhecer o funcionamento dos ciclos naturais, pensamento que está na fala das mulheres. O mais interessante nesse convívio de descoberta do que é ser mulher do campo é compreender que, mesmo com tantas dificuldades, nós aprendemos a ter um novo olhar sobre nós mesmas, ter outra configuração de mundo, de sociedade, na medida em que não existe sociedade sem indivíduo nem indivíduo sem sociedade, ou seja, um ser humano é importante para outro.

O movimento de mulheres do campo vai além de simples convenção, porque busca uma recíproca social, entendendo que nada se faz só. As mulheres têm se mostrado fortes nessa luta, o que nos leva a dialogar com Hall (2006), quando aponta a construção da identidade pós-moderna, destacando a imprevisibilidade e insegurança da contemporaneidade. Isso posto, indaga-se: como se identificar ou criar para si essa valorização ou essa interpretação do “eu” enquanto mulher campesina?

Para tratar das diferenças entre mulheres do campo, é preciso traçar um plano, já que todas não estão no mesmo patamar e o pano de fundo é a distribuição de terras, o que não é igual para todos. Sabe-se que a maioria das terras estão nas mãos de poucos, sobrando apenas uma pequena parte, que deve ser dividida em ínfimas parcelas para o pequeno produtor, aquele que trabalha com as mãos na terra, mesmo sem maquinário, sem empregados. Nesse contexto, entra aquela mulher que sabe que é parte de um todo, mas que o todo não a conhece.

O gênero é um dos fatores medulares na construção de desigualdades. Para além das diferenças biológicas, foram estruturadas distinções sociais e culturais entre homens e mulheres, dentro das quais se estabelecem hierarquias de poder, de *status* e de renda. Finalmente, os atributos individuais constroem-se socialmente como resultado de processos históricos (DIAS, 2007, p. 128).

A mulher sempre se desafiou a fazer mais, uma vez que ela é parte importante do desenvolvimento socioeconômico e cultural dessa parcela rural, pois parte dela ou, ao menos fica com ela a responsabilidade de manter vivas as memórias, tradições, costumes e valores, ou seja, sua importância não se limita apenas a condições do trabalho agrícola (CARNEIRO, 2001, p. 1). Quanto a esse ponto, Perrot (2011) lembra que a mulher sempre trabalhou, mas seu trabalho era visto somente como atividades diárias, ou seja, apenas como uma “ajuda”. Elisabeth Maria Cardoso, da ONG Articulação Nacional de Agroecologia, acrescenta:

No campo, a agricultura, que é a atividade produtiva, se confunde com a doméstica. E a mulher não é reconhecida pelo trabalho produtivo, é como se não fizesse nada. Ao se ausentar, a mulher deve conseguir adiantar as obrigações do lar ou ter quem a substitua. É um preconceito muito grande. Mesmo com as outras mulheres acham estranho se a vizinha começa a sair demais. As companheiras começam a falar mal, a dizer que está “enganando o marido” (Elisabeth Maria Cardoso, ONG Articulação Nacional de Agroecologia, 2014, p. 1).

Dessa maneira, é preciso discutir a importância da mulher no campo e sua atuação como sujeito que realmente se preocupa com a situação de um todo, buscando valorizar essa mulher e seu trabalho, sendo este direta ou indiretamente ligado à agricultura, o que não pode é continuar na invisibilidade (CASTRO, 2014, 2015).

Para Saffioti (2013, p. 32):

Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhavam nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, teciam e fiavam, fermentavam a cerveja e realizavam tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel fundamental (SAFFIOTI, 2003, p. 32).

De acordo com a citação, pode-se ver além do que é ser mulher, valorizando aquela que empreende para que a economia cresça, que vai à luta por tudo que ela pode oferecer aos seus e aos companheiros. Sendo assim, a mulher é o ser que segura em grande parte a sustentabilidade de uma sociedade tão marcada pelo patriarcado, uma vez que, mesmo desempenhando papéis tão importantes quanto o sexo oposto, ainda não conseguiu se ver como é de fato. Teríamos nós a obrigação de fazer essa mudança, em especial com as mulheres camponesas, fazendo-as compreender que o seu trabalho não é uma atividade de ajuda ou diária, mas um trabalho de destaque? Até mesmo seu companheiro precisaria compreender a

importância dessa mão “colaboradora” no seu dia a dia, transformando numa mulher, de fato, empoderada naquilo que faz.

4. A IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO

Antes de filosofar sobre um objeto, é necessário examiná-lo com exatidão. Qualquer explicação ou interpretação deve ser precedida de uma observação e de uma descrição exata do objeto. [...] Devemos, pois, aprender com um olhar penetrante e descrever com exatidão esse fenômeno peculiar de consciência que chamamos de conhecimento (HASSEN, 2000, p. 19).

No capítulo anterior, versamos sobre a Educação do Campo e a Mulher do Campo, buscando uma aproximação entre nós e nosso objeto de estudo. Neste capítulo, o foco é entender a construção identitária da mulher campesina, com a primeira abordagem voltada para compreender o que seja identidade, a partir de teóricos, uma vez que a identidade como conceito definido não existe e mulher é um campo quase intransponível. Dessa forma, juntar esses dois *icebergs* – identidade e mulher – é aventurar-se numa caminhada rumo ao desconhecido, numa busca sem certeza de encontrar o que se deseja.

Compreender as lutas que foram travadas por mulheres em movimentos, citando o *movimento feminista*, é levantar a bandeira de que tanto carecemos, uma vez que a mulher em seu papel originário (se é que se pode afirmar que houve um papel de origem) deseja alcançar a liberdade. É evidente que se prega a igualdade, mas até que ponto? Até onde podemos ir por esse desejo do igual, se de alguma forma a mulher é tolhida em suas conquistas, posto que, apesar de ser igual, é vista como sem importância? O passo para algumas conquistas começa com o direito ao voto, o que parecia que abriria as portas de muitas formas. Essa luta iniciou-se com as “sufragistas”, as quais, por serem forçadas a trabalhos sub-humanos, começaram a gritar por si, ainda que muitas tenham sido presas, perdido as vidas e suas famílias, o que nos obriga a continuar com voz audível em defesa de todas.

Devemos mostrar que o voto assegurará à mulher uma posição igual e salários iguais no mundo do trabalho; que abrirá para ela as escolas, as faculdades, as carreiras profissionais e todas as oportunidades e vantagens da vida; que ela terá em suas mãos um poder moral de deter a onda de crime e de miséria em todos os lugares⁷.

Somos mulheres constituídas biologicamente, contudo, essa constituição não nos programou para nos percebermos como inferiores ao sexo oposto e para vivermos na

⁷ Texto extraído do livro *Mulheres, Raça e Classe*, de Angela Davis (2016, p. 143). O objetivo é termos uma base de que a luta da mulher por direitos vem de longas décadas e que o movimento de mulheres, diferentemente daquilo que ouvimos, que a mulher quer ser superior ao homem, não busca essa finalidade, mas intenciona, desde os seus primórdios, a igualdade de direitos, em trabalho e salários. Ou seja, essa questão não é nova, não é uma invenção da mulher contemporânea, hoje se afunila por poder ter voz, estar na política e assim a mulher pode mais que outrora buscar seus direitos.

insignificância. A sociedade nos rotulou com essa fragilidade, a qual, para a mulher de hoje, é inexistente. Porém, em décadas anteriores, nós fomos vistas como a parte frágil de uma criação divina (na criação do homem, segundo a Bíblia, a mulher foi tirada da costela do homem). Não seria então uma analogia de que deveríamos viver em mesma igualdade? Se fomos feitas dessa costela, certamente não deveríamos estar nem acima nem abaixo e não poderíamos ser rotuladas como classe inferior. No decorrer da história, com a possessão do homem sobre a mulher, fomos endeusadas, mas esse endeusamento representa também violência, maus-tratos, invisibilidade e o não viver.

Ser mulher na contemporaneidade é saber de onde veio, quem a colocou onde está e se manter de pé. A literatura feminina, em especial sobre diretos das mulheres, não foi bem vista, assim como ainda não é. Prova disso é entrar numa livraria em pleno século XXI e perceber que a maior parte dos títulos ainda é de escrita masculina. Ressaltamos aqui como caminha essa literatura.

Segundo a BBC Brasil, início do século 19 a meados do século 20, para fugir das críticas e até do preconceito, mulheres escritoras e artistas preferiam (ou eram obrigadas) a usar nomes neutros ou masculinos, a exemplo, citamos Amandine Dupin (1804 – 1876) que foi George Sand, romancista, articulista e memorialista, escreveu mais de 80 livros, entre eles a autobiografia “História da minha vida”, (1856) publicado no Brasil pela editora Unesp, assinado sempre como George Sand, citado por Fiódor Dostoiévski, no “Primeiro lugar das fileiras dos escritores novos”, precursora do feminismo na França.

No Brasil, citamos Maria Firmina dos Reis, não usou nome masculino, mas absteve-se de assinar seu próprio nome, escritora do Romance “Úrsula” (1859), considerado o primeiro romance abolicionista na Literatura Brasileira, sua assinatura, dizia apenas “uma maranhense” (Constância Lima Duarte, professora de Literatura brasileira – UFMG)⁸.

E para corroborar com a escrita da BBC Brasil, Muzart (2003 p. 267) argumenta que

[...] no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente (MUZART, 2003, P. 267).

⁸ Os dois parágrafos trazem nomes de mulheres que de alguma forma obrigadas a usar nomes masculinos ou suprimir sua identidade feminina, acentuamos os nomes completos para dar sustentabilidade à sequência da escrita. (grifo da autora)

Seguindo o pensamento acima descrito acerca da percepção de identidade feminina, Hall (2006) assegura que a identidade vem se configurando ao longo dos tempos, pois o homem, nesse caso a mulher, vem se autoconhecendo a partir de um espelho social. Percebe-se adiante que os estudos sobre identidade levam a caminhos, às vezes, sem saída. Tivemos a percepção de que o ser humano é fácil de compreender. Porém, Ciampa (1996) afirma que vivemos uma metamorfose, logo, o que nos espera adiante é apenas o desconhecido.

Ao tratarmos de contemporaneidade, não podemos deixar de pensar que ainda não usufruímos de todos os direitos. Em face desse contexto, podemos indagar: o que é uma mulher para a sociedade? Imaginemos então o que é a mulher no campo? Bourdieu, na obra *Dominação Masculina*, leva-nos a perceber que a conquista de uma mulher por um homem é um prêmio a ser mostrado, o que não se restringe a nossa cultura, posto que já fomos objetos de valor simbólico por muito tempo. Essa dominação infelizmente ainda subsiste, basta observarmos os números sobre a violência doméstica, sem mencionar outros exemplos. Em pleno século XXI, a mulher ainda é inferiorizada e maltratada, mas está com outra visão de mundo, ainda que não sejam todas.

A mulher não sabia o que a angustiava tanto, mesmo tendo uma casa e filhos para cuidar, o que era considerado um privilégio, pois a mulher que possuía um marido e carregava o seu sobrenome era a que tinha valor, sendo as demais, objetos de desejo a qualquer que fosse. No entanto, como citado acima, a mulher foi acordando para outros desejos. Por que ficar somente em casa, não ter ela mesma seu nome, não poder falar no plenário da assembleia, não poder entrar em qualquer lugar, assim como o homem? Essas e outras questões levaram as mulheres a desafiar todo um sistema, o que até hoje fazemos quando colocamos nossos nomes e rostos numa disputa, seja por qual motivo for, e passamos a ser alvo de desconfiança e perigo.

Dessa feita, a pergunta que não quer e não pode calar é a seguinte: que importância tem a mulher do campo? Ela não está numa fábrica ou numa loja, não está concorrendo a cargo público, pois está simples e honestamente com as mãos na terra, plantando e colhendo o seu melhor. Enfim, quem é essa mulher e que identidade tem ela? Constrói-se uma identidade pela rele necessidade de um bem viver. Logicamente, todos esperam uma mulher conforme a moda ditada por uma sociedade egocêntrica e preconceituosa, mas a mulher da contemporaneidade se veste de vida, a seu modo.

4.1. CONCEITUANDO IDENTIDADE

A partir dessa introdução, conhecemos um pouco sobre a mulher e nos aprofundaremos nos conceitos de identidade elaborados por Hall (2006), Bauman (2005) e Ciampa (1996), bem como em outros que julgarmos necessários para melhor compreensão ao longo do texto. Como as identidades aparecem, qual a necessidade de colocar uma identidade para ser reconhecida como aquilo que somos, ainda que correndo o risco da estigmatização, e qual a dificuldade de adentrarmos no assunto sem sermos questionados ou taxados de “mimisentos”⁹?

Na atual conjuntura, lutar por direitos que devem ser de todos, mas que apenas alguns usufruem, é ofender a minoria que se tornou maioria, subjugando a maioria que se tornou minoria. Isso posto, torna-se necessário, ainda que curto, um diálogo com Boaventura Sousa Santos (2001), visto que, para ele, o direito à igualdade deveria ser também o direito à diferença, pois, em sua ótica, existe um paradoxo, ao mesmo tempo que se reconhecem as diferenças constituídas historicamente. Ainda assim, é indispensável um olhar sobre a igualdade e reconhecimento dos direitos múltiplos culturais que convivem numa sociedade. De acordo com o autor, em *A Gramática do Tempo*, “a complexidade dos direitos humanos reside em que estes podem ser concebidos e praticados como forma de localismo globalizado, quer como forma de cosmopolitismo subalterno e insurgente; por outras palavras, quer como globalização hegemônica, quer como globalização contra hegemônica” (SANTOS, 2006, p. 441).

Assim sendo, o estudo sobre identidade deve levar em conta seu aspecto interdisciplinar e sua (in) definição, sabendo que não existe definição, logo, não existe um conceito fechado, pois, conforme os autores mencionados, as identidades são muitas e aplicadas segundo o contexto e tempo histórico. Nesse sentido, Silva (2000, p. 10) afirma que a construção da identidade é tanto “simbólica quanto social”. Para compreendermos essa construção, abordamos conceitos e debatemos sobre eles, fazendo alguns paralelos na tentativa de darmos consistência ao nosso desafio de pesquisa, uma vez que construir uma identidade é luta, é um apego e desapego, é estar e também não estar, é ser e também não ser, sigamos!

Nessa perspectiva de compreender como se constrói uma identidade, é necessário percebermos as mudanças e o mundo como um todo e em pedaços. Nesse sentido, Hepburn (2005, p. 254) argumenta que identidade “pode ser comparado a um mosaico ou a uma tapeçaria composta de múltiplas contribuições culturais, em que uma contribui para o significado e a

⁹ Termo cunhado em meio às lutas de classe nessa contemporaneidade por pessoas que não conhecem a história. Quando se luta por um direito que deveria simplesmente existir, dizem: estão de “mimimi”, por não saberem que há diferenças entre pessoas.

beleza do conjunto.”. Logo, não há como uma identidade ser unitária, pois ela é uma junção de fragmentos sociais, os quais se convertem em um todo maior e esse todo é o que caracteriza esse ou aquele.

Para Hall¹⁰ (2011), há três tipos de identidades que estão relacionadas a períodos da história: no primeiro, temos a identidade do sujeito iluminista, período em que se acreditava que o homem nascia com uma identidade e essa permanecia com ele até o fim, ou seja, não havia transformação para esse ser; no segundo, temos o sujeito sociológico da idade moderna, o qual considerava um núcleo interior denominado de identidade, mas que também se modificava com a interação entre o eu e a sociedade; por último, há o sujeito pós-moderno da atualidade, o qual possui identidade fragmentada, ou seja, o indivíduo pode conter várias identidades, as quais, algumas vezes, são contraditórias ou não resolvidas.

Seria interessante a continuidade de uma identidade única, mas quem seria o ser humano se não acompanhasse a evolução do ser? Essas identidades foram se transformando, ganhando novas formas com a chegada da modernidade e o fenômeno da globalização, fazendo esse ser se questionar e buscar novas posições de como se enquadrar. Nesse contexto, pensando nessa modernidade modeladora de um novo ser, Marx e Engels (1973, p. 70) afirmam o seguinte:

É o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos. Todas as relações fixas congeladas, com o seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar (MARX e ENGELS, 1973, p. 70).

Corroborando com essa afirmação de Marx e Engels, é possível perceber que as identidades construídas, sendo elas únicas e grupais, desfazem-se com a necessidade do ser de se deslocar de se refazer. É esse refazer do ser o que Ciampa tende a chamar de “metamorfose”, um ser em constante transformação para adequar-se à realidade vivida ou experimentada. Giddens (1990) cita diferenças entre as sociedades tradicionais e as sociedades modernas, pois nessa modernidade tudo flui com mais intensidade, fazendo assim com que não se tenha muito a pensar, enquanto a sociedade tradicional cuidava dos costumes e da preservação de símbolos:

¹⁰ Nascido na Jamaica em 1932, Stuart Hall dedicou-se aos estudos culturais, com temas voltados para dimensão política, globalização e política nacional. Suas principais obras, que fazem parte da nossa escrita, são: 1. *A identidade cultural na pós-modernidade*, na qual afirma que as velhas identidades que por tanto tempo foram o alicerce do mundo estão em declínio, citando a crise de identidade e a “descentração” do sujeito; 2. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, em que retrata a fronteira entre a exclusão de uma identidade por uma outra ou sua miscigenação e formação sincrética. (Elaborado a partir de nossas leituras avulsas com base no texto do autor).

Nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, por sua vez, são estruturados por práticas recorrentes (GIDDENS, 1990, pp. 37-38).

Logo, identidade para Hall é o deslocamento do ser humano em busca de verdades de si mesmo, vivenciando uma modernidade que lhe apressa a se compreender enquanto ser social. Esse deslocamento faz do ser um ser múltiplo de muitas faces, tendo de se adequar a novas tendências e situações por ele mesmo produzidas, já que, na maioria das vezes, ele, enquanto ser social, precisa quebrar seus próprios paradigmas para, somente assim, dar-se conta de que a vida deslocou. Esse entendimento o faz um ser diferente, em especial quando se busca compreender os acontecimentos que o envolvem e envolvem o outro, posto que a sociedade pós-moderna caminha numa rapidez desenfreada na busca de autoconhecimento.

Para entender essa rapidez com que se avança na modernidade, faz-se necessário compreendermos em larga escala o contexto histórico-social no qual estamos inseridos. Bauman¹¹ (2001) denomina essa rapidez e essas mudanças de “modernidade líquida”, compreendendo esse conceito a partir das observações de mundo, de como se processa o bem viver meu e do outro, nas relações familiares, de trabalho, entre outras. Nesse sentido, tudo se dilui, nada é concreto e não existe. Para esse autor, uma identidade estável, mas instável, que se adéqua conforme a necessidade do indivíduo, ou seja, ela é negociável, e não mais preestabelecida, definida como na modernidade. O autor acrescenta ainda que “uma identidade coesa, firmemente fixada e solidamente construída seria um fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade” (BAUMAN, 2005, p. 60).

O autor trata de um sujeito que há poucas décadas não sabia o que eram essas tantas identidades surgidas nessa nova modernidade, em que nada mais se fixa. As relações de vida são diluídas e trocadas com muita facilidade. Então, como se ver nessa nova estrutura identitária? Ele traça um paralelo entre o que era e o que é esse ser social, até por ser um sociólogo contemporâneo busca as raízes dessa liquidez para tentar entender como o ser humano se envolve em tantas (in)compreensões da vida moderna. Em um passado bem

¹¹ Zygmunt Bauman faleceu em 2017, mas deixou um legado sem tamanho. Sociólogo, pensador e professor, teve sua voz crítica voltada para a sociedade contemporânea, sendo dele uma das expressões que mais representam a sociedade atual: “modernidade líquida”, tempos em que nada se ossifica, mas tudo se dilui, as amizades, as famílias e, em especial, ideias e pensamentos. Tudo flui de maneira escorregadia, não dando tempo nem mesmo de fazer um laço. As obras desse importante sociólogo que mais nos chamam a atenção são: *Vidas desperdiçadas* (2003), *Vidas em fragmentos* (1995), entre outras tantas que nos levam a perceber o mundo e a construção de vida de maneira mais clara e nos fazem querer fazer parte da mudança, abrem nossos olhos para “dentro”, contudo nos remetem para fora com estranha sensação de nada fazer pelo outro.

próximo, o sujeito tinha uma identidade de nascença, ou seja, no seu nascimento ele já estava definido com um sobrenome herdado de outro e assim era conhecido, sendo essa sua identidade.

Para concordar com essa fluidez, Hall (1998, p. 7) afirma que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até visto como ser unificado”. Segundo o autor, as mudanças estruturais que conhecemos até o século XX estão se transformando, e nessa transformação surgem novas formas de “exercer” outras identidades.

Compreendemos que essas novas identidades não aparecem, pois elas são frutos de uma mudança no meio social. Para Bauman (1998), as identidades antes da modernidade simplesmente existiam, e o ser era algo pronto e acabado. Esse autor acrescenta que o advento da modernidade transformou a aquisição da identidade em um esforço individual, em uma questão de realização, até para poder aparecer.

O projeto moderno prometia libertar o indivíduo da identidade herdada. Não tomou, porém, uma firme oposição contra a identidade como tal, contra se ter uma identidade, mesmo uma sólida, exuberante e sólida identidade. Só transformou a identidade, em questão de atribuição, em realização – fazendo dela assim, uma tarefa individual e da responsabilidade do indivíduo (BAUMAN, 1998, p. 30)

Com base na citação, fica perceptível que, mesmo com a modernidade, a identidade herdada era muito marcante, algo inseparado do indivíduo. Assim, para romper com essa identidade fixada, era preciso aventurar-se numa nova construção, notando-se uma ambivalência, o que não era aceitável, pois o indivíduo deveria ter sua identidade marcada e reconhecida. Porém, na pós-modernidade não é mais aceitável, a ambivalência hoje é até um valor, num mundo onde tudo é transitório.

Nessa perspectiva, a preocupação passa a ser a de se desejar uma identidade marcante, ao perigo de se apegar demasiadamente a uma identidade, não se deixar iludir por um determinado modo de vida fixo, que se torne assim um tédio, mas se ocupar em formar diversas identidades passageiras que possam dar sentido à vida, mesmo que seja apenas para aquele momento.

Desse modo a dificuldade já não é descobrir, inventar, construir, convocar (ou mesmo comprar) uma identidade, mas como impedi-la de como ser demasiadamente firme e aderir depressa ao corpo. [...] o eixo da estratégia de vida pós-moderna não é fazer a identidade deter-se – mas evitar que se fixe (BAUMAN, 1998, p. 114).

Ao evitar essa fixação da identidade, o ser consegue se elaborar diante de uma nova roupagem, a qual lhe dará novo sentido de vida, pois se olhará e poderá se ver livre da ditadura social que prende o ser desde o seu nascimento, obrigando-o a viver o que lhe impõe, e não o que lhe agrada. É isso que de fato lutamos para romper nessa atual conjuntura política e social e que não se pode retroceder e aceitar a imposição de uma identificação que dite as nossas vidas como “via de regra”, mas que cada um tenha em si o direito de ir e vir e formar-se a partir daquilo que lhe conferem a situação e o momento.

Nesse sentido, Ciampa¹² (1984) argumenta que a identidade nasce de uma questão de “quem sou eu”: “[...] identidade é o reconhecimento de que é o próprio de quem se trata; é aquilo que prova ser uma pessoa determinada, e não outra.” (CIAMPA, 2007, p. 137). Dentro desse contexto, o autor salienta que identidade também é igualdade e diferença, considerando assim que há aspectos que nos igualam um ao outro. Ainda nessa linha de pensamento, Ciampa (1984) acrescenta que somos detentores de várias identidades, por exemplo, podemos ser pai e ao mesmo tempo filho, mas são identidades utilizadas separadamente.

Contudo, a pessoa é um todo, ainda que com suas múltiplas identidades e transformações (metamorfose). A nossa identidade, conclui o autor, é uma totalidade: “Uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto uma. ” (CIAMPA, 1984, p. 61). Considerando esses posicionamentos, compreendemos que a identidade é uma vida entrelaçada com os desafios diários por uma sobrevivência, uma questão de lugar, de pertencer, de se descobrir quem é, não havendo questão mais difícil do que se autodeclarar. Logo, marcar a identidade passa a ser uma questão de poder, o que nos vincula a um elo ainda maior.

Essa configuração emancipatória em Ciampa, na busca pelo eu, leva-nos a compreender ainda em Hall o distanciamento do ser humano em relação a si mesmo, porque a identidade, se perguntada de forma aleatória, será apenas aquele nome pelo qual somos reconhecidos por onde vamos, mas ela vai além do nome, do endereço, dos pais. Identidade enquanto construção social é o que o “eu” adquire para si ao longo da formação enquanto sujeito do meio, sem se anular e sem deixar-se ser anulado, apesar das forças transformadoras da sociedade, às vezes, tentarem desfazer toda a caminhada feita pelos personagens sociais em busca da veracidade ou apenas de espaço para colocar seus pés como de fato o são.

¹² Psicólogo de formação, precursor dos estudos sobre identidade como categoria da psicologia social. O que nos chama a atenção para esse psicólogo é sua linha de pesquisa, que tem uma perspectiva materialista histórica e o método dialético. Possui uma obra importantíssima na qual nos baseamos para esta escrita: *A estória do Severino e a História da Severina*. Os termos marcantes de trajetória são: metamorfose humana, emancipação, psicologia social e identidade social. O que nos levou a adotá-lo para nossa escrita é o grito de verdade para uma construção identitária que nos faça ser vistos não pelo que temos, mas pelo que somos e representamos.

Fica, então, a pergunta gritante ao longo das mudanças: quem somos nós diante do processo de globalização e na tentativa de uma legitimação das diferenças culturais? Sardar (1996, p. 81) nos remete a sonhar com uma possibilidade de recuperação de vidas e histórias:

[...] nosso passado plural e, através dele, o nosso futuro plural de forma a, mais uma vez, podermos começar a ter histórias, meta-histórias e mitografias, formas variadas e igualmente válidas de ver o mundo e reconstruir o passado, e respostas igualmente válidas a acontecimentos e idéias que dêem base a um futuro plural para os povos do mundo em toda a sua diversidade. Esta é a única maneira de reivindicarmos os debates pelo êxito de Colombo (SARDAR, 1996, P. 81).

O que de fato lamentamos nessa fala de Sardar é que não conseguimos essa reconstrução mediante o avanço em que vivemos. Logo, esse posicionamento se desloca daquilo que vivenciamos nessa chamada modernidade, mas não deixa de ser um apelo, buscando uma reconstrução ou reinvenção de identidades outrora esquecidas. O fenômeno da globalização nos instiga a uma nova identidade e nos traz poucas possibilidades de rebuscar, mas de formar novas a partir do já conhecido. Como argumenta Ciampa (1984), somos forçados a uma metamorfose que por vezes nos sufoca, a ponto de não conseguirmos nos metamorfosear por conta da rapidez com que o mundo se processa, concordando com Bauman (2005) acerca da liquidez dessas identidades.

4.2. POR QUE E PARA QUE UMA IDENTIDADE?

Em termos gerais, é possível apontar que as pesquisas acerca de identidade têm crescido nas últimas décadas, mas o importante é descrever o porquê desse interesse em se falar sobre o assunto. As identidades são formas encontradas para dizer que somos, que estamos. Contudo, Bauman (2005) alerta para a questão da fluidez dessas identidades. Seria mesmo tão importante traçar um perfil da mulher do campo? Construir uma identidade para garantir o dizer “sou”? É evidente que estar lá não significa ser de lá, logo, precisa se firmar de alguma forma. Nesse sentido, Ciampa (1984) argumenta que identidade é movimento, é desenvolvimento do concreto. Identidade é metamorfose. É sermos o Um e um Outro, para que cheguemos a ser Um, numa infundável transformação.

Quando pensamos em identidade, pensamos também a partir dos conceitos, posto que ela envolve um leque maior. Conforme Silva (2000), “não estão ocorrendo mudanças apenas nas escalas global e nacional e na arena política. A formação da identidade ocorre também nos níveis local e pessoal”. Desse modo, a construção da identidade é uma necessidade tanto do

grupo quanto do indivíduo, na medida em que os meios dos quais ele participa lhe chamam a ter um lugar de fala, ou seja, uma identidade cultural, seja ele qual for, em que momento esteja, a identidade construída para aquele momento precisa ser determinante.

O sujeito, ao se ver em situação de assumir seu papel, busca se colocar no lugar do outro para encontrar o seu próprio lugar, não há como separar ou unir, porque não somos iguais, mas também não somos diferentes. A esse respeito, Silva (2000) afirma que “a complexidade da vida moderna exige que assumamos diferentes identidades, mas essas diferentes identidades podem estar em conflito”. Surge então mais um questionamento: se temos múltiplas identidades, como conviver com elas e agrupá-las para um equilíbrio do “eu”?

Com o advento da globalização, muitas atividades se equilibraram e outras sofreram desajustes, com a tendência de unificar todas as coisas, mas há os pontos de existência. É esse discurso que acaba deflagrando uma oposição entre o global e o local, de modo que a construção da identidade é o que de fato vai marcar a existência local, para, somente a partir do local, observar o global, porque é possível ver o que é global em todas as situações, mas é preciso definir o local e, por isso, se autodeclarar, ser e estar.

Hall (2006) trata dessa discussão de mudança de identidade que vem ocorrendo ao longo das últimas décadas como “crise de identidade”. Essa crise identitária tem se dado em todos os campos da vida, gênero, étnica, sexual, religiosa, idade, entre outros, e todas essas questões estão sendo repensadas, justamente porque o homem saiu da zona de conforto, ou seja, passou do período do Iluminismo, em que tudo estava certo e equilibrado. Como se tivesse acordado um gigante, o homem passa a se olhar e ver que é diferente do outro, mas também é igual ao outro, ocorrendo, nesse sentido, a “metamorfose”, como denomina Ciampa (1984), pois o homem se reinventa para caber no mundo que ele mesmo criou.

Ao nos questionarmos para que uma identidade, concordamos com Tomaz Tadeu da Silva (2000), ao argumentar que identidades diferentes podem ser construídas como “estranhas” ou “desviantes” e que o natural seria cada ser viver de acordo com a sua “natureza”, mas não é preciso lutar para ser. Quanto a esse ponto, Audre Lorde escreve: “Como uma mãe – feminista socialista, lésbica, negra, de 49 anos – mãe de duas crianças, incluindo um menino pode se colocar nessa sociedade de iguais?” Logo, chega-se à conclusão dessa necessária reinvenção do ser social para caber em um mundo que segue um ritmo desenfreado, que sobrepuja todas as situações de vida.

Ter uma identidade nessa nova conjuntura ou, por que não dizer, nesse momento em que todos parecem correr por si só, é necessário para saber quem somos. Ainda vivemos os

preconceitos de termos que nos definir para caber em determinados lugares e situações para vencer os males e construir uma nova estrutura social. Conforme Castells (2008, pp. 25-26) argumenta:

Cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto no que tange à constituição da sociedade. A identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil, ou seja, um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados. [...]. A identidade destinada à resistência leva à formação de comunas, ou comunidades [...] dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável. [...] A identidade de projeto produz sujeitos, [...] sujeitos não são indivíduos, mesmo que considerando que são constituídos a partir de indivíduos. São o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência. (CASTELLS, 2008, pp. 25-26).

Dessa forma, podemos perceber o quanto é importante se ter uma identidade e dela fazer valer cada luta, individual ou coletiva, na busca de uma sociedade mais justa para todos. Nessas questões de se ter uma identidade, é preciso se pensar o homem como ser transformador da história, pois, ao se conhecer, também se transforma.

Em nosso mundo “de individualização” em excesso, as identidades são bênçãos ambíguas. Oscilam entre o sonho e o pesadelo, e não há como dizer quando um ser se transforma no outro. Na maior parte do tempo essas duas modalidades líquido-modernas de identidade coabitam, mesmo que localizadas em diferentes níveis de consciência (BAUMAN, 2005b, p. 38).

Seguindo a mesma linha de pensamento, o autor segue argumentando:

Fazer da “identidade” uma tarefa e objetivo do trabalho de toda uma vida, em comparação com a atribuição a estados da era pré-moderna, foi um ato de libertação-libertação da inércia dos costumes tradicionais, das autoridades imutáveis, das rotinas preestabelecidas e das verdades inquestionáveis (BAUMAN, 2005, p. 56).

Para a mulher pós-moderna, a elaboração de identidades é um desafio constante, uma vez que romper com paradigmas nem sempre é fácil, visto que somos chamados a uma realidade existente, a um conjunto de coisas bem organizadas, logo, ter uma nova identidade e se ver em um outro lugar de fala causa estranheza a outrem. E por que não dizer ao próprio elaborador ao se observar mudando? Essa busca pela situação do “eu” não acontece com facilidade, é uma luta, algumas vezes mais forte internamente do que socialmente.

Bauman (2004)¹³ trata de questões tão pertinentes para esse momento em que se questiona para que e por que ter uma identidade, uma vez que laços nem são mais feitos e os

¹³ Obra: Amor líquido.

feitos se desfazem com uma brevidade assombrosa. Certamente, o livro aborda, com clareza, os relacionamentos, o que não se distancia de identidade, pois o que são relacionamentos senão uma aquisição identitária para o momento? Como o autor expõe, vivemos dias de identidades líquidas, em que nada é permanente, mas, ainda assim, necessita-se construir identidade, ainda que passageira, para tornar-se visto, conhecido como ser.

Nessa perspectiva, ter uma identidade requer coragem, desapego e confiança em si. Essa identidade torna-se necessária para que se possa entrar e sair, sabendo quem somos sem vaguear entre tantos mundos. Contudo, ainda que tenhamos definido por nós nossa identidade, ao menos por breves momentos, é preciso alongar a visão e compreender que o mundo se forma a partir de inúmeras culturas e nós estamos inseridos em pontos desse. Logo, somos constrangidos a nos adaptar às situações de mundo para uma vivência de acordo e respeito, uma vez que entendemos que viver é colaborar.

4.3 A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER CAMPESINA

Há um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem, e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher (PITÁGORAS)¹⁴.

A conclusão que podemos tirar da citação acima é a de que “o problema da existência feminina” vem de um período muito distante, o que nos leva a compreender que a identidade feminina é autocusto, não foi e não é construída de maneira aleatória. Para prosseguir, é preciso, então, saber definir o que é “mulher”, para, somente a partir desse entendimento, compreender como aconteceu e como está acontecendo essa construção identitária da mulher: No dicionário Aurélio, *sf. 1. Ser humano do sexo feminino. 2. Restr. Mulher (1), após a puberdade. 3. Esposa.* Para Vinicius de Moraes¹⁵, mulher é “o ser com quem melhor se entendeu, que mais lhe deu, que mais o ensinou em toda vida, desde menino’, relembra Toquinho, parceiro de composições clássicas”.

Para outra definição, ou questionamentos a canção “Ai que saudades da Amélia” (Ataulfo Alves e Mario Lago, 1942), retratava a mulher de verdade, mas que verdade? ou que críticas existem nas entrelinhas para que possamos pensar como se constrói uma identidade de mulher?

¹⁴ Essa citação de Pitágoras está na obra de Simone de Beauvoir, denominada *O segundo sexo*.

¹⁵ Fonte: Delas - iG @ <<https://delas.ig.com.br/comportamento/2013-10-19/a-mulher-segundo-vinicius-de-moraes.html>>.

*Nunca vi fazer tanta exigência
Nem fazer o que você me faz
Você não sabe o que é consciência
Não vê que eu sou um pobre rapaz*

...

*Às vezes passava fome ao meu lado
E achava bonito não ter o que comer
Quando me via contrariado
Dizia: Meu filho, o que se há de fazer?*

...

*Ai, meu Deus que saudade da Amélia
Aquilo sim é que era mulher
Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia é que era a mulher de verdade¹⁶*

Essa canção pode ser analisada por dois parâmetros que se distanciam um do outro, primeiro, ele sente saudade de uma Amélia que não lhe cobrava nada ‘Amélia não tinha a menor vaidade’ e ainda o apoiava em seus fracassos, ‘o que há de se fazer’ o que subtende a mulher construída ao longo do tempo por uma sociedade que a subjuga, não levanta a voz para nada, a outra é a mulher se autodeclarando dona de si, ela não aceita mais o mínimo e começa a querer o que de fato lhe é devido ‘você não sabe o que é consciência’ ‘você só pensa em luxo e riqueza’, ou seja, esses traços de mudança é o que acontece com a tomada de consciência para uma nova identidade.

No entanto, não é suficiente saber o significado do termo mulher. Diante disso, concluímos que a luta que a mulher ao longo dos anos vem travando, com o meio e com a sociedade, vai além do que podemos expressar em letras. Seria normal permanecer no anonimato, seria o certo manter-se calada, requintada e do lar? Mas não, a mulher acordou para aquilo que é, um ser humano, sendo assim, viu a necessidade de lutar por algo a mais, e a essa luta damos o nome de construção identitária. “As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades” (SILVA, 2000, p. 55).

Essa construção identitária da mulher não se dá por acaso. Bourdieu¹⁷ descreve a dominação do masculino sobre o feminino e o porquê de acontecer, não havendo uma diferença marcada; nós a criamos, nós demos poder ao masculino a partir de uma visão construída socialmente, a qual passou a ser naturalizada, em que tais situações naturalizadas tornam-se ainda maiores e mais difíceis de romper. Sendo assim, a mulher busca seu espaço e sua

¹⁶ Letra da música “ai que saudades de Amélia” de Ataulfo Alves e Mario Lago

¹⁷ A Dominação Masculina.

autodefinição, pois, até para sermos aquilo que escolhemos ser, defrontamo-nos, às vezes, com o nosso próprio eu.

Esse poder dado ao masculino fez com que a mulher se tornasse subordinada ao sexo oposto. Em se tratando da mulher campesina, podemos então buscar a sua história, que a descreve como auxiliadora do homem, de modo que as terras nunca eram para a filha, mas para o filho, portanto, a mulher não tinha o direito de possuir terras, as quais ficavam sempre em poder do homem. Assim, perguntamo-nos: essa situação mudou nessa era em que vivemos? De fato, a fim de respondermos a essa questão, seria necessária uma literatura mais apurada, contudo, em nossa pesquisa de campo, não deixaremos de entrar também nesse viés de curiosidade, a saber: a terra está no seu nome?

Betty Friedan¹⁸ faz-nos retornar à história da mulher para somente então começar a compreendê-la, mas o segredo é: quem compreende a alma feminina? Contudo, mesmo nessa incompreensão, é notável que a mulher se deixou, ao longo da história, ser por querer ou por causa da naturalização dos fatos de ser e estar “abaixo” do masculino. Era muito importante, porém, apenas para o lar e para a criação dos filhos, de modo que, a fim de responder sobre sua identidade “quem sou eu”, bastava dizer “eu sou a mulher do fulano”, surgindo, então, uma crise de identidade, um aperto silencioso dessa mulher. Na obra, a autora traz depoimentos de mulheres e suas incertezas nos anos 1940.

A obra de Friedan é bem marcada pela presença da mulher americana e suas dificuldades de se identificar como mulher, descobrir nela a essência de ser mulher, além de esposa, mãe, mulher do lar, como descrito neste trecho do livro:

Estranho: muitas mães que amavam de fato as filhas — e a minha era uma dessas — não queriam para elas uma vida igual a sua. Sabiam que precisávamos de algo mais. Mas, embora insistissem, lutassem para que nos educássemos, falassem com nostalgia da carreira que não estava ao seu alcance, eram incapazes de nos dar uma ideia do que deveríamos ser. Só conseguiam dizer que tinham a vida vazia, presa ao lar; e que filhos, cozinha, roupas, bridge e obras de caridade não bastavam. Alguma talvez dissesse claramente: «Não seja apenas uma dona de casa como eu». Mas a filha, achando que a mãe era demasiado frustrada para apreciar o amor do marido e dos filhos, talvez pensasse: «Vencerei onde minha mãe fracassou. Eu me realizarei como mulher»¹⁹.

Fica assim compreendido que a vontade de mudar existia, mas ela ainda não sabia como falar de empoderamento feminino, pois esse termo ainda não era usado, as vozes ainda não

¹⁸ Autora da *mística feminina*.

¹⁹ Trecho do livro *A mística Feminina*, p. 65, Friedan fala da sua geração, dos incômodos das mães, as quais não sabiam expressá-los, por isso eram incompreendidas pelas filhas.

eram audíveis, mas já havia a vontade de mudar, o que exige coragem, e é isso que faz com que identidades sejam criadas e revistas, pois não é suficiente ser, faz-se necessário dizer e viver. A esse respeito, Boaventura Sousa Santos²⁰ alerta sobre as tensões da modernidade, em que tudo vai se recriando, se reinventando. Contudo, é preciso observar onde se cria o novo e se não está tirando a essência e mergulhando num total estranhamento do visível. Giddens (2002, p. 28) aponta que “devemos captar a difusão global da modernidade em termos de uma relação continuada entre o distanciamento e a mutabilidade crônica das circunstâncias e compromissos locais”.

Nesse sentido, a construção identitária da mulher revela-se ainda mais complexa, porque vive entre o que era e o que é, e a escolha do ser, no entanto, vale lembrar que assumir a posição de mudança é essencial para o fortalecimento do “eu”, do “pertencer”, do estar e ser inserido e do tornar-se dele:

[...] identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representações. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder (SILVA, 2000, pp. 96-97).

Dessa forma, podemos analisar identidade a partir dos elementos discursivos e da narrativa, o que nos leva a conceber a relação da identidade com a cultura, capital simbólico, representando assim os pontos norteadores de uma sociedade. A partir dessa relação, poderíamos tratar de identidade relacionada a outros pontos de muita importância, como a representação e a diferença, no entanto deixaremos para futuras pesquisas, para não incorrerem no deslize do foco da pesquisa.

Bauman nos faz lembrar que a identidade não é fixa, até porque, se assim fosse, acrescenta ele, “seria um fardo”. Podemos mencionar que os estudos sobre a questão identitária não são novos, mas como somente há poucas décadas ela se levanta com mais altivez, percebemos que, mesmo tendo passado algum tempo, apenas nessas últimas décadas é possível observar um maior dinamismo.

²⁰ Ver: *Gramática do Tempo: para uma nova cultura*, 2006.

Ainda no século XIX, aparece uma escrita denominada *A mulher moderna*, de Josefina Alvares de Azevedo²¹. Citamos essa obra para que entendamos que a construção da identidade da mulher vem rompendo barreiras ao longo do tempo, posto que Josefina escreveu sobre a emancipação da mulher, o direito ao voto e a liberdade em um momento no qual a própria mulher não se reconhecia, ou seja, era necessário um pontapé inicial para que essa tomada de posição acontecesse.

O livro *A Mulher Moderna*, lançado originalmente em 1891, já alertava acerca dos direitos a serem conquistados. No auge de seus 40 anos, a escritora observa a necessidade de a mulher estudar e se emancipar por meio da educação, ter direitos iguais na política e viver com liberdade. No entanto, ela não foi uma escritora aplaudida, ao contrário, sofreu duras críticas por parte da imprensa, pois uma mulher certamente nunca deveria se comportar como ela o fazia, sendo assim, seus artigos muitas vezes foram negados. Isso nos leva a ter a sensação de que retroagimos, é como se nossa luta estivesse no começo, uma vez que a mulher já deveria ser autônoma e ter o seu direito reconhecido. “A educação da mulher deve ser completa, sólida, para que ela possa preencher dignamente todas as funções que lhe competem” (AZEVEDO, 1891, p. 89).

Certamente, existiam outras vozes nesse mesmo período, mas o que nos chama a atenção é o tempo, a distância entre o que se prega e o que de fato acontece. Imaginemos a nossa condição de mulher em pleno século XXI: já temos nossos direitos assegurados? Imaginemos, então, a condição de mulher do campo, como se identifica, como se mostra para a sociedade? Se a mulher esclarecida por meio de estudos educacionais sofre os flagelos da situação simplesmente por ser mulher, e acompanhamos dia a dia na mídia as mais diversas situações, por ser pobre, por ser negra, mãe solteira, e ainda há situação em que a mulher é livre, independente financeiramente, e passar por adversidades por vergonha de se expor, o que na verdade é constrangedor é não verbalizar esses flagelos, mas ainda somos julgadas ao enfrentar as situações, dessa forma, qual não será a posição de deslocamento da mulher do campo? Como ela pode se firmar identitariamente?

²¹ Josefina Alvares de Azevedo, professora, jornalista e escritora (1851-1913), foi incansável defensora dos direitos políticos femininos no Brasil, afirmando ser a educação da mulher essencial para sua emancipação. O seu livro *A Mulher Moderna*, publicado originalmente em 1891, era composto por artigos publicados na revista *Feminina*. Nessa obra, ela ainda critica a posição feminina na sociedade. “Exemplo dessa luta foi quando em 1890 Benjamin Constant, então ministro dos correios e instrução, assinou um decreto vedando o acesso feminino as escolas de nível superior, ela o atacou frontalmente recriminando a doutrina positivista que o inspirava”. Valéria Andrade Souto Maior - Doutora em Letras, pesquisadora DCR/CNPq, atuando presentemente como professora junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras/UFPB.

Essas são questões que nós iremos buscar respostas junto às mulheres, não iremos nos ater apenas à parte teórica, mas daremos voz também a quem é de direito, para, somente assim, compreendermos o que de fato é a identidade da mulher do campo, como ela está se fortalecendo e os percalços pelos quais passou e ainda passa. Não poderíamos nos esquecer do preconceito que as mulheres enfrentam simplesmente por serem mulheres, imaginemos então esse preconceito direcionado. Sendo assim, para tratarmos do tema preconceito contra a mulher, façamos um breve relato sobre o movimento feminista no Brasil, o qual certamente não aprofundaremos para que não saíamos do foco da pesquisa, mas julgamos necessário para a compreensão do leitor e para futuras pesquisas, nesse ou noutro tema semelhante.

Boaventura aborda o direito de sermos iguais em meio a diferenças. No entanto, esse direito à igualdade, ou seja, um *status* de sujeito de direitos, foi negado à mulher durante séculos, pois a desigualdade entre homens e mulheres persiste ao longo do tempo, mas a mulher não pode mais ser considerada como “segundo sexo” ou “sexo frágil”, logo, a violência contra a mulher é uma das manifestações mais cruéis. Para criar um novo mundo para essa mulher, no ano de 1994 acontecia em Belém, no Pará, a “Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher”, nasce na referida cidade em 9 de junho de 1994, porém somente começou a ter vigência a partir de março de 1995.

Dessa convenção, nascem os direitos da mulher, cujo instrumento é de grande relevância, na medida em que foi uma das reivindicações dos movimentos de mulheres e feministas durante muito tempo. Para compreendermos tal relevância, o Capítulo II ‘Direitos Protegidos’, Arts. 4º e 6º, estabelecem:

Artigo 4º

Toda mulher tem direito ao reconhecimento, gozo, exercícios e proteção de todos os direitos humanos e às liberdades consagradas pelos instrumentos regionais e internacionais sobre direitos humanos. Estes direitos compreendem, entre outros:

1. o direito a que se respeite sua vida;
2. o direito a que se respeite sua integridade física, psíquica e moral;
3. o direito à liberdade e à segurança pessoais;
4. o direito a não ser submetida a torturas;
5. o direito a que se refere a dignidade inerente a sua pessoa e que se proteja sua família;
6. o direito à igualdade de proteção perante a lei e da lei;
7. o direito a um recurso simples e rápido diante dos tribunais competentes, que a ampare contra atos que violem seus direitos;
8. o direito à liberdade de associação;
9. o direito à liberdade de professar a religião e as próprias crenças, de acordo com a lei;
10. o direito de ter igualdade de acesso às funções públicas de seu país e a participar nos assuntos públicos, incluindo a tomada de decisões.

Artigo 6º

O direito de toda mulher a uma vida livre de violência inclui, entre outros:

1. o direito da mulher de ser livre de toda forma de discriminação, e
2. o direito da mulher de ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e práticas sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade de subordinação.

Chama-nos a atenção nessa escrita a necessidade de ver essa mulher livre de fato, pois, apesar dos direitos adquiridos, como citado anteriormente, a mulher, ainda necessita de proteção nas mais variadas áreas da vida. A mulher esquivava-se em uma subalternidade que lhe é imposta pela sociedade. Alguns poderão afirmar que conseguimos muitos direitos, no entanto, isso não significa tê-los. As mulheres precisam ainda se impor para fazer e para falar, ainda precisam provar que são capazes.

Até hoje têm os homens mantido o falso e funesto princípio de nossa inferioridade. Mas nós não somos a eles inferiores, pois que somos suas semelhantes, embora de sexo diverso. Temos, segundo a nossa natureza, funções especiais, como eles pela mesma razão as têm. Mas isso não é razão de inferioridade, porque essa traz o animal na escala natural de suas aptidões. Portanto, em tudo devemos competir com os homens, no governo da família, como na direção do estado (AZEVEDO, 1851, p. 81).

A esse respeito, indagamo-nos: de que se trata o Movimento Feminista? No início do século XX, as mulheres se olharam e se perceberam muito diferentes dos homens, no que se refere a horas trabalhadas, salário recebido, direito a terra, ou seja, o gênero feminino sofria descaso, assim, ao tentar ser e ter algo parecido com o do gênero masculino, era considerada louca. O filme “As Sufragistas” (2015) retrata a luta de mulheres por direitos e a resistência para sobreviver frente a um sistema capitalista e sob as explorações do trabalho e do capital, ficando clara a dominância do homem em todos os setores. As mulheres sufragistas são exemplos de força, que até hoje se segue, para vencer as opressões e explorações em função do sexo.

Nada melhor do que as falas de mulheres que conhecemos ao longo do trajeto elaborativo da nossa dissertação para firmarmos aquilo que temos abordado nesta escrita. Seria um grave erro nosso se assim não o fizéssemos, uma vez que a nossa pesquisa é de cunho qualitativo, método histórico-dialético e história de vida, ou seja, nossa busca é pela aproximação com o objeto da pesquisa, causas e lutas de classes. Além disso, fica aqui definido que a mulher, seja da cidade, seja do campo, precisa ser vista não mais como uma auxiliadora, mas como detentora de qualidades até então desprezadas pela sociedade.

No entanto, em se tratando da questão identitária da mulher campesina, salientamos que, para todos os efeitos, nós sabemos o que é uma mulher. Certamente nos perguntariam: “para que esse tópico sobre a mulher campesina?” Em que a resposta seria: cada mulher é única em sua situação de vida, é dela exclusivamente esse espaço.

Fomos buscar essa mulher em fontes, primeiro porque uma mulher que vive no campo tem suas particularidades: ela dorme e acorda em um horário diferenciado? Ela usa roupas que a diferenciam? Ela tem hábitos que a tornam única? Mas ela não é mulher? Sim. E é perfeita. Dotada de muitas qualidades que também a tornam diferente. Ela sabe separar o alimento e até produzir o melhor para sua mesa. A mulher campesina é o cheiro da terra.

O gênero é um dos fatores medulares na construção de desigualdades. Para além das diferenças biológicas, foram estruturadas distinções sociais e culturais entre homens e mulheres, dentro das quais se estabelecem hierarquias de poder, de status e de renda. Finalmente, os atributos individuais constroem-se socialmente como resultado de processos históricos (DÍAZ, 2007, p. 128).

Ao longo da história, a mulher tem sido educada para determinadas situações, como ser mãe e boa dona de casa, principalmente a mulher do campo, pois esta não tinha direito a terra, apenas o filho homem. As famílias abastadas eram compostas por fazendeiros, donos de grandes pedaços de terra, no entanto, de acordo com Santos (2011), ter posses não tornava a mulher melhor, pois muitas vezes ela era jogada em um convento para aprender bons modos como ser dona de casa e ser ensinada a combater os desejos mundanos. Aqui fica a nossa interrogação: essa mulher tinha visão de mundo? Isso posto, encaminhamo-nos para conhecer ainda mais a mulher campesina em sua formação, antes e depois.

[...] a ação educativa do convento consistia em preparar a mulher para a labuta da casa e dos filhos, uma vez que a ela seria confiada a educação dos filhos na primeira infância e ainda a responsabilidade pelo suporte moral da família, papéis fundamentais no plano de Deus e da sociedade. [...] os ensinamentos eram ministrados, considerando duas faixas etárias, distinguindo o nível de maturidade das alunas: a primeira envolvia crianças de 06 a 12 anos de idade, sendo esse momento propício à formação da razão, do caráter, da consciência e dos bons hábitos das alunas; já a segunda envolvia crianças a partir dos 12 anos de idade. Esta era considerada uma fase de transição, posto que a menina precisaria ser cuidada com muita simpatia, pois era o momento em que se aprendia a ordenar os impulsos e as vontades, abdicando, desse modo, aos desejos em favor dos princípios morais definidos pela igreja e pela sociedade (SANTOS, 2011, p. 199).

Foi nos anos 80 que vimos florescer inúmeras possibilidades, pois foi nesta década que surgiu no país uma consciência mais ampla sobre a discriminação de mulheres. Os movimentos feministas trouxeram à tona e reagruparam feministas dispersas. Nesse sentido é possível

entender a mulher na educação, e foi com as falas das mulheres nessa pesquisa que compreendemos a importância da mulher na sociedade e a importância dos movimentos feministas para as conquistas contemporâneas, é inegável como essa mulher cresceu e se fortaleceu.

A década de 80 foi potencializadora, barulhenta, por ter sido a década das mudanças, herdeira de sangue e tortura. Foi ainda nesta década que o que era proibido passou a ser desproibido, uma década efervescente, até que em 1989 – com o anúncio do fim do Socialismo, começou-se a ver o que era democracia, foi o período das “diretas já”, ouvia-se falar em greves, movimento de mulheres reivindicando direitos e a participação, ou seja, década das grandes lutas.

Foi ainda na década de 80 que acontece a queda do analfabetismo²², em 1960 era de 43%, já em 1980 era de 33,6%. Possível perceber também os anos de estudos entre homens e mulheres, o que continua a ser percebido, os homens passaram de 2,4 anos para 3,9 anos e as mulheres de 1,9 para 3,5 anos. Atualmente essa diferença tende a cair ou, porque não dizer, que mulheres têm mais anos de estudo do que homens. É importante ressaltarmos essa década para então compreendermos a construção identitária da mulher camponesa, uma vez que não está alheia as demais identidades femininas.

E tem sido na luta que mulheres foram se colocando nos devidos espaços: social, educacional e político, assim sendo, a mulher camponesa tem sua identidade própria, em um momento próprio. Logicamente, a pesquisa poderá dar outro direcionamento a partir dessa literatura, sendo este o nosso foco: observar de perto como essa mulher se encontra no seu lugar de fala e em sua vida. Uma vez que as pesquisas não devem se restringir apenas ao meio acadêmico, é preciso dar um retorno aos pesquisados. Na medida em que essa mulher diz quem ela é e porque é, o pesquisador tem como obrigação demonstrar onde chegou, pela simples necessidade de manter esse retorno.

²² Ver mais: Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil, 1996 Brasília: PNUD/IPEA, 1996.

5. PERCURSO METODOLÓGICO

“Curiosidade, criatividade, disciplina e especialmente paixão são algumas exigências para o desenvolvimento de um trabalho criterioso, baseado no confronto permanente entre o desejo e a realidade” (Mirian Goldenberg, 2004).

Há uma preocupação do pesquisador quanto à apresentação de sua pesquisa ao público, acerca de como será vista e que sentido terá em quem nela se embasar, ou, ainda, se terá algum impacto para a sociedade, pois não basta escrever sobre algo, é necessário também ter a consciência de sua importância enquanto pesquisador para fazer ouvir a voz do seu pesquisado, uma vez que, ao adentrar no mundo da pesquisa, põe-se a declarar que algo precisa ser revelado, mudado ou, ao menos, vir a conhecimento.

Neste capítulo, temos como desafio apresentar o desenvolvimento da pesquisa em seus pormenores, fazendo com que o leitor compreenda o tipo de pesquisa, o método utilizado, os instrumentos de coleta de dados e conheça o perfil de nossos colaboradores, visto que esta pesquisa se desenvolveu ao lado de pessoas oriundas das mais diferentes classes e lugares, contudo, o foco principal foi estabelecido em um único ambiente, a escola, com suas colaboradoras.

[...] procurando manter vivo o rigor histórico e lógico que a elaboração científica exige, é necessário contribuir para transformar o mundo existente e para manter aceso o sonho de que um dia iremos construir uma sociedade mais justa, igualitária e humana. Uma sociedade socialista que floresça da democracia da maioria, que se consolide na igualdade social com liberdade e pluralismo e na qual os homens possam desenvolver, plenamente, sua forma de ser (LOMBARDI, 2000, p. 13).

Pensando sobre o que queremos de resultado, optamos por trazer uma pesquisa de cunho qualitativo por entender que essa modelagem aproxima o pesquisador do seu objeto de pesquisa, oportunizando uma convivência e um discernimento do seu objeto a partir de uma observação e questionamentos empíricos, fazendo, dessa forma, um entrelaçamento entre ouvir, falar e captar imagens.

Para Minayo (2010, p. 57), a pesquisa qualitativa

[...] é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. As abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos (MINAYO, 2010, P. 57).

Goldenberg (2011, p. 39), corroborando essa ideia, afirma que

[...] para Becker, as técnicas de pesquisa qualitativa permitem um maior controle do *bias* do pesquisador do que as da pesquisa quantitativa. Por meio, por exemplo, da observação participante, por um longo período de tempo, o pesquisador coleta os dados através da sua participação na vida cotidiana do grupo ou da organização que estuda, observa as pessoas para ver como se comportam, conversa para descobrir as interpretações que têm sobre as situações que observou, podendo comparar e interpretar as respostas dadas em diferentes situações. (GOLDENBERG, 2011, P.39)

Não podemos esquecer que essa metodologia exige um maior rigor para o pesquisador, uma vez que não se trata de quantidade, mas de interpretação de dados, de falas e de visão de mundo. Para Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa nasce no berço da Sociologia²³ e da Antropologia²⁴, o que nos remete a estudos mais elaborados, mais precisos da realidade, posto que o envolvimento do pesquisador se dá diretamente com o ser humano e suas adversidades, ou seja, na pesquisa qualitativa, temos a interpretação com foco na subjetividade, em que as situações não são definidas, mas buscamos um olhar compreensivo acerca da interpretação dos fenômenos que estão interligados a partir de observações.

Nesse sentido, Triviños (2012, p. 155) descreve que

[...] a exatidão das descrições dos fenômenos sociais é um requisito essencial da pesquisa qualitativa, como primeiro passo para avançar na explicação e compreensão da totalidade do fenômeno em seu contexto, dinamismo e relações. A descrição é uma etapa árdua, que exige muito esforço, experiência e informações sobre a situação que se estuda e a teoria geral que orienta o trabalho do pesquisador. Os comportamentos, as ações, as atitudes, as palavras etc. envolvem significados, representam valores, pressupostos etc., próprios do sujeito e do ambiente sociocultural e econômico ao qual este pertence. Sob cada comportamento, atitude, ideia, existe um substrato que não podemos ignorar se quisermos descrever o mais exatamente possível um fenômeno. Nunca, verdadeiramente, seremos capazes de uma descrição perfeita, única, do fato. Haverá sempre descrições diferentes já por condições referentes ao pesquisador, à teoria que embasa o estudo, aos sujeitos, ao momento histórico, às relações que se estabelecem entre os indivíduos etc. (TRIVIÑOS, 2012, p. 55).

²³ Para Émile Durkheim, o objeto de estudo da sociologia são os fatos sociais, que não são nada mais, nada menos do que as regras impostas pela sociedade, tais como, costumes, regras e leis que são passadas de geração para geração. O autor alerta para o fato de que o pesquisador nessa área deve ter uma posição de neutralidade e objetividade, ou seja, descrever a realidade sem se deixar envolver na observação dos fatos. Fonte: www.mundociencia.com.br

²⁴ Etimologicamente, o termo **antropologia** deriva das palavras gregas *anthropos* (ser humano) e *logos* (ciência, estudo, conhecimento) e significa o estudo do ser humano. O objetivo da Antropologia é buscar um entendimento amplo, comparativo e crítico dos seres humanos, seus conhecimentos e formas de ser. Fonte: www.infoescola.com, matéria desenvolvida por Luiz Mestre em Sociologia (UnB, 2014 e Graduado em Ciência Política (UnB, 2010).

Desde os primeiros contatos com a área de pesquisa, percebemos que precisávamos nos cercar de pessoas e estar em lugares com elas, pois o fenômeno social que nos colocamos a estudar durante nossa formação de mestranda nos levava a ouvir e a ver, conforme assinalam Minayo e Sanches (1993, p. 244):

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se volve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas. (MINAYO e SANCHES, 1993, p. 244).

Sendo assim, essa vivência foi o que nos proporcionou a obtenção de respostas às nossas inquietações e também aguçou outras curiosidades as quais talvez não consigamos para esta escrita as respostas convincentes, deixando-as em aberto para futuras pesquisas, mas sabendo que, enquanto pesquisador, as novas situações nos levam a desejar que haja continuidade na elucidação de algo que nos parece hoje intransponível ou de difícil revelação.

Dessa forma, as situações foram nos encaminhando para um estudo mais elaborado, pois o conhecimento não se baseava em teoria, o que tínhamos até então era o conhecimento empírico de determinadas situações, como o preconceito e o menosprezo pela força da mulher em questões de trabalho e luta. Isso posto, tecemos uma pesquisa bibliográfica literária mais direcionada para a questão da Educação do Campo, da mulher, da identidade e sua construção ao longo da história para somente então começarmos a nossa escrita com propriedade acerca daquilo que objetivamos passar para o nosso leitor.

A necessidade de dar voz às mulheres do campo nos encaminhou para a construção de um arcabouço teórico que embasasse as questões que desejávamos elucidar, as quais foram convergindo para a definição da pesquisa como qualitativa. A partir do nosso olhar para o objeto proposto, fomos nos envolvendo em palestras direcionadas a mulheres nos mais variados segmentos sociais, grupos de mulheres, rodas de conversa, rodas de capoeira feminina, comemoração do 8 de março, grupos políticos, em especial de esquerda, todos esses encontros aconteceram na capital Boa Vista.

Até então éramos apenas uma observadora desses movimentos, mas, com a necessidade da pesquisa, fomos tomando posse de um espaço que é dedicado à luta das mulheres por melhorias, seja na política, seja no campo social. Nosso primeiro passo foi nos juntarmos a um

grupo de mulheres denominado NUMUH²⁵ e participar de reuniões para a elaboração de calendário de programação para mulheres, de seminários, entre outros eventos.

Conhecemos mulheres de muitas esferas da sociedade de Boa Vista, entre elas, delegadas, assessoras políticas, políticas, mulheres domésticas, mulheres do lar, mulheres/pais, assim também, como homens que se envolvem nas causas femininas, contudo, o nosso foco estava na “Mulher do Campo”, a fim de compreender como ela se vê e o que entende como identidade. Desse modo, fizemos contato com a escola escolhida para conhecermos como ela está estruturada, quantas mulheres prestam serviço, sua escolaridade, onde moram, quem são os alunos daquela escola, como chegam até ela; além disso, conhecemos algumas mulheres moradoras das redondezas, inclusive a presidente da Associação de Trabalhadores Rurais da região do Paredão, no município de Alto Alegre.

Esse primeiro contato foi feito via rede social, quando a pessoa que nos atendeu passou as primeiras informações se colocando à disposição para nos esclarecer quaisquer dúvidas e também se prontificou a fazer a intermediação entre a pesquisadora e as pessoas da escola, acrescentando que seria uma honra ter o nome da escola citado em um projeto que visasse ao crescimento das mulheres que ali trabalham, apontando também que nunca é demais adquirir novos conhecimentos.

Partindo desse primeiro contato, definimos o método mais apropriado para alcançarmos os objetivos da pesquisa, o Materialismo Histórico-Dialético, uma vez que o materialismo histórico esclarece conceitos como “ser social e define dimensões como: sociedade, formações socioeconômicas, estrutura social, organização política da sociedade, vida espiritual, cultura, concepção do homem, personalidade, progresso social etc.” e o materialismo dialético “[aspira] ser a teoria orientadora da revolução do proletariado.” (TRIVIÑOS, 1987, pp. 50-52)²⁶.

²⁵ Núcleo de Mulheres de Roraima.

²⁶ O materialismo dialético é a base filosófica do Marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Por um lado, o materialismo dialético tem uma longa tradição na filosofia materialista e, por outro, que é também antiga concepção na evolução das ideias, baseia-se numa interpretação dialética do mundo. O materialismo histórico esclarece conceitos como ser social (relações materiais dos homens com a natureza e entre si que existem em forma objetiva, isto é, independentemente da consciência); “consciência social” (são as ideias políticas, jurídicas, filosóficas, estéticas, religiosas etc.) assim como a psicologia social das classes etc. que se tem constituído para originar bens materiais (máquinas, ferramentas, energia, matérias químicas etc.); forças produtivas: são os meios de produção, os homens, sua experiência de produção, seus hábitos de trabalho. Não obstante, sem considerar a importância única do homem, a força de produção depende fundamentalmente dos instrumentos da tecnologia. As relações de produção não podem ser separadas das forças de produção. Podem ser de relações mútuas de cooperação, de submissão ou de um tipo de relação que signifique transição entre as formas assinaladas. São os vínculos que se estabelecem entre os homens. Os modos de produção: historicamente se indicam cinco modos de produção – própria da comunidade primitiva, escravagista, feudalista, capitalista e comunista (com duas fases: socialista e comunista). O materialismo histórico define outra série de conceitos fundamentais para compreender suas cabais dimensões, como: sociedade, formação socioeconômica, estrutura social, organização política da

Sendo o homem um ser social e histórico, determinado por contextos políticos, culturais e econômicos, ele próprio cria a realidade, ao mesmo tempo que transforma contextos, pensando na complexa realidade social presente nos mais variados vieses de momentos históricos. Isso posto, acreditamos aparecer aqui o compromisso social do pesquisador com os valores que lhe são constitutivos (TAMBARA, 2000).

As pesquisas ditas materialistas devem focar em um projeto de transformação para a sociedade, logo, ser materialista, histórica e dialética é considerar o concreto, o total e a dinamicidade dos fenômenos sociais, sabendo que eles não são fenômenos definidos, mas historicamente construídos.

O materialismo histórico – essencialmente um método que procura compreender a história materialística e dialeticamente como ciência – explica as articulações, as passagens, a transformação de umas formações em outras, etc., mas não oferece o mesmo elenco de categorias para explicar todas a um só tempo. O essencial é a diferença essencial (CARVALHO, 2008, p. 164).

Cury (1986) apresenta cinco categorias da dialética as quais o pesquisador materialista deve observar se deseja que sua pesquisa, apesar de ter dados empíricos, ganhe veracidade por meio da dedicação à observação em estudo. A primeira categoria por ele referenciada é a da *contradição*, uma vez que nada existe em permanente, posto que toda realidade é passível de transformação; a segunda é a categoria da *totalidade*, a qual busca a conexão entre aspectos mais particulares e o contexto social mais amplo, produzindo assim as *contração*. A categoria *mediação*, como o próprio nome indica, parte do pressuposto de que o homem é o mediador das relações sociais, logo, pode ser um agente das transformações sociais. Já a categoria *reprodução* aponta o modo de produção capitalista, que tende a se reproduzir, mesmo com pequenas mudanças, ainda que não estruturais, mas adaptativas a esse modo de produção. Por fim, a categoria *hegemonia* entende que ideologia da classe dominante e o que se pensa como sociedade, pois valores e relações sociais devem ser mantidos a ponto de essa ideia ser um consenso entre os cidadãos.

Entendemos, por fim, que a dialética faz parte do movimento, de modo que, para haver uma pesquisa materialista histórica e dialética, é preciso que se busque com ênfase a parte teórica, pois, sabe-se que a história muda e se reinventa, o fenômeno histórico não é fixo, mas parcial, provisório, necessitando de uma revisitação e de ser reconstruído constantemente.

Nessa perspectiva, indagamos: Por que escolhemos trabalhar nessa linha de pesquisa? Por observarmos que reuníamos não somente o movimento social da história identitária da mulher campesina, mas também seu modo de vida, consideramos que a junção do histórico-dialético trará maiores esclarecimentos, uma vez que na nossa linha de pesquisa não tratamos de quantidades ou respostas definitivas, mas analisamos o fenômeno social que fará uma contribuição para o avanço social, seja ele, individual, coletivo, ou de uma classe.

Pensando dessa forma, compreendemos que, ao analisar a história da construção identitária da mulher campesina, observa-se que ela não é estática, podendo até ser um movimento transitório, na medida em que a história se modifica conforme as ações humanas. Para maior efeito, o materialismo histórico estuda a produção da vida material das sociedades, em que entra a construção da identidade, uma vez que, quem produz, se identifica com algo que faz para si ou para o outro. Essa versão marxista afirma que as relações sociais são fruto do trabalho dos seres humanos, ideia a qual corroboramos, pois entendemos que o fortalecimento de uma classe se dá por meio da união.

Com vistas a uma melhor compreensão e alcance dos objetivos específicos delimitados para a elaboração da pesquisa, constituímos as seguintes etapas: 1) revisão literária e levantamento bibliográfico de documentos e livros selecionados para a elaboração do arcabouço teórico; 2) elaboração das entrevistas semiestruturadas, direcionadas a informantes qualificados e preestabelecidos; 3) coleta de dados, realizada por meio do trabalho de campo, através de observações empíricas, conversas informais, entrevistas com mulheres de diferentes classes sociais e coleta fotográfica, as quais constituem a base de análise dos dados.

Como instrumento para a coleta de dados da pesquisa, escolhemos a entrevista semiestruturada, acreditando que esse formato fornece maior liberdade tanto para o entrevistado quanto para o entrevistador, posto que possibilita ao entrevistador reformular suas questões dentro da entrevista ou fazer novas perguntas para maiores esclarecimentos do seu tema à medida que a investigação for acontecendo.

Todo entrevistador/pesquisador deve conduzir a entrevista de maneira adequada e ética, devendo sempre: fazer com que a Entrevista se limite aos princípios científicos e justifique as possibilidades concretas de responder a incertezas; que seja realizada somente quando o conhecimento que se pretende obter não possa ser adquirido por meio de outros meios [...] (ROSA; ARNOLDI, 2008, p.88).

Ainda segundo essas pesquisadoras, esse formato de coleta de dados, a entrevista, não era bem visto entre todos os pesquisadores:

Dos primórdios científicos até 1982, os autores seguiam uma linha em que prevalecia a mensuração, as definições operacionais, as variáveis, os testes hipotéticos e as análises estatísticas, nesta época, a Entrevista não se constituía de um instrumento privilegiado de investigação. Após 1982, priorizou-se enfatizar a descrição, a indução e a teoria que fundamentam o estudo das percepções pessoais. Passou-se a designar essa abordagem como sendo a Investigação Qualitativa [...]. Privilegiam, essencialmente, a compreensão do comportamento a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. As estratégias mais representativas são: Observação Participante e a Entrevista em Profundidade (ROSA; ARNOLDI, 2008, p. 18).

Em nosso entendimento, a entrevista elucida as questões, não dando respostas, mas fazendo conhecido aquilo que antes era inquietação, uma vez que possibilita que o entrevistado se liberte, por vezes, até de sentimentos guardados ao longo da vida, o que vai depender muito dos rumos que esse instrumento tomar. A esse respeito, Lüdke e André (1986, p. 34) argumentam que “a vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela nos permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”.

Dessa forma, a partir dos dados coletados por meio da entrevista, foi montada uma base de análise de dados com vistas a responder inquietações nossas e, sobretudo, trazer questões imediatas de transformação social para uma classe que merece ser vista e tratada com igualdade social, nesse caso, a mulher campesina. Por parecer mais próximo de nossas indagações, fomos em busca de uma escola que estivesse mais afastada da zona urbana, onde pudéssemos observar a figura da mulher em sua essência.

Por que dessa escola e dessas mulheres? Por ser uma escola localizada em assentamento, as mulheres por residirem no campo, mesmo sem nos atentar para idade ou escolaridade, mas pela vivência no campo em seu cotidiano. Sendo assim, projetamos a nossa pesquisa para uma Escola Municipal, que tem como gestora (e aqui usaremos a letra P para professoras e Mm para mulheres não professoras) a professora P1 e como Coordenadora a Professora P2, a qual foi o nosso primeiro contato, tendo nos recebido com toda gentileza possível.

Nosso primeiro contato se deu por meio das redes sociais, uma vez que a escola fica em um município distante, contudo, fomos bem compreendidas em nosso objetivo. As informações nos foram passadas com toda presteza e se colocaram à disposição para nos atender tão logo pudéssemos estar juntas naquela região.

A escola está situada no Projeto de Assentamento denominado Paredão Novo, região do município de Alto Alegre, em Roraima. A escola atende atualmente alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental, sendo 1º e 2º anos da Educação Infantil e do 1º ao 5º ano do Ensino

Fundamental. Em nível de primeira informação, a coordenadora relatou que a maioria dos alunos da escola são filhos de agricultores, com exceção de alguns filhos dos professores.

A nossa intenção, a respeito da qual já conversamos com a coordenadora **foi** realizar uma visita de conhecimento em meados do mês de março de 2020 para conhecermos o local e a escola, aproveitando o momento para nos apresentar às pessoas que ali trabalhavam, e, posteriormente, compormos uma roda de conversa com as mulheres que faziam parte da escola com o tema “Mulher e seus desafios na contemporaneidade em busca de uma identidade”, com o objetivo de estreitar o conhecimento entre a pesquisadora e as participantes. Em outro momento, partimos para a entrevista, coletando assim o material necessário para a análise de dados.

Em conversa com a coordenadora, ela relatou sobre a expectativa dessa visita, pois sentia que muitas mulheres ainda careciam de conversar, “se soltarem” para se compreender como mulher, passando a entender que ter uma identidade vai além do simples existir. Para tanto, nos unimos a uma psicóloga para nos acompanhar nessa roda de conversa, como esclarece Goldenberg (2011, p. 46):

Existem algumas qualidades essenciais que o pesquisador deve possuir para ter sucesso em suas entrevistas: interesse real e respeito pelos seus pesquisados, flexibilidade e criatividade para explorar novos problemas em sua pesquisa, capacidade de demonstrar compreensão e simpatia por eles, sensibilidade para saber o momento de encerrar uma entrevista ou “sair de cena” e, como lembra Paul Thompson²⁷, principalmente, disposição para ficar calado e ouvir. (GOLDENBERG, 2011, p. 46).

Com vistas a iniciarmos a pesquisa, elaboramos um modelo piloto de entrevista e questionário socioeconômico, posto que não fazemos parte daquela comunidade, mas pretendíamos compreender um fenômeno, de modo que elaboramos os objetivos da entrevista, um pequeno questionário socioeconômico e uma entrevista, em um formato simples, a fim de não causar estranheza às pessoas envolvidas, e sim promover um clima agradável.

Esclarecemos aqui que as duas entrevistas foram feitas por meio do aplicativo WhatsApp, uma vez que na data marcada para irmos até o assentamento conhecer essas mulheres pessoalmente agravou-se a situação de pandemia que é de conhecimento de todos, obrigando-nos a usar as ferramentas que tínhamos disponíveis para aquele momento.

Nesse sentido, o que temos dá uma visão daquilo que teremos. Enviamos mensagem de vídeo as duas mulheres, que se prontificaram a responder, explicando o objetivo das perguntas,

²⁷ Paul Thompson. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

em que a questão central tratava da construção identitária da mulher camponesa na contemporaneidade e da importância dessa mulher se reconhecer como mulher do campo.

Elaboramos dez questões simples, mas que trouxeram resultado, em que a intenção foi ver essa mulher. Para esse primeiro momento, com a ferramenta que tínhamos, concordamos com Hall (2006) quando trata da disseminação da globalização e da tecnologia, pois não apresenta somente benefícios, uma vez que por trás da mídia essas identidades podem ser forçadas, com alguns prejuízos, como, por exemplo: a desintegração das identidades nacionais; a briga para manter uma identidade nacional, local, como resistência à globalização na qual tudo deve se integrar; a formação de novas identidades, as identidades híbridas, mudando assim o lugar das identidades nacionais, ou seja, a construção dessa nova identidade híbrida leva o sujeito a ter mais de uma identidade, qual seja, a identidade da modernidade tardia (HALL, 2006).

Desse modo, acreditamos que essas conversas trouxeram resultados importantes, tendo em vista que foi possível analisar, a partir do desenvolvimento das conversas, a posição da participante, compreendendo que o sujeito está envolto numa teia na qual todos os fios estão interligados, ou seja, estão presentes a intersubjetividade e a interdependência na construção dessa identidade e das relações sociais entre o local e o global.

Diante desse contexto, Elias (1994, p. 23) afirma:

Cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem... São mais elásticas, mas variáveis, mais mutáveis, porém menos reais e decerto não menos fortes. E é essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras, a ela e nada mais, que chamamos de “sociedade”. (ELIAS, 1994, p. 23).

No conjunto das perguntas, inserimos uma que parecia desnecessária, a respeito de ela sentir-se parte da sociedade, no entanto precisávamos compreender o que essa mulher do campo entende também por sociedade; caso a entrevista tivesse acontecido presencialmente, teríamos incluído na conversa, e não por escrito, mas infelizmente não foi possível, ainda. Conforme Elias (1994, p. 19), a sociedade é indissociável do indivíduo e nós buscávamos essa resposta não somente na teoria, nesse sentido, identificamos nas análises como essas mulheres se enxergam nessa estrutura social, sabendo que sociedade nada mais é do que um emaranhado de pessoas, umas dependendo das outras. A esse respeito, Elias (1994, p. 19) explicita que “o indivíduo é parte de um todo maior, que ele forma junto com outros”. Será que essa mulher do

campo se vê contribuindo para o avanço da sociedade? Será que se sente parte da engrenagem que movimenta o mundo?

Ainda nesse contexto, Elias (1993, p. 23) argumenta :

[...] cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem... São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém menos reais e decerto não menos fortes. E é essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras, a ela e nada mais, que chamamos de “sociedade”. (ELIAS, 1993, p. 23).

Corroboramos com a ideia do autor de que ainda falta um entendimento para o indivíduo quanto a “pertencer” a uma sociedade, ser ele um elo que sustenta o funcionamento, em especial os campesinos de que trata este trabalho, a grande importância que é o campo para a sociedade de modo geral. Tratando da identidade, essas duas falas ganham caminhos diferentes, uma sabe exatamente o que dizer, a outra desconhece o assunto, a nossa curiosidade de pesquisadora se aprofunda ainda mais ao ler esses posicionamentos, como será a recepção desta pesquisa? haverá um impacto benéfico ou não para essas mulheres? Mas são inquietações que somente se apaziguarão após o contato direto com mais pessoas e acreditamos que se dará em breve.

5.1 A METODOLOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA (Covid19)

O tempo ficou diferente para pesquisados e pesquisadores, devido à pandemia. Agora foi preciso adequar os passos definidos como visita ao *lócus* da pesquisa, não podemos mais estar juntos, mas não há como parar, não há como desistir de fazer o melhor mesmo em meio ao caos. Continuamos, assim como já havíamos feito duas entrevistas anteriores, em meados de 2019, mais especificamente no mês de novembro por meio da ferramenta WhatsApp.

Prosseguimos em 2020, um ano turbulento e cheio de medos, usando a mesma ferramenta só que melhorada, não mais só escrita, agora com o áudio e vídeo o que nos deu uma visão do lugar de fala e da fala do lugar daquelas mulheres. Para a roda de conversa como propomos no nosso desenvolvimento, mantivemos, usamos a plataforma Google Meet, meio pelo qual conhecemos as entrevistadas e pudemos, de certa forma, nos sentir próximas.

Evidentemente que, o estar junto e a tela do computador, notebook, celular, tablet, é diferente, mas como pesquisador em um novo tempo e novas ordens para manter a saúde, fomos

nos adaptando a tais situações. A primeira ação foi encaminhar às participantes cópias do projeto com objetivos, justificativa, riscos, assim como os termos dispensados pelo colegiado para a participação na pesquisa.

Falamos claramente sobre os possíveis risos, os quais poderiam ser de ordem emocional ou psicológica, por aparecerem, em alguns momentos, situações inerentes à vida particular e acontecimentos que estivessem guardados para si, contudo, esclarecemos que as suas falas poderiam ajudar a elas a se expressarem acerca de alguma coisa vida e que também, poderiam ajudar a outras mulheres na posteridade ao ter contato com suas histórias de vida, caso quisessem contar ou apenas se ater a respostas fechadas.

Foi com esse posicionamento que vivenciamos uma outra realidade, a realidade que agora estávamos submetidas a viver, isoladas desde março do ano de 2020 e pensando no que ressalta Hall (2006) acerca da identidade construída conforme a necessidade, foi o que vimos e ouvimos nesse contexto, a re (invenção) das identidades numa tentativa de adequação para um novo momento.

A identidade passa a ser definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente, [...] Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. (HALL, 2006, pp. 13-14)

Logo, o que vimos e ouvimos nos levou a corroborar com esta fala de Hall (2006), no que tange a não acomodação do ser, mulheres se re(inventando) para dar conta do fazer acontecer, tanto aquelas que são professoras como aquelas donas do lar, trabalhadoras diretas com a agricultura, e esse se refazer vai além, faz com que essas mulheres apontem o que seja uma identidade em tempos de pandemia e suas inquietações para ajudar de alguma forma.

Das duas primeiras entrevistas em 2019 transcorreu quase um ano para damos conta desse trabalho, pois a qualificação só aconteceu em agosto de 2020. As entrevistas que nos dispusemos a fazer, não só responderam aos questionamentos como levantaram outras hipóteses que certamente ajudarão na continuidade de uma construção identitária mais fortalecida. Uma vez que não estivemos frente a frente com essas mulheres, fisicamente, mas juntas, foi possível perceber o quanto a luta por uma igualdade de gêneros ainda precisa ser trabalhada em ambos os lados.

Manzzini (1990/1991, p.154) ressalta que a entrevista semiestruturada foca em um determinado assunto, (identidade, nosso objeto), e sobre esse assunto elaboramos questões

principais e as complementamos. O que o autor fala é que nesse tipo de entrevista pode-se receber material além do esperado, por ser ela mais livre, ou seja, deixa o entrevistado à vontade na sua fala.

E observando o material recebido para a análise de dados, essa afirmativa do autor ficou ainda mais evidente, pois tivemos que filtrar as entrevistas para que compuséssemos as respostas para os objetivos anteriormente traçados, considerando a emoção, o momento vivido e a disponibilidade dispensada por estas mulheres a participarem da pesquisa o que nos levou, de certa forma, a buscar a compreensão do método história de vida, uma vez que não tivemos como não ver e ouvir a história de vida dessas mulheres.

Nesse filtrar as entrevistas e na observação do comportamento das participantes, percebemos que caberia a nós, enquanto pesquisador, utilizar mais um método de pesquisa, o qual já havíamos sido orientados a seguir, a história de vida, pois para além das respostas as nossas pesquisadas também nos contaram fatos e situações vividas, já na fase adulta assim como lembranças do tempo de criança e adolescentes, grande parte delas vividas nas décadas anteriores a 80.

Entendemos com Bosi (1987 p. 55) que o método história de vida vai além de só falar, só contar, na verdade é “reviver”, além do mais a autora ainda acrescenta que a história narrada “[...] não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu.” Bosi (2003, p. 69).

História de vida é um método que permite a pessoa falar sobre acontecimentos vividos, sua história em outros tempos, ou seja, “premissa de que os conhecimentos sobre os indivíduos só são possíveis com a descrição da experiência humana, tal como ela é vivida e tal como ela é definida por seus próprios atores” (SPINDOLA & SANTOS, 2003, p.120), dessa forma nós fomos conhecendo essas mulheres, pois passaram a contar suas vidas.

Boje (1995) entende história como um desempenho oral ou escrito envolvendo duas ou mais pessoas interpretando uma experiência passada ou antecipada. Nesta definição, as histórias não precisam de começo, meio ou fim como as definições mais formais e restritivas. Nesse sentido, acreditamos que os métodos aqui utilizados nos levam a uma clareza de como essas identidades são importantes para essas mulheres, uma vez que entendem que as suas histórias são chaves para o desvendar de outras histórias, podendo ajudar no crescimento e entendimento do que é ser mulher campesina.

Compreendemos que a metodologia a que nos propomos seguir com nossos objetivos, apesar de ter sofrido as alterações impostas pelo contexto vivenciado, foi adequada para

chegarmos à análise do trabalho. É evidente que o percurso exigiu muito mais do que esperávamos, pois vivemos inúmeros desafios para alcançar os objetivos.

Como não era possível estar com as pessoas, mas queríamos conhecer de perto os lugares daquelas falas, em janeiro de 2021 fomos ao município de Alto Alegre, um lugar pequeno, aconchegante. Em abril de 2021 fomos à Vila Reislândia, conhecer a Escola Vânio Pereira de Melo, localizada no Assentamento Paredão Novo. A estrada asfaltada até a vila, as ruas da vila, no entanto, muito maltratadas. Imaginamos como era a vida daquelas pessoas antes daquela estrada pronta, pois é uma área de serras, muitas íngremes, na verdade viver no campo é um verdadeiro desafio.

E abro aqui um parêntese para me inserir como protagonista desta história, pois usei um diário de bordo e todos os dias eu o escrevia, não viagem ou visitas, mas o desafio de não ver solução para a situação que estávamos vivendo, ouvia os áudios, transcrevia e colocava no diário o meu olhar a partir das falas.

Certamente que em breve as pesquisas de campo serão retomadas de maneira livre e nós sentiremos saudade do que não fizemos, mas sentiremos também, orgulho de haver passado por um momento histórico e assim dizer, que fizemos parte da história.

6. ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados da pesquisa trabalhamos com a entrevista semiestruturada, considerando que a análise não começou após o término da escrita, mas vem se fazendo desde o início da pesquisa, agora com maior profundidade, como nos alerta Minayo (1992, *apud* GOMES, 2004), enfrentamos três obstáculos na análise de dados de uma pesquisa, quais sejam:

O primeiro diz respeito à ilusão do pesquisador em ver as conclusões, à primeira vista, como “transparentes”, ou seja, pensar que a realidade dos dados, logo de início, se apresenta de forma nítida aos seus olhos[...]. O segundo obstáculo se refere ao fato de o pesquisador se envolver tanto com os métodos e as técnicas a ponto de esquecer os significados presentes em seus dados [...]. Por último, o terceiro obstáculo para uma análise mais rica da pesquisa relaciona-se com a dificuldade que o pesquisador pode ter em articular as conclusões que surgem dos dados mais concretos, com conhecimentos mais amplos ou mais abstratos.

E pensando nesses obstáculos procuramos descansar a mente para que não corrêssemos o risco de argumentar dentro da fala das pesquisadas o nosso ponto de vista e nosso envolvimento, porque de fato ocorre uma euforia a ter contato com o material da pesquisa, não queríamos ter ilusão e não aproveitar de fato a fala vivida de cada uma.

Um ano que ninguém, ninguém imaginou vivenciar, no momento em que iríamos começar a nossa vida de pesquisadora junto ao nosso público, momento que sentaríamos para ouvir as mulheres do campo, chega o anúncio de que a população deveria se fechar em casa, exato no mês de março de 2020. Ali vimos tudo parar, tudo fechar, as pessoas desapareceram, e agora? Como fazer? Como dar continuidade ao trabalho? Não havia uma orientação, porque ninguém sabia que caminho tomar.

O que ouvíamos: “Vamos aguardar, é por pouco tempo”. E esse pouco tempo ainda não chegou, fomos para qualificação em agosto de 2020 ainda sem saber como fazer, mas naquele mês já prevíamos uma luz, não a que gostaríamos, pois agora estávamos todos por detrás de uma tela de computador, notebooks, tablets, celulares.

Como a pesquisa é de cunho qualitativo, a análise dos dados parte de análise de conteúdo, uma vez que utilizamos entrevista, observações (ainda que com distanciamento) e roda de conversa, momento em que foi possível inserir um tipo de questionário aberto, pois ao tempo em que nos falavam acrescentávamos questões abertas no intuito de alcançar os objetivos.

Para obter esses dados contamos com a participação de 13 (mulheres), entre elas, 6 professoras, 4 técnicas em educação, 2 donas de casa e a participação de uma professora de

outro município, que é do Movimento de Mulher do Campo em Roraima, todas moradoras do campo. Recebemos áudios e vídeos das mais diversas áreas do Assentamento Paredão Novo, assim como uma professora integrante do Movimento de Mulheres de Roraima (MMC). Essas falas chegaram carregadas de informações. Uma das questões basilares do trabalho foi: “**Você sabe o que é uma identidade de mulher do campo?**”

Sobre essa questão obtivemos um rico material, pois dentre as 13 respostas, 98% foram afirmativas e com argumentos explicativos do que seria essa identidade, o que nos deixou deveras confiantes para prosseguir. Com relação ao questionário socioeconômico que deixamos claro a não obrigatoriedade de respostas, elas fizeram questão de responder, mas acentuamos que se usados, seria de modo geral e não particular. E assim o usamos apenas como situador de dados, e a partir desse momento fizemos análise das respostas ou histórias recebidas, confrontando com as questões enviadas.

No início da pesquisa nos propomos a apresentar a carta elaborada no Primeiro Seminário de Políticas Públicas para Mulheres, realizado no ano de 2019, não conseguimos cumprir com o proposto, visto que a Casa da Mulher Brasileira não nos atendeu com tal solicitação. Nos propomos também a anexar falas de algumas mulheres que trabalham diretamente com políticas públicas para mulheres, no entanto não foi possível, visto que o momento não era propício e, em outros casos, não fomos atendidas, lamentavelmente o pesquisador passa por alguns entraves, contudo não desiste de seu objetivo maior, compreendendo sempre que não é uma barreira que o para.

6.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Para melhor desenvolvimento e compreensão faremos a análise por parte, e para a primeira parte dessa análise das entrevistas vamos descrever se as respostas recebidas respondem as nossas inquietudes e se o nosso objeto pode ser respondido por meio da entrevista. Abaixo o quadro retrata o percentual do conhecimento acerca do tema identidade, ou seja, da construção identitária da mulher campesina.

Nº de participantes		Nº de perguntas	
13 mulheres		10	
Nº de participantes	Nº de perguntas	Conhecem sobre o tema identidade	Não conhecem, ou não sabem argumentar sobre o tema
13 mulheres	10	98%	2%

O quadro mostra que a maior parte das mulheres conhecem o tema ‘identidade’ e por esta projeção entendemos que poderíamos prosseguir para obtenção de respostas para as demais questões e falar com mais liberdade, uma vez que foi trazido um assunto que, mesmo estando em pauta somente há algumas décadas, as mulheres já ousam se posicionar e declarar o que foram, o que são e o que querem, como assevera Silva (2008) ao afirmar que a mulher sempre foi intensa em todos os sentidos, e ela busca seus objetivos, e isso fica claro quando da porcentagem de mulheres que conhecem sobre Identidade.

Além do conhecimento sobre o tema, elas frisaram que essa identidade do campo precisa ser fortalecida, precisa ser apregoada para que mais mulheres se sintam donas de si em seu lugar de fala, entendendo que ser do campo não as menospreza, mas as qualifica como pessoas iguais em uma sociedade que precisa aprender a ver o valor das pessoas que vivem no campo e o valor das coisas que saem do campo.

Para a segunda parte, nos atemos à maneira das participantes argumentarem sobre o tema, para a partir dessa argumentação traçarmos um perfil dessas mulheres, o que nos fez perceber, assim como argumenta Bauman (2005):

[...] a ‘identidade’ só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, ‘um objetivo’; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre as alternativas ou então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa deva ser, e tenda a ser suprimida e laboriosamente oculta” (BAUMANN, 2005, pp. 21-22).

Assim sendo, a construção da identidade de mulher do campo passa por um processo a longo prazo, algumas têm em vista o quanto já mudaram, o quanto tomaram posse dessa identidade, e outras estão em processo de elaborá-la, uma vez que estão aprendendo a ser, a querer ser e sair do patamar de ‘insignificância’ (palavra repetida em algumas das falas). Dessa forma entendemos que o segundo objetivo ganhou uma roupagem enriquecedora, uma vez que essas mulheres não só querem como lutam para manter uma identidade, não queremos dizer com isto que foram unânimes em seus posicionamentos, pois ainda foi possível observar um tom mais baixo de algumas ao tentarem se perceberem como donas, como trabalhadoras, e não apenas como ajudantes nas tarefas do campo.

Para a terceira parte dessa análise trouxemos fragmentos de falas, uma vez que fomos orientadas que, para alcançar o terceiro objetivo seria importante a realização de roda de conversa, e assim fizemos, levamos o tema para uma conversa aberta com mulheres do campo, letradas (Educação Superior, Ensino Médio, Ensino Fundamental) e não letradas (só

frequentaram a escola), entre idades variadas (a mais jovem com 24 anos, a de mais idade com 58 anos) o que deu uma visão geral daquilo que estávamos propondo, pois, em meio às falas uma remetia à fala da outra, como que se comparando com aquela história, ou seja, nas histórias de vida da mulher campesina há momentos de semelhança, no que diz respeito ao porquê de lá estar.

Para a situação vivida a qual descrevemos acima, nos preocupamos com veracidade na fala das pesquisadas, uma vez que a mídia pode mostrar outros rostos, outras verdades, como assevera Sodré (2005):

A própria evolução tecnológica dos processos de midiaticização engendra modos diferentes com as Identidades fantasmáticas ou espectrais. Na mídia tradicional, o fantasma – o sujeito ficcionalizado – permanece inacessível ao contato real, apesar das ‘interações coadjuvantes’, como jornais, revistas, correspondências, pesquisas de opinião, criados pela própria indústria do imaginário (SODRÉ, 2002, p. 155).

Dessa forma foi necessária mais de uma conversa com a mesma participante para que ela se sentisse segura e não criasse uma barreira ‘fantasmática’ por estar por trás das câmeras, para que não criasse um personagem e a pesquisa ganhasse novos rumos, perdendo assim o direcionamento das questões. Mas, ao invés disso, ganhamos pessoas querendo falar mais e mais, além das respostas, voltavam para dizer que gostariam de complementar suas falas, pois haviam lembrado de algo de determinado tempo.

E com esse retorno de fala fomos percebendo que essas mulheres não só gostariam de responder como gostariam de contar suas histórias de vida, e ficou muito claro ao falarem da questão sobre o preconceito por serem e estarem no campo. Nesse quesito ficou entendido que não estavam criando um personagem, mas se despidendo do medo de ser e, ao que nos pareceu, um grito de socorro para que a sociedade compreenda que o campo é extensão da cidade e não uma ‘coisa’ à parte, renegada à própria sorte, menosprezada como fazem parecer.

José Luiz Pardo afirma:

Respeitar a diferença não pode significar “deixar que o outro seja como eu sou” ou “deixar que o outro seja diferente de mim, tal como eu sou (do outro)”, mas deixar que o outro seja como eu não sou, deixar que ele seja esse outro que não pode ser eu, que eu não posso ser, que não pode ser um (outro) eu; significa deixar que o outro seja diferente, deixar ser uma diferença que não seja, em absoluto, diferença entre duas identidades, mas diferença da identidade, deixar ser uma identidade que não outra “relativamente a mim” ou “relativamente ao mesmo”, mas que é absolutamente diferente, sem relação alguma com a identidade ou com a mesmidade (PARDO, 1996, p. 154).

O que nos leva a compreender que essa diferença marcada ou não, não pode ser objeto de desprezo ou preconceito, uma vez que ser diferente não deveria ou não deve criar barreiras,

mas respeito pelo outro, compreendendo que a sociedade é efetivamente formada por seres únicos e que, apesar dessa unicidade formar uma grande teia, cada um necessita do outro para uma existência significativa.

Pardo deixa claro que, para eu respeitar o outro, o outro não necessita ser igual ou parecer comigo, a sua identidade é própria e formada por seu “eu” e não por semelhança do outro, mas o outro precisa de atitude para respeitar a diferença sem apontar, sem criticar, visto que, nenhum “eu” é igual. Ao juntar os muitos “eus” forma assim uma identidade em conjunto por afinidades de ideias e não de igualdade.

6.2 ANÁLISE COMENTADA DE FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS

*Põe a semente na terra,
Não será em vão.
Não te preocupa a colheita,
Plantas para o irmão.²⁸
(Canção popular)*



Fonte: participante da pesquisa, professora, moradora do Assentamento Paredão Novo.

Esta foto representa muito o que é a força do campo, são sementes de girassol, sendo este um símbolo do movimento da Educação do Campo, uma vez que o sol é o grande orientador do trabalho e dos saberes camponeses. A flor do girassol representa a metáfora da colheita ou apanha do saber no campo (OLIVEIRA, 2005; MARRSCHNER, 2011).

Para iniciar a análise das falas vamos retomar um pouco a Educação do Campo. Santos (2010, p. 2) afirma que o território do campo “sempre foi visto como um lugar de atraso, uma realidade a ser superada e, por esse motivo, as políticas sociais e educacionais não foram vistas

²⁸ Refrão da canção popular *Põe a semente na terra*, encontrada na cartilha intitulada *Sementes de vida nas mãos de mulheres camponesas* (2007).

como prioritárias”. Para Arroyo (2004) e Caldart (2003) a Educação do Campo é fruto de movimentos sociais camponeses pela luta da terra e do trabalho do campo com dignidade.

Dessa forma, veremos nas falas das mulheres do campo que essa luta é contínua, ela não pode parar, pois há uma necessidade constante de orientar a geração futura sobre a importância do campo e não deixar cair no esquecimento que para as conquistas hoje vistas foi preciso muito suor e lágrima de muitas pessoas.

A mulher campesina está tomando para si posse da sua identidade, e nessa perspectiva, para iniciarmos a conversação, interroguei-as de maneira branda no intuito de situar-me e situá-las na conversa com a seguinte pergunta: Você sempre viveu no campo? E, junto a essa, se positivamente, como teria sido sua infância?

P1: Não, cresci na cidade, mudei para o campo na adolescência, mas garanto hoje, que não quero outro lugar
--

M1: Não, vim para o campo já adulta, casada, na esperança de uma vida melhor para mim e para os meus filhos, pois na cidade não havia muito a fazer.
--

M2: Sim. Nasci no interior, cresci, fui para cidade, estudei um pouco e voltei para o interior, construí família, criei meus filhos para admirar as plantações, mas mandei eles para estudar, hoje eles estão cada um no seu pedaço de terra, ricos não, mas bem acomodados. Minha infância foi maravilhosa, com plantas, chuvas, árvores grandes, bichos, era com isso que me divertia e não conheci depois de adulta uma infância parecida com a minha.

P2: Sim. Fui para cidade só para estudar, isso ainda morava no Maranhão. Vim para Roraima na promessa de emprego e chegando aqui fui direto para o interior lecionar enfrentando todas as dificuldades de um lugar que estava nascendo.

No quadro acima temos uma visão, minimamente de quem é esta mulher que está no campo, das respostas acima, umas foram para o interior por alguma circunstância da vida, outras sempre viveram no interior, mas foram obrigadas a irem à cidade para estudar, com essas repostas fica percebido o que temos lido na história da Educação do Campo ao longo da nossa trajetória.

Como se sabe a vida no campo não é sinônimo de pobreza, mas o que ficou claro pelas respostas dadas, é que a Educação do Campo não é para o campo, uma vez que 95% das entrevistadas estudaram na cidade e não “no campo”, e assim como fala Caldart (2004), há uma enorme diferença entre o ‘do’ e o ‘no’ campo. Prosseguimos com a análise das perguntas seguintes: seus pais sempre trabalharam com lavoura? Ou seja, no campo? E para nossa não surpresa, 98% desses pais sempre trabalharam no campo, e 85% deles não foram donos de suas terras, mas trabalharam para grandes fazendeiros, uma grande minoria com muito esforço e

trabalho conseguiu, já na fase da velhice, comprar ‘um pedaço de chão’ com a ajuda dos filhos já crescidos e trabalhando.

A porcentagem de mulheres que nos responderam que estudaram na cidade nos fez corroborar com a fala de Caldart ao dizer que desde o início a Educação do Campo se move sobre um ‘fio de navalha’. Quanto aos pais, esses viveram no campo, não como donos, e esse olhar do querer o melhor para os filhos fez com que esses pais se obrigassem a trabalhar para os grandes latifundiários, não por prazer, mas por uma necessidade maior, conforme retrata o quadro abaixo, sobre a questão da Educação e a posse da terra.

Nº de participantes	Nº de perguntas		
13 mulheres	3		
	Estudaram na cidade	Os pais sempre trabalharam no campo	Não eram donos da terra q trabalhavam
	95%	98%	85%

A outra questão foi direcionada a mulheres que trabalham na escola, sendo professora ou técnico educacional: Você trabalha na escola, ou seja, é funcionária pública, o que te classifica então como mulher do campo?

M4: Sou funcionária pública sim, mas viver no campo me dá toda liberdade de dizer sou mulher do campo, uma vez que, a maior riqueza que conheço é extraída do solo, e sempre digo a meus filhos, estudem, mas não desapeguem do lugar onde vivem, tentem compreender a importância do bem viver.
P3: Sou professora, e sou mulher do campo com orgulho disso, um horário da escola, outro estou com a mão na massa (plantando aquilo que gosto), ah, e sempre que é possível faço com que minha turma tenha uma aula mais voltada para a terra, trago para a sala de aula experiências de trabalho na roça que não desqualifica ninguém, mas que podemos ser sim, o que quisermos e ainda assim, ver brotar da terra nosso sustento [...]
M5: O meu trabalho como funcionária pública ajuda a realizar outras coisas lá no meu interior, como quando a safra não é boa, é com esse salário que cobrimos despesas e compramos o necessário, como sementes e coisas para os animais, veja se não posso dizer que sou mulher do campo? (risos) [...]

O que ficou percebido nas respostas dadas no quadro acima é que essas mulheres entendem que, de alguma forma, elas são parte integrante do desenvolvimento do campo, ou seja, o lugar de fala delas vai depender de como elas se apossam desse pertencimento.

Essa concepção de mulher do campo, campesina, vai ganhando vida enquanto leio e subtraio as respostas dessas mulheres, sendo elas, professoras ou cooperadoras, como elas

mesmas se denominaram. Dessa feita, fomos afunilando para chegar ao nosso propósito com a seguinte questão: Você acha que tem uma identidade própria?

Essa porcentagem de “não” nos pareceu mais insegurança do que não a ter, uma vez que falavam bem do que são, o que fazem e com quem fazem, mas na hora de se sentirem seguras e dizer com firmeza que têm essa identidade, mudavam o tom de voz. Por isso fizemos esse contraponto, sabem, fazem, mas ainda não tomaram para si o que de fato uma mulher campesina necessita, uma identidade de representatividade.

Até aqui fizemos uma análise mais geral, dando conta das três primeiras questões da entrevista, como nos propomos acima, três blocos de considerações, seguimos agora com as falas bem diretas, dando dessa forma voz às mulheres que se emprestaram e gastaram seu tempo para nos fazer entender como acontece essa construção identitária da mulher campesina e traçar assim um perfil dessa mulher.

No quadro abaixo fizemos o percentual das respostas dadas sobre a questão da identidade, e foi perguntado o seguinte: Você acha que tem uma identidade própria?

Nº de participantes	Nº de perguntas				
	1				
13 mulheres	Sim	Sim, com argumentos	Não	Não, com argumentos	Não souberam responder
	85%	65%	12%	7%	3%

Com esse percentual ficou definido que tínhamos ali o perfil das nossas participantes, mulheres que estão engajadas numa luta de classe, mulheres que estão se levantando mediante orientações e mulheres que precisam de ser orientadas a cerca é possível ser visto nela enquanto mulher e enquanto mulher do campo.

Traçado esse perfil, considerou-se avançar, pois daqueles argumentos sobre ter identidade, foi possível inserir a próxima questão e nessa seguiu-se com a análise agora não mais mostrando percentual, mas analisando as falas, buscando interpretar até os mais simples momentos de pausa no discurso.

A nossa pergunta foi: **O que é identidade para você?** A primeira fala chama a atenção, “*identidade sou eu personificada numa mulher do campo*” (personificada?), essa palavra nos chama atenção por ser uma figura de linguagem da literatura que usa características humanas para dar vida a seres inanimados.

O que de fato essa mulher quis dizer com a palavra ‘personificada’, ela acrescentou, por saber que a identidade não é fixa, ela é um adjetivo que me deram, *a mulher do campo fala, a mulher do campo sabe ler, olha! a mulher do campo sabe muito*. Ainda segundo ela, foi assim que se sentiu por muito tempo ao participar de reuniões na cidade, seu discurso era visto como que fora de contexto, olhares pulsantes como se tentando entender se o que ela falava fizesse sentido, pois os ali presentes não conseguiam ver a realidade vivenciada por ela. Mas ela não se calava, pois sabia que dela dependiam outras vidas. Corroborando com essa fala Hall (1987) enfatiza que essa identidade não é unificada em torno de um “eu” coerente, ou seja, essa identidade flutuante ganha espaço nos espaços que se necessita entrar.

Uma segunda fala diz que identidade *é tudo o que eu preciso mostrar, que eu preciso viver para que o outro se espelhe em mim*. De novo nos chama a entender, o que seria esse **outro se espelhar**. Rocha-Coutinho (1994), diz que:

A mulher passa a viver para o amor: amor a seus filhos, a seu esposo, a sua casa. Para tanto, ela deveria se manter pura, distante dos problemas e das tentações do mundo exterior- o mundo do trabalho-, que deveria ficar sobre o encargo do homem. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 29)

Ou seja, essa separação de espaço e modos de pensar está intrínseco em nós pessoas, da forma que fomos educadas para ver o outro e o mundo, quando pensamos que o movimento feminista só existe há poucas décadas, podemos então ter a clareza de como essa mulher campesina também se apropria de sua identidade numa caminhada que não é fácil, uma vez que a mulher dona de casa não é vista como trabalhadora, mas sim como uma obrigação dessa mulher, manter o melhor ambiente para os filhos e esposo, ou seja, “ela não trabalha”.

O que analisamos é que não estamos perdendo a batalha para essa construção de uma identidade fortalecida, se pensarmos que esse discurso sobre o empoderamento das mulheres só ganha voz e vez a partir do século XX, apesar das tentativas de calar esse movimento, ele insiste em perseverar para que a mulher ocupe um espaço que é seu de direito, não apenas cumprir um papel obrigatório pela sociedade machista – cuidar integralmente dos filhos e do lar – e ainda ser culpabilizada se acaso os filhos se tornassem “fracassados”.

A fala das mulheres nos leva a compreender o espaço que estão ocupando e que por muito tempo foram impedidas de se colocarem, nas duas primeiras guerras, por exemplo, as mulheres foram obrigadas a sair de suas casas e trabalharem, uma vez que seus homens, os provedores, passavam muito tempo distantes, mas que com a volta desse homem para o lar, a mulher de novo é obrigada a estar no fundo da casa, ou seja, apenas fazer sua obrigação de mulher.

No entanto, via-se aí um desconforto com a questão do homem-mulher, nas falas de Rocha-Coutinho (1994) “um mal-estar indefinido” acordava então as denúncias do lugar secundarizado da mulher no meio social há tantos anos por questões puramente biológicas, ou seja, eram os movimentos feministas ganhando força nas lutas pelos direitos das mulheres concomitantemente com os direitos humanos (CASTELLS, 1999; MEYER, 1993; SCOTT, 1995), são referências que nos levam à compreensão das falas ouvidas.

Dessa forma os objetivos foram sendo alcançados, queríamos que essas mulheres compreendessem que tinham uma identidade a defender, no entanto, ao falarmos da questão sobre o preconceito em alguma situação por ser mulher do campo, as respostas foram nos cercando de entendimento. Segundo Bourdieu (1999), transcrever uma entrevista não é só um ato mecânico de passar o discurso gravado para o papel, mas o pesquisador tem que apresentar os silêncios, os gestos, os risos, a entonação de voz do informante durante a entrevista, ou seja, o pesquisador tem o dever de ser fiel quando transcrever tudo que o pesquisado falou e sentiu.

Outra questão para continuarmos compreendendo como se dá a construção dessa identidade foi: **Tem alguma situação que você possa relatar que te incomodou por morar e trabalhar no campo?** Ou seja, por ser mulher campesina. A primeira fala transmite a sensação que é ter olhares sobre você: “uma situação que ocorreu há muitos anos atrás, meu marido queria comprar um carro, aí ele foi a uma determinada concessionária em Boa Vista, e a forma como, assim, era visível que nós não éramos da cidade, as pessoas que atendem muitas das vezes no comércio elas fazem uma leitura, não só as que trabalham no comércio, mas às vezes as que atendem nos hospitais, nos postos de saúde, eles fazem uma leitura, eles te olham de baixo para cima, de cima para baixo, aí dependendo de como ele te ver, como você está vestido, você é bem ou não tão bem atendido, e na época nós não fomos bem atendidos, a pessoa que nos atendeu pensava que nós não tínhamos o dinheiro para comprar o carro[...] era visível que nós não éramos da cidade”.

Trecho de uma entrevista que nos alerta para o que chamamos de diferente, são momentos de fala que ouvimos e ouvimos de novo, porque causa estranheza a diferença. O que marca uma campesina, o que há de diferente nessa pessoa, por que esse olhar qualitativo para não dizer um olhar julgador sobre o outro, por que querer que o outro seja igual, se a sociedade é constituída pelo diferente? E acerca dessa situação de diferença entre campo e cidade e de como as identidades são construídas e porque são necessárias, Bauman (2005) afirma que,

A identidade é um grito de guerra usado em uma luta defensiva: [...] um grupo menor (e por isso mais fraco) contra uma totalidade maior e dotada de mais recursos (e por isso ameaçadora). [...] A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a

fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluto a ser devorado (BAUMAN, 2005, pp. 83-84).

Outra fala nos disse: “penso ser igual, mas ao entrar em determinados lugares dito na cidade, é como se houvesse uma marca em mim, não consigo ver, de verdade, mas as pessoas se acham melhores por algum motivo[...] uma moça numa determinada loja me disse: a senhora não precisa usar nada caro, né, lá no interior é diferente [...] a vontade foi questionar ela sobre a diferença, mas fiquei logo chateada e evitei maior **constrangimento**. ”

Para quem seria esse constrangimento do qual a pesquisada falou? Nenhum ser humano vem com uma marca, o que nos diferencia uns dos outros é nosso próprio egoísmo construído à base de uma sociedade não igualitária. Esse preconceito por ser uma mulher do campo, e nós frisamos “mulher” por ser nosso foco, mas homens também passam por situações de constrangimento no que tange a estar no campo, não no mesmo patamar que as mulheres, mas essa diferença é para outra escrita.

Algo que chama a atenção nas falas enquanto pesquisadora e tentando ser fiel para com o que ouvimos é que mulheres camponesas, apesar das diferenças de idade, passam quase que pelas mesmas situações, ou seja, tentam sobreviver no meio social se adequando a olhares, tendo que ousar na voz e em seu contexto para que se sintam ouvidas.

A mulher do campo, professora, não é só professora, a mulher do campo, trabalhadora do campo não exerce apenas uma função. Outra questão: **Hoje se questionada por mim sobre o seu lugar de fala, você saberia expor o porquê da importância de ter uma identidade marcada?** Ou seja, a importância de ser chamada camponesa? A primeira resposta nos veio carregada de segurança: “faço parte dessa realidade, reconheço hoje minha identidade como mulher do campo por fazer parte, por residir, por enfrentar as dificuldades existentes, mas me reconheço pertencente a essa categoria **social** e **política** [...] gostaria que a força fosse muito maior, que as mulheres somassem mais, se instituíssem mais como parte integrante dessa categoria[...] sou amiga da presidente da associação de trabalhadoras[...] e participo, quando posso, dando ideias...

Essa fala faz entender que o território do campo, junto com os que ali vivem e constroem para si relações de amizade, de vivências tem sido visto desde sempre sob um olhar estigmatizado, marginalizado. Said (1993) nos leva a refletir sobre as literaturas sob uma construção de discursos culturais e representações e estereótipos sobre um povo marginalizado, e nesse aspecto, na seção 3.2 sobre Educação do Campo, trouxemos um exemplo da Literatura

Brasileira, o personagem Jeca Tatu, escrito por Monteiro Lobato, que reflete um olhar sobre esse caipira (homem do campo) visto sob a ótica metropolitana.

E há uma preocupação na fala dessa mulher quando diz que gostaria que mais mulheres se juntassem, se unissem para que tivessem mais voz nesse cenário, justifica assim a necessidade de que se adquira uma identidade consolidada, não estática, como argumenta Bauman (2006), se for fixa torna-se fardo.

Já outra fala nos disse assim “não sei exatamente para que essa identidade, mas acredito que enquanto mulher do campo devemos sim nos reconhecer, acho que ainda não me dei conta de tamanha necessidade[...] eu ajudo nos afazeres, meu marido toma conta de tudo, mas talvez eu realmente precise entender melhor o que é ter essa identidade[...]”. O que se percebe aqui é que essa mulher ainda não se viu como atuante, diferentemente da fala anterior, ou seja, essa mulher atua de várias formas para o sustento e crescimento familiar e para que essa comunidade progrida, mas não se vê como parte integrante desse crescimento social e político da mesma forma que outras mulheres.

Dentre essas falas temos a da presidente de Associação de Moradores e Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região do Paredão, município de Alto alegre: “as mulheres trabalham de igual para igual além de várias outras funções domésticas, pois são mães, donas de casa, ainda assim dão conta de “ajudar” na renda da família. ” Muita atenta às falas dessas mulheres, pois para que apareça essa construção identitária e como essas mulheres lidam com ela, foi preciso ter um olhar fixo na maneira como se expressavam nos vídeos.

Fomos mais além, pois, compreender a construção identitária da mulher campesina foi o grande desafio como estudante e pesquisadora acerca desse tema, pois ouvir mulheres, participar de grupo de conversa sempre nos inquietou, mas naquele momento, ouvindo e lendo as vozes, percebemos o quanto os movimentos são fundamentais para que nós mulheres tenhamos autonomia sobre aquilo que somos e não nos colocarmos sempre à margem daquilo que disseram que somos.

“Senti vontade de te contar uma historinha de quando quase criança porque eu era adolescente, se eu tivesse o pensamento de hoje eu teria reagido, não reagi e hoje vivo as consequências desse tempo de medo que não podia falar[...] não podia falar na frente de um senhor juiz, e hoje eu estou pagando caro por isso” (entrevistada). O que é essa construção de que falamos na nossa escrita se não esse lembrar de fatos que a fizeram crescer em todos os sentidos, mulheres que viveram épocas não distantes, mas que não havia essa força para se questionarem sobre o que deveriam dizer ou ser.

A mulher do campo trouxe uma realidade que fortalece a confiança em um mundo mais ativo para a mulher. Segundo Bauman (2005), vivemos tempos de identidades líquidas, identidades não apresentadas como se fosse um documento. Na fala de uma das entrevistadas ela diz: “sou mãe solteira, trabalho, vivo com meus pais”. Essa é uma situação que não a constrange, fala com orgulho do seu poder de criar a filha sozinha, ajudar os pais a realizar o sonho de ter o pedaço de terra, de tocar a terra com as mãos e dizer é nosso.

Foram essas falas que foram criando o desfecho, se há uma resposta para as nossas inquietações do início da pesquisa, podemos dizer que colhemos muito, mulheres que entendem que seu papel vai além do projetado para elas por uma sociedade machista e patriarcal²⁹, apesar desse olhar de que possui sua própria identidade está nascendo aos poucos foi possível compreender com elas, mulheres do campo, que elas são o que faz a diferença no meio em que vivem, são elas sua própria inspiração para o progresso.

Foi ouvindo mais de uma vez as falas dessas mulheres que tecemos um conceito para o termo identidade, ou identidade de mulher campesina, o qual seja, “semente, caule, folhas, flores e frutos, a identidade campesina é: árvore em terra seca”.

²⁹ Sistema sociopolítico que coloca os homens em situação de poder. (ver mais em Freyre, 1973)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou compreender como acontece a construção identitária da mulher campesina. Vale ressaltar que as inquietações expostas no início da pesquisa foram sanando ao longo do percurso, em especial depois que se ouviu falas acerca do problema de pesquisa. Os objetivos propostos para o desfecho da pesquisa foram relevantes para que se trilhasse um caminho e pudesse deixar meios para continuidade da pesquisa. Foi participando e ouvindo que chegamos à conclusão de que a questão identitária estará presente no contexto acadêmico e de forma interdisciplinar, por ser um tema abrangente e que engloba as mais diversas áreas da pesquisa em ciências humanas.

Foi participando de encontros on-line com as mulheres do campo das mais variadas regiões do país, mulheres que arregaçam as mangas para que a produção de alimentos chegue à mesa de todos, mulheres que se empenham em movimentos de luta por um Brasil melhor e sem fome, que se conheceu mulheres que saem mesmo da sua zona de conforto (de casa, da sua cama, do seu lugar) para participar efetivamente das lutas por terras que devem ser de todos, mas que está concentrada nas mãos dos grandes empresários.

Foi possível compreender com a finalização desta pesquisa que o percurso feito garantiu respostas à muitas dúvidas, no entanto, descobriram-se que quanto mais pesquisas se faz em torno de uma sociedade, mais necessita de compreensão no que se refere ser social e construir-se como agente de sua própria história.

O que ouvimos muito nesses encontros foi “falta recurso para as lutas”. Eu não levava minha voz nesses encontros, porque eu precisava ouvir e compreender a questão da identidade dessas mulheres, e ouvindo foi formando um grande leque de entendimento, nós vivemos momentos de grandes desafios, não mais de conquistar, mas de manter a conquista, abrem-se situações que, se os movimentos pararem, perderemos, retrocederemos em muitos anos.

Esse histórico que fizemos durante a pesquisa para então compreender a necessidade de uma identidade, só ele daria uma dissertação e, de certa forma, é imprescindível que outras pesquisas aconteçam nesse sentido para que não pare numa dimensão tão pequena quanto um único trabalho.

Compreender o que mulheres campesinas entendem por identidade, nos desafiou de maneira singular, pois a pesquisa aconteceu em pleno isolamento social e durante a nossa qualificação fomos chamados a fazer um estudo sobre o tema identidade se percebêssemos a ausência desse conhecimento, assim sendo, o nosso olhar ficou mais apurado durante a leitura,

e mesmo a porcentagem do conhecimento sobre o tema identidade tendo sido satisfatório, fizemos palestras sobre o tema identidade, para que pudéssemos concluir com êxito o que de fato a pesquisa exigia de nós.

O contexto envolvia mulheres que de alguma forma gostariam de saber mais, agora não mais apenas as mulheres do grupo de pesquisadas, mas das suas convivências e nós não diríamos não para um assunto que lemos, pesquisamos por meses, fizemos fichamentos, colocamos nosso ponto de vista enquanto mulher negra, filha de agricultores, e agora mestranda em universidade pública, nós nos sentimos na obrigação de fazer um pouco mais. E para isso nos utilizamos da tecnologia que aos poucos fomos aprendendo a dominá-la.

Finalizamos com a grata satisfação de um dever cumprido para com a sociedade, pois pensar que em determinado momento faríamos a fala final da nossa pesquisa com o autoconhecimento dessas mulheres sobre a sua construção identitária nos faz ver que realmente valeu a pena ter insistido, apesar dos tantos desafios que se nos apresentou

O que faz um pesquisador não desistir de um trabalho, ainda que seja árduo, é esse reconhecimento de que o que ele estuda na academia não é em vão, que ele pode ver no olhar do outro a gratidão por sua existência e seu entendimento daquilo que parece distante, foi assim que nos sentimos ao falar sobre identidade de mulher, não aquela identidade mostrada, mas aquela construída, forjada na dificuldade, na necessidade, e ainda mais fortalecida porque falamos da nossa própria experiência enquanto mulher que precisou se refazer e lutar contra todo um sistema que te pressiona a apresentar-se fora de sua realidade.

Assim, conseguimos fazer um panorama do entendimento do que essas mulheres têm sobre o tema identidade e nos agradou ver que o século XXI continua prosperando na perspectiva de que mais mulheres se engajem na luta de conquistar seu espaço e se conhecer. Compreendemos com isso que o desafio valeu a pena, que o medo foi superado.

Não erramos ao escolher esse tema e essa problemática, pois foi nítida a necessidade, a receptividade que tivemos das participantes nos fez acreditar que estávamos no caminho certo e que era um tema necessário para o momento e para a posteridade, pois nos vimos por inúmeras vezes na voz delas, não podíamos intervir, apenas ouvir. Agora que estamos na conclusão dessa “obra” posso dizer que chorei algumas vezes lendo as respostas, pois foram tão abertas em suas falas que era possível enxergar as dificuldades, o sofrimento e as angústias carregadas por elas.

Diante do exposto a pesquisa conseguiu responder a questão problema, e abarcar os objetivos, geral e específicos, uma vez que a maioria das pesquisadas compreendiam o tema abordado, assim sendo, fica aqui a nossa contribuição para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis: Vozes, 2004. 214 p.
- ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma Educação do Campo*. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005a.
- _____. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005b.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960a.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand. Brasil, 2003.
- BRASIL. LDB. *Lei 9394/96. Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em: 02 dez. 2019.
- BRASIL. Parecer CNE/CEB 11/2000-homologado, 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 09 de jun. 2000.
- _____. Decreto n. 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. *Diário Oficial de União*, Brasília: 2010.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOSI, E. (1987). *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Edusp.
- BOSI, E. (2003). *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- CARDOSO, Elisabeth Maria. *Mulheres do campo lutam para derrubar barreiras e preconceitos*. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/mulheres-do-campo-lutam-para-derrubar-barreiras-e-preconceito>. Acesso em: 9 fev. 2020.
- CARNEIRO, Maria José. *Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero*. Biblioteca Virtual. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doi/carnei2.htm>. Acesso em: 9 fev. 2020.
- CARVALHO, Edmilson. *A produção dialética do conhecimento*. São Paulo: Xamã, 2008.

- CASIMIRO, Ana Palmira Bitencourt Santos. Igreja, educação e escravidão no Brasil Colonial. *Revista Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 7, n. 1, p. 85-102, 2007.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. Publicado originalmente em 1942.
- CURY, C. R. *Educação e Contradição*. São Paulo: Cortez, 1986.
- DÍAZ, Laura Mota. *Instituições do estado e a produção e reprodução da desigualdade na Am Latina*. 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/clacso/crop/cattapt/06mota.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FERRANTE, V.L.S.B. A situação legal e real da mulher trabalhadora no campo. *Rev. Perspectivas*, v.5, p.97-114. 1982.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: MDA, 2006.
- FERNANDES, Bernardo; M. CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. Primeira Conferência Nacional “Por uma educação básica do campo” texto Preparatório In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Por uma Educação do Campo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FRIEDAN, Betty. *Mística feminina* – Tradução de Áurea B. Weissemberg. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.
- GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social*. 23.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- GHEDIN, Evandro. *Práticas educativas na Educação do Campo: desafios e perspectivas na contemporaneidade*. / Sérgio Luiz Lopes, Organizador. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015. 239 p.: il.
- GIDDENS, A. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- HENRIQUES, Ricardo et al. (Org.). *Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas*. Brasília: SECAD/MEC, 2007. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educacaocampo.pdf Acesso em: 9 mar. 2020.

HEPBURN, M. A. O multiculturalismo, as mídias e a educação. *In: DELORS, J. (Org.). A educação para o século XXI: questões e perspectivas*. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 254-256.

LOMBARDI, J. C. Historiografia educacional brasileira e os fundamentos teórico-metodológicos da história. *In: _____ (Org.). Pesquisa em Educação: história, filosofia e temas transversais*. 2. ed. Campinas: Autores Associados; Histedbr; Caçador: UnC, 2000.

LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Org.). *História e História da Educação: o Debate Teórico-Methodológico Atual*. Campinas: Autores Associados, 2000.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MANZINNI, E. J. *A entrevista na pesquisa social*. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149 -158, 1990/1991.

MARX, K.; ENGELS, F. The Communist Manifesto. *In: _____ Revolutions of 1848*. Harmondsworth: Penguins Books, 1973.

MEYER, J. (1993). *Pensamento feminista e psicologia social*. Em Gergen, M. McCanney (org), o pensamento feminista e a estrutura do conhecimento (pp. 129-147). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/EdUnB.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MUNARIM, Antonio. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. *In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília/MDA, 2006.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar. *In: MOREIRA, Maria Eunice (Org.). História da Literatura, teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003. p. 267.

Mulheres do campo lutam para derrubar barreiras e preconceitos <http://agenciabrasil.ebc.com.br> acessado em 09 de maio de 2019.

NASCIMENTO, F. A. *Práticas educativas em Educação do Campo: experiências e reflexões em Tempo de Incertezas / Alessandra Santos... [et al.]*, organizadores. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2017.

PARDO, José Luiz. El sujeto invisible, *in: CRUZ, Manuel (org.). Tiempo de subjetividade*. Barcelona: Paidós, 1996: 133-154.

ROSA, M. V.; ARNOLDI, M. A. *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismo para validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ROCHA-COUTINHO, M. L. (2000) *Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamentos no Brasil*. Trabalho apresentado na XXX Reunião Anual de Psicologia. Brasília. 26-29 de outubro

SALES, C.M.V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Rev. Estudos Feministas*, v.15, n.2, p.437- 443, 2007

SANTOS, Vera Maria. *A mulher de posses e a instrução elementar na Capitania de Sergipe Del Rey nos anos setecentos*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

SANTOS, Maria Jose. *Pelas trilhas da História e da Educação do Campo*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015.

SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert. *Pedagogia do campo: A serviço de quem?* Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

SAPELLI, Marlene L. S., GATTI, Selma, NAPOLLI, Ana Paula – (org.). *Pedagogia do Campo: a serviço de quem? Política e gestão da educação: questões em debate*. Londrina: UEL, 2009. P. 143 – 168.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval *et al.* *O legado educacional do século XIX*. 2. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2006.

SCHENDLER, Sonia Fátima. *Uma história em construção*. Palestra proferida no IV Encontro Estadual das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária em Rio Bonito do Iguazu, em 06 de setembro de 2005.

SCORT, J. (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e Realidade*, 20(2), 101-132.

SILVA, Marciano Toledo. *Violação de direitos e resistência aos transgênicos no Brasil: uma proposta camponesa*. In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles (Org.). *Transgênicos para quem?* Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: MDA, 2011.

SODRÉ, M. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SPINDOLA, T., & SANTOS, R.S. (2003). *Trabalhando com história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?)*. *Revista de Enfermagem USP*. Vol. 37 (2), p. 119 – 126.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111265.htm. Acesso em: 9 maio 2019.

TAMBARA, Elomar. *Problemas Teóricos- Metodológicos da História da Educação*. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELLICE, J. L. (Orgs.) FALTA TÍTULO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia com ênfase na Educação do Campo*. Boa Vista: Universidade Estadual de Roraima, 2010.

YOUTUBE. Ai que saudades da Amélia. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com>

<https://www.bbc.com/portuguese/geral-43592400> acessado em 09 de abril de 2021

Livros consultados para suporte da pesquisa

- A Estória do Severino e a História da Severina ‘Acumulação do Um ensaio sobre psicologia social’ de Antonio da Costa Ciampa
- Introdução à Filosofia de Marx de Lessa e Tonet
- O Capital de Marx
- Acumulação do Capital de Rosa Luxemburgo

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

1 - Modelo de questionário socioeconômico

Dados socioeconômicos (respostas não obrigatórias)

Nome _____

Idade _____ Estado civil _____ Escolaridade _____

Tem formação? Sim () área _____ não ()

Cargo que ocupa _____ Renda _____ (opcional)

Quantas pessoas dependem da sua renda? _____

APÊNDICE B - Respondentes do questionário socioeconômico

2 - Dados socioeconômicos (Respondente 1)

Nome: Ana Elza (fictício)

Idade: 47 anos **Estado civil:** morando junto **Escolaridade:** Ensino Médio

Tem formação acadêmica? Sim () área _____ não (x)

Cargo que ocupa: Zeladora **Renda:** 1 salário mínimo (opcional)

Quantas pessoas dependem da sua renda? Eu mais 3 filhos e o companheiro

Dados socioeconômicos (Respondente 2)

Nome: Luana (fictício)

Idade: 33 anos **Estado civil:** solteira **Escolaridade:** Ensino Médio

Tem formação acadêmica? Sim () área _____ não (x)

Cargo que ocupa: Auxiliar de secretaria **Renda:** menos de 2 salários (opcional)

Quantas pessoas dependem da sua renda? Eu, meu filho de 4 anos e minha mãe.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

3. Roteiro de entrevista

- 1 – Você sempre viveu no interior (campo)?
- 2 – Se sim, como foi sua infância?
- 3 – Seus pais sempre trabalharam com lavoura?
- 4 – Você tem esse emprego, na escola, mas o que mais você faz para que eu possa te chamar de mulher do campo?
- 5 – Tem alguma situação que você possa relatar que te incomodou por morar e trabalhar no campo?
- 6 – Você acha que tem uma identidade própria?
- 7 – E o que é identidade para você?
- 8 – Hoje, se questionada por mim sobre seu lugar de fala, você saberia expor o porquê da importância de ter uma identidade marcada?
- 9 – O que você tem hoje, como educação, saúde, lazer, aqui no assentamento Paredão Novo, é o suficiente para você dizer que está bom?
- 10 – Uma última pergunta: você se considera parte de uma sociedade?

ANEXOS

ANEXO 1 – RESPOSTA DA ENTREVISTA

4. Resposta à entrevista - piloto

Respondente 1

Nome	Perguntas	Respostas, conforme fala
Respondente 1	Você sempre viveu no interior (campo)?	Sim, nasci no interior da Bahia e de lá pro interior de Roraima.
	Se sim, como foi sua infância?	Olha, acho que nunca vi criança tão bem vivida como eu fui (risos).
	Seus pais sempre trabalharam com lavoura?	Sempre, mas não tínhamos terra, eles conseguiram quando chegamos aqui em Roraima.
	Você tem esse emprego, na escola, mas o que mais você faz para que eu possa te chamar de mulher do campo?	Olha, mulher, eu trabalho aqui porque é seguro, mas eu sou mesmo é da terra (risos), gosto mesmo é de chegar em casa doze hora, botar o chapéu na cabeça e ir pro mato, então tu sabe, cortar, arrancar e tudo que tiver pra fazer (risos).
	Tem alguma situação que você possa relatar que te incomodou por morar e trabalhar no campo?	Ah sim, podia te contar um monte, mas deixa pra lá, sabe porque, porque não vale a pena a gente se sentir inferior a ninguém, aqui mesmo na escola quando vem o povo bem daí de perto fazer alguma visita, trata a gente como se fosse ignorante, olha assim meio de lado.
	Você acha que tem uma identidade própria?	O quê? Identidade?
	E o que é identidade para você?	Ah sim, agora que a senhora falou, eu sei que tenho, é como eu me vejo, como eu converso com minhas colegas tanto aqui na escola como as que mora perto de mim, eu tenho a identidade de

	mulher forte (risos) a senhora não acha? Pode ver pela minha foto (risos).
Hoje, se questionada por mim sobre seu lugar de fala, você saberia expor o porquê da importância de ter uma identidade marcada?	Agora qualquer que quiser falar comigo sobre a minha identidade eu tô é segura para dizer quem sou e porque gosto de ser o que sou, tenho é orgulho de botar a mão naquilo que faço e com muita boa vontade.
O que você tem hoje, como educação, saúde, lazer, aqui no assentamento Paredão Novo, é o suficiente para você dizer que está bom?	Nada, mulher, aqui não temos essa coisa do lazer que na cidade tem, e você veja, não é longe daqui para o Alto Alegre ou para Boa Vista, mas você ver que não trazem nada de diferente, acho que pensam que a gente não precisa, mas a escola é boazinha.
Uma última pergunta: você se considera parte de uma sociedade?	A sociedade que eu entendo é todo mundo igual, né? Então não, acho que a gente vivendo aqui mais na roça que na cidade é quase um povo diferente.

Respondente 2

Nome	Perguntas	Respostas, conforme fala.
Respondente 2	Você sempre viveu no interior (campo)?	Não. Vim pra cá por conta do trabalho.
	Se sim, como foi sua infância?	*****
	Seus pais sempre trabalharam com lavoura?	Sim, mas sempre mantiveram casa na cidade para os filhos, ou seja, nós somos de dois lugares.
	Você tem esse emprego, na escola, mas o que mais você faz para que eu possa te chamar de mulher do campo?	Fazer alguma no campo, eu não faço, mas me identifico por causa dos meus pais, não gosto muito de fazer coisas de roça não, mas acho importante, não sei dizer se posso ser vista como mulher do campo, por isso.
	Tem alguma situação que você possa relatar que te incomodou por morar e trabalhar no campo?	Não que eu leve em consideração, mas é claro que as pessoas sempre olham pra gente como se a gente fosse atrasada, coitadas não sabem o que perdem por nos tratar com indiferença.
	Você acha que tem uma identidade própria?	Ah, eu acho. Eu gosto do que eu sou, do que eu faço, não tenho vergonha de morar no interior, claro que eu gostaria que as pessoas também nos vissem com igualdade, mas não vou muito atrás disso não, acho que eu me basto, não deixando de pensar no semelhante.
	E o que é identidade para você?	Hum, identidade para mim, é eu saber o que quero, o que sou em qualquer lugar que eu chegar, sem deixar ninguém determinar minha vontade, eu acho que é isso, né? (risos)

<p>Hoje, se questionada por mim sobre seu lugar de fala, você saberia expor o porquê da importância de ter uma identidade marcada?</p>	<p>Oxe, claro. Só por eu ser mulher, mãe solteira eu já sou obrigada a entender que eu preciso saber me posicionar se não o mundo me engole, e eu me assumo, na verdade às vezes dói as cobranças, mas levanto a cabeça e reajo, moro no assentamento e eu sou e pronto.</p>
<p>O que você tem hoje, como educação, saúde, lazer, aqui no assentamento Paredão Novo, é o suficiente para você dizer que está bom?</p>	<p>Que nada, mas a gente inveja. Sabe aquela história de quem não tem cão caça com gato? Pois é, a gente faz dar certo, já o político só aparece de 4 em 4 anos, e pior a gente vota na mentira de novo e de novo, mas a gente vive de esperança.</p>
<p>Uma última pergunta: você se considera parte de uma sociedade?</p>	<p>Quando adolescente eu sofria com isso, parecia que não existia um lugar pra mim, fui crescendo e moldando meu jeito de ver as coisas, a dificuldade de meus pais sempre trabalhando muito pra manter a gente sem nos trazer pro interior, aí fui vendo que eu sou essa sociedade, ainda que algumas vezes a gente se sente excluída, o que eu acho quase normal, porque somos tão estranhos uns com os outros.</p>

ANEXO 2 – ENTREVISTAS NA ÍNTEGRA CONFORME TRANSCRIÇÃO

5. Entrevistas na íntegra, conforme a transcrição

Com a devida autorização anexamos a entrevista na íntegra de duas participantes:
(pode deixar nossos nomes reais, queremos fazer parte dessa história)

Entrevista 1

Meu nome é FRANCISCA MARIA SILVA 43 anos, minha profissão sou professora, meu estado civil, sou viúva e tenho 2 filhos.

A minha escolha de morar no campo, no paredão novo, ela veio, (pensa) em 96 quando eu fui pra Roraima em busca de um trabalho, na época um conhecido havia conversado comigo e me falou que haviam vagas para professora, eu tinha terminado meu magistério em 94 e achei que deveria ir para ir no caso, que deveria ir pra Roraima. Além disso assim, eu procuro sempre algo até que valorize esse ‘morar no campo’ porque a gente precisa melhorar o lugar onde a gente vive e só vamos conseguir isso com uma educação de qualidade onde os alunos possam terem uma formação e voltar para esse lugar e darem sua contribuição infelizmente faltam políticas públicas para que aconteça essa melhoria na Educação do Campo e na vida de quem vive no campo.

(risos) uma situação que ocorreu a muitos anos atrás meu marido queria comprar um carro e ai ele foi em uma determinada concessionaria ai em Boa vista e a forma como (risos) assim né, era visível que nós não éramos da cidade, as pessoas que atendem no comercio muitas das vezes elas fazem uma leitura, não só as pessoas que trabalham no comercio, mas também quem atende nos hospitais nos postas de saúde, ele faz uma leitura ele te olha de baixo pra cima de cima pra baixo e dependendo né de como ele te ver de como você está vestido você é bem ou não tão bem atendido e na época nós não fomos bem atendidos, eu acho (risos) que a pessoa que nos atendeu pensava que nós não tinham o dinheiro pra comprar o carro, meu marido na época ele até brincou ele disse assim “eu vou trocar todo esse dinheiro em moeda (risos) e fazer essa vendedora contar todas elas” mas eu disse não, deixa isso passar, vamos procurar em outro lugar e compramos em outro lugar, mas isso, né, é....quem mora no campo sofre muitas das vezes esse preconceito, é algo que tá muito ainda impregnado numa sociedade de quem mora numa capital.

Eu sempre vivi no interior só que no interior do Maranhão, é numa cidade que se chama Vitoria do Mearim e meus pais era...não na época se não tinha, minha mãe estudou só até a 4ª série,

meu pai ele só sabia fazer o nome dele, mas assim foram pessoas que nos incentivaram. Em toda minha infância até a 8ª série eu estudei em um instituto que era uma escola dirigida por um padre, então, assim, o meu pai sempre valorizou a questão da do aprendizado e eles nos incentivava o tempo inteiro a estudar.

Hoje, atualmente e com o passar do tempo, é, eu também tenho uma terra, um lote e permaneço, não tenho vontade de sair, é também gosto da agricultura, gosto de plantar, na verdade eu gosto de ver a semente germinar, eu acho que é algo que, assim (risos) não tem palavras pra explicar o que eu sinto ao ver uma semente germinar, é uma força muito grande que a terra tem, então isso me encanta, é...não tenho palavras, gosto demais, demais de ir pro lote de plantar de plantar mesmo em casa, acho algo magnífico.

Meus sempre trabalharam com agricultura, inclusive minha mãe mesmo idosa, hoje ela tem um terreno que é dela, mas no passado, quando eu era criança, é, o meu pai ele “arrendava” terras pra fazer plantações, então faziam plantações enormes, né com várias pessoas trabalhando, eu me lembro, é...que a casa assim, na época da colheita ficava cheia de alimentos, muitos, muitos mesmo, e até hoje a minha mãe ela gosta ainda de plantar o feijão, de criar as galinhas de plantar milho, hoje tem um pouquinho de gado, mas no passado eles trabalhavam com terra arrendadas, terras que eram de fazendeiros.

Éeu me considero, em algumas situações, excluída, em algumas situações integrada na sociedade que a gente sabe que, é...nossa sociedade, a sociedade brasileira ela é por sua essência preconceituosa, como eu já falei em outro questionamento, as pessoas te olham de baixo pra cima de cima pra baixo e elas fazem um conceito um pré-conceito, te julgando, e isso as vezes exclui pessoas, isso exclui isso não é bom porque cada dia que passa vemos que necessitamos do outro, vemos que a gente vive uma sociedade em que não estamos sozinhos, que um tem que respeitar o espaço do outro e isso só melhora quando a sociedade tem o entendimento de que ela é um todo e que ela não põe excluir as outras partes.

E só complementando essa questão sobre **identidade**, identidade é como se fosse um conjunto de .. é..de coisas relacionadas, porque é o jeito de ser e ao mesmo tempo o jeito de viver em um determinado contexto porque cada contexto tem seu jeito próprio de viver, quem mora na cidade, quem mora no interior, quem mora no campo, é, também tem as suas características, né, é, as vezes até um jeito diferente de olhar para a vida, tem perspectivas diferentes.

Como relação a **identidade** da mulher do campo, a mulher do campo ela tem uma **identidade** um jeito de ser, é.. que gosta de um lugar que é o campo, que em algumas situações onde está

inserida, se é professora, é...as vezes luta por uma melhor qualidade para as pessoas através do trabalho que desenvolve mas também, de um modo geral, também tem as mulheres que não, ainda, né devido escolhas, devido a vida que tiveram da sua própria historia que não estudaram ou que estudaram só até uma ou certo grau que não chegaram a um desenvolvimento cultural maior, mas são pessoas que devem ser valorizadas em sua essência, né, por morarem no campo por muitas das vezes, é, ajudarem suas famílias porque são mulheres que vão pra roça que capinam que ajudam a roçar que ajudam a plantar que ajudam a colher e que esses alimentos vão pra mesa de quem mora na cidade, então elas têm sim uma identidade que deve ser respeitada e valorizada.

Sou funcionária pública desde 96 como tabela especial e em 2002 como efetiva do Estado de Roraima, é ...me caracterizo como mulher do campo, por morar no campo, por permanecer no campo até hoje, por viver todas as dificuldades, que a gente tem algumas dificuldades por morar no campo, é...e gosto de morar nesse lugar não me vejo morando na cidade, ainda.

Identidade é algo muito importante porque está relacionado com o nosso jeito de ser mas também com o meio em que vivemos, é algo que em uma relação muito grande entre o SER e o MEIO, algo importante porque de alguma forma nos caracteriza como seres, como pessoas, e, e também e é, ser parte de um grupo porém é gratificante morar no campo se não (risos) não viveria a tantos, esse tempo inteiro e também não penso em sair a gente vai vivendo com as faltas tentando é...tentando melhorar aquilo que não temos, no sentido assim, de não nos faltar o lazer, não nos faltar de procurar também investir em conhecimento no meu caso, como professora, no entanto a gente ver que falta para as crianças mais lazer, mais espaço que elas possam interagir sem ser a escola e também na questão educacional, eu creio sendo que precisamos mudar esse modelo que temos, temos que trabalhar um projeto bem diferente, valorizar até mesmo aquilo que é feito nos lotes, porque muitas das vezes o aluno ele fica sem de fato buscar a própria identidade dele, você pergunta pro aluno do ensino médio que formação ele quer ter, não sei professora, mas por que? Porque essa identidade está confusa na cabeça dele, ele não sabe o que almeja, ele não sabe onde quer chegar, então as coisas vão acontecendo meio que por acaso, né.

O que nós temos como educação e lazer ainda não são suficientes, no meu caso eu penso que precisamos melhorar muito, até porque eu penso com relação a educação nós não temos ainda nosso modelo de educação, ele ainda não é pra quem vive no campo porque, eu penso numa proposta diferente no sentido que escola ela deveria transformar o espaço dela para as habilidades que são a ser feita no campo, ela ser voltada um pouco, porque os nossos alunos saem do ensino

médio isso é um fato real, sem saberem cubar um terra sem saber cubarem uma madeira, então as vezes eu me questiono é.... a escola nesse sentido tem que melhorar em termos de Educação do Campo, porque ela tem que servir também, não que ela vá servir que são conhecimentos que não servem só pro campo, mas também pra cidade, então eu acho que deve melhorar que precisa melhorar, com relação ao lazer é... também precisa melhorar porque não existem políticas publicas pra essa melhoria para as crianças, um espaço, é..pra brincadeiras e porque também, é, talvez falta mais pessoas com essa visão, visão diferente com relação ao lazer.

A minha mãe não tinha empo de nos ajudar com as tarefas, então nos estudávamos, a gente ia pra escola de manhã, pro instituto, e de tarde a gente estudava numa escolinha particular que era uma professora que nos auxiliava na questão da leitura e também a questão de matemática com relação a tabuada e contas então a gente tinha esses dois momentos, de manhã ia pra escola de tarde ia pra escolinha particular e os éramos incentivados muito a aprender, principalmente ler e também conhecer as quatro operações e foi uma infância maravilhosa de muito incentivo e onde a gente tinha momentos também pra brincar.....**ah lembrei** (risos) na época em que nós compramos o carro, nós tínhamos uma boa parte do dinheiro mais não era o suficiente naquele momento para comprar o carro ai eu decidi ir ao banco e foi muito intrigante também, né, eu quis fazer um empréstimo e a moça que me atendeu no banco do Brasil quando eu falei que carro que eu queria, que seria uma L200, ai ela olhou pra mim (risos) e disse assim “ você não é muito baixinha pra esse carro, não é melhor um carro menor?” e aí naquele momento eu fiquei impactada (risos) porque assim, em outra situação, eu não sou uma mulher alta, eu sou uma mulher de estatura baixa, então é outra situação que a gente ver em nossa sociedade com relação ao preconceito, se você é alta as pessoas te olham de um jeito, se você é baixa as pessoas te olham de outro jeito, se você é magra te olham de um jeito se você é gorda elas te julgam de outro jeito, é.... é uma sociedade cheia de julgamentos, ela olha para as pessoas e ai ela faz julgamentos antecipados sem nem ao menos conhecer a história dela, a identidade dela.

A localidade que eu moro, o Paredão, ao longo dos e anos, ela, eu venho acompanhando o desenvolvimento, eu cheguei no Paredão Novo em 1996, quando eu cheguei num, não energia elétrica, não tinha agua encanada, era assim, né, tinha pouquíssimas pessoas, contava-se as casas, só tinha um morador na vila, que foi a primeira família que foi morar lá e era tudo muito, assim, é, como que eu posso dizer, havia sim um isolamento, quem morava na vila era praticamente só os professores e é, as pessoas moravam nos seus lotes, então sempre o ponto de referência maior era a escola, então quando manhã e tarde estava funcionando a escola, então tínhamos os alunos que vinham das vicinais, alguns vinham de bicicletas outros vinham

montados a cavalo na época também não tinha transporte escolar e quando os alunos iam pra suas casas ficava aquele vazio, aquele silencio, no início foi muito difícil em 96 é..me acostumar com aquela situação, assim, de viver naquele lugar, só que com o passar do tempo fui me adaptando, fui me acostumando e vivo lá até hoje e não penso em sair do Paredão, né, hoje o Paredão, o Paredão novo, é .. ele desenvolver muito pela questão do garimpo é....tem estrada que antes não tinha e também o acesso na época, em 96 eu lembro que só tinha carro uma vez na semana, o carro da feira e os carros que andavam pra lá eram madeireiros, carregavam torras de madeira ou então carros que carregavam pranchas, só que muito perigoso porque geralmente eram carros que não tinha freios que quando saiam de lá vinham carregados então era toda uma questão difícil, a questão do acesso, uma outra dificuldade é do passado, era a questão de ter como se comunicar, só tinha fonia, então eu não tinha, pra mim me comunicar com a minha família, com a minha mãe eu tinha que vir pra Boa Vista, então era muito difícil, não tinha orelhão, não tinha telefone, então era muito complicado essa parte.

Entrevista 2

Meu nome é Rozilany Penha Ribeiro, tenho 38 anos, sou professora efetiva do estado, exerço a função de coordenadora pedagógica atualmente, sou solteira tenho 2 filhos, moro na vila Reislândia no Paredão, município de alto alegre em torno de 10 ano. Quando eu cheguei nessa localidade e eu fui com intuito de contribuir com a educação, pois havia escola estadual Darcy Barreto de Sousa sem gestão e a comunidade estava passando por um momento muito difícil devido aquela época não dispor nem de asfaltamento nem de comunicação, não havia suporte pela secretaria de educação e (pausa) a escola estava em declínio, foram tempos muito difícil, mas com empenho, dedicação compromisso, eu fui aos poucos contribuindo, passei 8 anos, dediquei 8 anos da minha vida nesse cargo, tenho certeza absoluta que eu consegui deixar a escola em condições muito melhores, ahhhh durante todo esse tempo eu solucionei muitos problemas administrativos que haviam ali, muitos problemas de pessoal, consegui resgatar a autoestima da comunidade, então eu me sinto satisfeita por ter contribuído durante esses 8 anos com essa escola. Atualmente eu exerço a função de coordenadora pedagógica na escola municipal Vânio Pereira de Melo, já vou fazer 2 anos cedida para a esfera municipal e pra mim é uma experiência nova, maravilhosa e que eu tenho procurado contribuir da melhor forma. A escola Vânio Pereira de Melo, do município de Alto Alegre, a única escola na qual ela conseguiu atingir a melhor taxa do IDEB, visto que, há 2 anos a gente vem trabalhando focado em inclinar, né, o nosso trabalho pedagógico assim como eu havia feito na escola do estado, a escola do estado durante 8 anos eu consegui manter esse equilíbrio do IDEB e sempre focada em contribuir da melhor forma, ahhh.

Meus pais sempre foram moradores do interior né, trabalharam bastante tempo em grandes fazendas como ... é.... caseiros, né, e a partir dali, começaram, intensificaram seu trabalho para conseguir comprar sua própria propriedade e isso, graças a Deus foi possível, né, meus pais, eles mantiveram eu e meus irmãos na cidade apenas por questões educacional, devido o interior ser “deficiente”, né, e eu decidi retornar pela qualidade de vida que oferece, pela tranquilidade, pelo (pausa) por não ter essa agitação que é a cidade tem.

Então....é ... eu tive uma infância tranquila e.... talvez isso fez com que eu, minha essência buscasse essas características nas quais a gente só encontra no interior, eu nasci e me criei no meio da agricultura, no meio dos animais, é.... andando no mato, tomando banho de igarapé, tomando banho de chuva, e isso faz parte da minha essência, então hoje eu sou muito satisfeita por ter escolhido retornar pra essa vida no interior, pra essa vida no campo, ahhhh hoje meus pais, eles são aposentados, porém nós temos investimentos na agricultura, nós temos

investimento com a piscicultura, com a pecuária, enfim, temos uma vida razoavelmente tranquila, né e não temos pretensão de sair não ...

Sou funcionária pública, né ... e tenho procurado contribuir de alguma forma, ...né...e ao mesmo tempo, mesmo sendo funcionária pública eu entendo que nós temos um papel social no campo, né...e graças a Deus j a mulher hoje tem sido bem presente nessas lutas, nessas conquistas, inclusive a presidente do sindicato aqui dos moradores aqui dos moradores do Paredão, dos agricultores é uma figura feminina, é uma amiga minha e eu tenho muita admiração por ela ter coragem de exercer esse papel e me encanta muito, somos amigas e eu tenho procurado contribuir sempre que possível com novas ideias, né, com (pausa) instituir, né alcançar novas lideranças.

Como mulher, como, como, como profissional, aham....eu me sinto sim atuante, aham, faço parte dessa sociedade, a nossa comunidade hoje, ela é carente de lideranças atuantes por algum tempo, ahh tenho contribuído com esse lugar, écreio que ainda existe muito a ser feito, né, ahhh por questões políticas a gente sabe que as vezes o político não faz a melhor escolha, eu tinha um trabalho muito consistente na escola do estado por questões políticas acabou que o cargo foi ocupado por outro servidor, mas eu me sinto satisfeita com todos os passos que eu dei com toda luta que enfrente e hoje eu estou extremamente feliz exercendo a função de coordenadora pedagógica na escola municipal tem uma gestora maravilhosa que ahhhhh a gente tem uma sintonia muito boa e.... infelizmente por causa da pandemia o nosso trabalho foi um pouco comprometido, mas nós já tínhamos traçado algumas metas como regularizar a escola, forma o pp da escola, regularizar o conselho escolar é....eu creio que isso é primordial quando você se depara com a realidade escola e eu creio que por onde a gente passa a gente deve deixar nossa contribuição, então nós, mesmo durante a pandemia a gente tem feito nosso trabalho, nós somos a escola municipal que conseguimos no tempo hábil ter toda a documentação organizada, fechamos o ano letivo com tranquilidade, já estamos afunilando ai nesse mês de férias para que a gente retome ai da melhor forma, e assim, a gente tem trabalhado, buscado alternativas para minimizar os danos devido esse tempo de distanciamento social fazendo de tudo para que nossos alunos permaneça com o elo, né.. é ... não e muito fácil, mas a gente tem buscado e graças a Deus a gente tem tido o reconhecimento do nosso trabalho e isso me deixa muito feliz, Hoje eu olho para mim e a minha **identidade**, a professora Rozilany ela é muito mais madura, muito mais segura, muito mais disposta a trabalhar a contribuir a aprender, né, cada vez mais com nossos erros com nossos acertos e...a minha **identidade** hoje é, eu me julgo mulher do campo que tem buscado, devido a minha profissão, devido a educação ter me escolhido a minha

história tenho construído dentro daquele lugar naquela localidade, nesse sentido de dar os passos na educação, contribuindo.

Faço parte dessa realidade de mulher do campo, me reconheço hoje minha identidade como mulher do campo né... pela... por fazer parte, por residir, por enfrentar, né as dificuldades existentes. Quando a gente escolhe morar no campo, né, mas me reconheço pertencente dessa categoria social e política, né, gostaria muito que a força fosse muito maior que, que as mulheres somassem mais, que se instituísse mais como parte integrante dessa categoria pra que a gente pudesse ter mais consciência dos nossos direitos e deveres e com certeza teríamos ai uma organização muito maior, né... ahhh eu julgo muito importante quando você se instrui e reconhece parte integrante de uma determinada categoria porque a partir dali você se impulsiona a buscar, né todos os seus ideais, melhora suas condições de vida, lutar pelos seus direito por uma igualdade social e política, então eu julgo muito importante que a mulher hoje ela se reconheça como parte integrante dessa luta, né e ... e... eu penso que a gente tem caminhado.

O paredão ele tem uma história de luta e conquista muito grande de sofrimento e de bastante desdobramento, uma área de difícil acesso, onde as pessoas que permaneceram ali elas têm umas historias, tem uma história de vida muito bonita de muita luta, muito esforço e somente a pouco tempo que a localidade foi contemplada com esse asfaltamento e .. e melhorou um pouco, hoje também já tem a comunicação e aos poucos as coisas vão acontecendo, julgo ainda deficiente essa questão de apoio aos agricultores as agricultoras que ali permanecem e que tem força de vontade, tem vontade de fazer com que suas terras se tornem produtivas e melhore suas condições de vida é...é... hoje a gente sabe que o financeiro é bastante difícil, né estamos vivendo tempos difíceis né, talvez com mais incentivo com mais informação, mais capacitação, é...cursos, eu acredito que a situação melhoraria bastante.

Quando eu vinha para as reuniões na secretaria de educação e eu dividia com os demais as minhas experiências naquela localidade aaaa eu tinha, a partir dali eu tinha uma noção da proporção da escolha que tinha feito na minha vida profissional porque eu antes já vivia numa situação cômoda, já vivia na cidade, eu decidi ir contribuir com o interior, né, e quando eu contava aquelas experiências, né em reuniões meus demais colegas ficavam assustado quando eu dizia que eu passava dois, três dias na estrada nos atoleiros pra conseguir chegar na cidade, quando eu tinha que subir serras altíssimas pra conseguir comunicação, sinal de comunicação e eles acabavam que muitas das vezes assustados, mas foi exatamente isso que eu enfrentei muito tempo e.....sempre procurando não desistir porque foi muito difícil, passei situações bem

intrigantes, mas a minha vontade a minha dedicação meu comprometimento sempre foi muito maior que isso e hoje eu fico muito feliz por saber que a escola ela.....ela saiu daquele cenário na qual eu a recebi e eu a entreguei em condições muito melhores.

O paredão por ser uma área de assentamento ele ainda passa por algumas dificuldades por que a gente sabe que....a questão do assistencialismo ele tem que vir por parte do INCRA, né e algumas contribuições do governo do estado e do municipal, então assim, as vicinais ainda se encontra é...no período chuvoso fica um período muito difícil, compromete um pouco a trafegabilidade, mas.....eu julgo ainda ser um local muito bom pra se viver, é.....não dispõe muito de opções de lazer, é....a questão educacional ainda é um pouco limitada, nós temos a escola municipal que vai do pré-escolar até ao quinto ano e nós temos a escola estadual que oferece do 6º ao ensino médio, porém, assim....hoje nós já temos a internet e a gente já pode tá aderindo aí cursar nível superior a distância, né a modalidade EAD, então de alguma forma já é possível caminhar ai com ideais mais.....mais acessíveis.

Imagens do lócus

Algumas imagens do Lócus da pesquisa. Escola Vânio Pereira de Melo – Vila Reislândia – Paredão Novo- Alto Alegre-Roraima

(fotos: a autora)



Imagem do trabalho de mulher do/no campo

FOTOS DE MULHERES NA LIDA DO CAMPO E SUA AUTOAFIRMAÇÃO COMO CAMPESINA



(foto: Eliane Siqueira – presidente da agricultura familiar
–Paredão-Alto Alegre-RR



FOTO DO MOVIMENTO DE MULHERES NA BAHIA



(foto: movimentodemulherescamponesas)

